

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

Tamirys Meirielle Marques

**DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE COTAS:
CONTRIBUIÇÕES E IMPASSES DA AÇÃO AFIRMATIVA NA
COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES COTISTAS DE UMA
UNIVERSIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS**

**Itajubá-MG
2020**

Tamirys Meirielle Marques

**DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE COTAS:
CONTRIBUIÇÕES E IMPASSES DA AÇÃO AFIRMATIVA NA
COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES COTISTAS DE UMA
UNIVERSIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação submetida à defesa no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, da Universidade Federal de Itajubá, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rodrigues

Coorientadora: Profa. Dra. Denise Pereira de Alcântara Ferraz

**Itajubá-MG
2020**

Dedico este trabalho aos meus amados pais Mateus e Expedita, que são a representação do amor mais puro e verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela bondade infinita, por caminhar sempre do meu lado, pela sabedoria e força necessária para persistir.

Aos meus pais Mateus e Expedita que nunca mediram esforços para que minha irmã e eu tivéssemos acesso a todas as etapas de escolarização e que se fazem presentes diariamente nas nossas vidas embora distantes fisicamente. Gratidão por tê-los como pais.

Ao meu marido Athos pelo companheirismo, apoio, generosidade e pelos sonhos que construímos juntos.

À minha irmã Taís, pela amizade e pelo exemplo de coragem. Junto dela desbravei novos caminhos em busca de meus sonhos e também dos dela.

À minha querida prima Flavinha, por cada palavra de incentivo e carinho transmitido de diversas formas.

Ao meu orientador professor Rogério, por todo conhecimento transmitido e pelo comprometimento demonstrando nesse período prazeroso, porém árduo que é a pesquisa.

À minha Coorientadora Denise, pelo conhecimento compartilhado.

Aos professores Luís Felipe e Natalino, membros das bancas de qualificação e de defesa, pelas valiosas contribuições.

À Andreia, colega de profissão, de trabalho e uma grande amiga que Itajubá me presenteou. Pessoa que muito me incentivou a participar do processo de seleção para o mestrado e sempre se colocou disponível para ajudar no que precisei.

À Luciana, ser humano abençoado a qual tive a felicidade de conhecer e o prazer em conviver, por todas as conversas, dicas e pela disponibilidade em contribuir sempre.

À Márcia, também colega de profissão e uma grande amiga, por cada oração e pelo incentivo.

Ao Eric, que de chefe tornou-se um grande amigo. Foi na gestão dele que iniciei essa empreitada.

À Janaina, minha atual chefe, pelo incentivo e compreensão.

Aos servidores da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) por compreenderem as minhas ausências para dedicação ao mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, pelo conhecimento transmitido e por ter proporcionado novos olhares.

Aos amigos (as) do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Interdisciplinar (GEPEI) Juliana, Vívian, Evandro e Linchol pela troca de experiência e por favorecer o entendimento do campo interdisciplinar.

Aos companheiros e companheiras do mestrado, pessoas as quais tenho um enorme carinho: Pamela, Karinne, Fabiano, Lucas e, em especial ao Carlos, pessoa de uma generosidade incrível, um grande amigo que o mestrado me proporcionou.

À Universidade Federal de Itajubá (Unifei) por permitir cursar o mestrado juntamente com o exercício profissional. Poder cursar o mestrado em uma instituição pública foi pra mim uma experiência indescritível.

Aos estudantes pelos valiosos relatos. A participação de vocês trouxe legitimidade para este estudo e reforçou a minha convicção sobre a importância da política de cotas para o acesso das classes populares à universidade pública.

Por fim, a todas e todos que de alguma forma fizeram parte desta pesquisa a minha gratidão.

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.

(Paulo Freire)

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do nunca é preciso ter coragem. É preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar.

(Marilda Villela Iamamoto)

RESUMO

O presente trabalho propõe abordar a compreensão dos estudantes cotistas sobre o sistema de reservas de vagas em uma universidade pública no Sul de Minas Gerais, a partir da aprovação da Lei 12. 711 de 2012 (Lei de Cotas). A pesquisa ganha relevância atualmente pela operacionalização de uma política pública que permite o acesso de determinados grupos que estiveram por muitos anos distantes da universidade pública. Os objetivos deste estudo consistem em: identificar como os estudantes cotistas compreendem o sistema de reserva de vagas (cotas) em uma universidade pública no Sul de Minas, descrever as contribuições e impasses da política de cotas na visão dos estudantes cotistas e investigar as condições de acesso e permanência dos estudantes que ingressaram na universidade pesquisada por meio das cotas. Como questão norteadora tem-se: qual a compreensão dos estudantes cotistas sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) em uma universidade no Sul de Minas Gerais? Neste estudo, optou-se pela pesquisa com abordagem qualitativa, que se caracteriza por preocupar-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Como instrumento de coleta de dados foram enviados questionários a partir da plataforma Google Formulários aos alunos cotistas ingressantes no ano de 2016 de ambos os *campi* da universidade e que se encontravam com as matrículas ativas. O ano de 2016 foi escolhido por ser o primeiro ano em que a instituição pesquisada, atendendo ao disposto na Lei de Cotas, reservou 50% do total de vagas para o ingresso por cotas. A amostra da pesquisa constitui-se de 90 respostas. A análise dos dados foi realizada com base na técnica análise de conteúdo (AC). Com essa proposta metodológica foi possível conhecer as significações dos fenômenos que permeiam a origem da política de cotas bem como, conhecer a compreensão dos estudantes sobre a política. As respostas dos estudantes demonstraram que o acesso à universidade significa oportunidades diversas, acesso ao conhecimento, profissão e conquista. Verificou-se que os estudantes cotistas enfrentam barreiras para permanecer na universidade como: questões financeiras, pressão psicológica, ansiedade gerada em decorrência das disciplinas, dificuldades pedagógicas, dentre outras. Considerando as dificuldades vivenciadas por esse público e a oportunidade de acesso à educação superior como um meio para que se tenha um maior desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida das classes populares, se entende que compete à universidade voltar seus olhares em destituir os impasses e construir políticas afirmativas para lidar com as diversidades relacionadas a classe, raça, gênero, deficiência, dentre outras questões trazidas pelo novo público no ensino superior.

Palavras-chave: Educação Superior; Lei de Cotas; Ação Afirmativa; Inclusão Social.

ABSTRACT

This work proposes to approach the quota students' understanding of the vacancy reservation system in a public university in the south of Minas Gerais, after the approval of Law 12. 711 of 2012 (Quota Law). Research is currently gaining relevance due to the implementation of a public policy that allows access to certain groups that have been away from the public university for many years. The objectives are: to identify how quota students understand the system for reserving places (quotas) at a public university in the south of Minas, describe the contributions and impasses of the quota policy in the view of quota students and investigate the conditions of access and permanence of students who entered the researched university through quotas. The guiding question is: what is the understanding of quota students about the reservation system (quotas) at a university in the south of Minas Gerais? In this study, research with a qualitative approach was chosen, which is characterized by being concerned with aspects of reality that cannot be quantified. As a data collection instrument, questionnaires were sent from Google Forms to quota students who entered the year 2016 from both university campuses and who were with active enrollment. The year 2016 was chosen because it was the first year in which the researched institution, in compliance with the provisions of the Quota Law, reserved 50% of the total vacancies for admission by quota. The research sample consists of 90 responses. Data analysis was performed based on the content analysis (CA) technique. With this methodological proposal it was possible to know the meanings of the phenomena that permeate the origin of the quota policy, as well as to know the students' understanding of the policy. The students' responses showed that access to university means diverse opportunities, access to knowledge, profession and achievement. It was found that quota students face barriers to stay at the university, such as: financial issues, psychological pressure, anxiety generated as a result of the disciplines, pedagogical difficulties, among others. Considering the difficulties experienced by this public and the opportunity of access to higher education as a means to have a greater development and improvement in the quality of life of the popular classes, it is understood that it is up to the university to turn its eyes on removing impasses and build affirmative policies to deal with the diversity related to class, race, gender, disability, among other issues brought by the new public in higher education.

Keywords: Higher Education; Quota Law; Affirmative Action; Social inclusion.

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
DTECS	Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pro- reitores de Assuntos Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNB	Produto Nacional Bruto
PPG	Programa de Pós-Graduação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição das cotas considerando o total de vagas de um curso	23
Figura 2: Síntese da AC aplicada no estudo	58
Figura 3: Desenho da Pesquisa	62
Figura 4: Total de alunos cotistas ingressantes na IFES por curso no ano de 2016.....	64
Figura 5: Relação de cotas por curso.....	65
Figura 6: Faixa etária dos estudantes.....	66
Figura 7: Sexo dos estudantes da IFES	67
Figura 8: Escola em que cursou o Ensino Médio	67
Figura 9: Alunos por curso	68
Figura 10: Identificação segundo a cor da pele	69
Figura 11: Escolaridade da mãe ou pessoa equiparada	70
Figura 12: Escolaridade do pai ou pessoa equiparada.....	70
Figura 13: Renda bruta familiar aproximada.....	70
Figura 14: Auxílios e apoios ofertados pela universidade.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação da pesquisa	56
Quadro 2: Categorias de análise e respectivas palavras-chave	60
Quadro 3: Quadro metodológico.....	61
Quadro 4: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação à compreensão dos estudantes sobre os aspectos positivos e negativos da Lei de Cotas	73
Quadro 5: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação ao acesso e permanência na universidade	92
Quadro 6: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação a função da universidade frente à adoção da Política de Cotas	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Matrículas nos cursos Presenciais e a Distância, por cor/ raça segundo a Unidade de Federação.	30
Tabela 2: Quantitativo de alunos ingressantes por cotas em 2016 e situação de matrícula	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Caminhos que levaram à pesquisa.....	16
1.2. Apresentação do tema de pesquisa	17
1.3. Apresentação do objeto e problematização da pesquisa.....	19
Figura 1: Distribuição das cotas considerando o total de vagas de um curso	23
2. HISTÓRICO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E EXCLUSÃO NO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	26
2.1. Educação e desigualdades sociais: o contexto brasileiro.....	26
2.2. Dados da educação básica e superior no Brasil.....	28
Tabela 1. Matrículas nos cursos Presenciais e a Distância, por cor/ raça segundo a Unidade de Federação.	30
2.3. Meritocracia no acesso à educação superior: justiça para quem?	31
3. EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AÇÕES AFIRMATIVAS: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL.....	35
3.1. Democratização do acesso ao ensino superior no Brasil: novas possibilidades?	35
3.2. Educação e desenvolvimento para uma sociedade menos desigual	38
3.3. As ações afirmativas no contexto de seu surgimento: menos injustiças e mais inclusão	42
3.4. Cotas: mudanças na forma de acesso à universidade	45
4. ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DAS CLASSES POPULARES: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	48
4.1. O Reuni e o processo de expansão das universidades	48
4.2. O PNAES e a permanência dos estudantes	49
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
5.1. Tipo de pesquisa	56
Quadro 1: Classificação da pesquisa	56
Figura 2: Síntese da AC aplicada no estudo.....	58
5.2. Coleta dos dados empíricos	58
5.3. Análise e interpretação dos dados.....	60
Quadro 2: Categorias de análise e respectivas palavras-chave.....	60
5.4. Síntese metodológica.....	61
Quadro 3: Quadro metodológico	61
Figura 3: Desenho da Pesquisa.....	62

6. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	63
6.1. Considerações a partir dos dados gerais do ingresso por cotas no ano de 2016 na IFES pesquisada.....	63
Tabela 2: Quantitativo de alunos ingressantes por cotas em 2016 e situação de matrícula	63
Figura 4: Total de alunos cotistas ingressantes na IFES por curso no ano de 2016.....	64
Figura 5: Relação de cotas por curso.....	65
6.2 Perfil dos estudantes cotistas da IFES	65
Figura 6: Faixa etária dos estudantes.....	66
Figura 7: Sexo dos estudantes da IFES	67
Figura 8: Escola em que cursou o Ensino Médio	67
Figura 9: Alunos por curso	68
Figura 10: Identificação segundo a cor da pele	69
Figura 11: Escolaridade da mãe ou pessoa equiparada	70
Figura 12: Escolaridade do pai ou pessoa equiparada.....	70
Figura 13: Renda bruta familiar aproximada.....	70
Figura 14: Auxílios e apoios ofertados pela universidade.....	71
6.3. A Compreensão dos estudantes sobre as cotas.....	72
Quadro 4: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação à compreensão dos estudantes sobre os aspectos positivos e negativos da Lei de Cotas	73
6.4. Acesso e permanência na universidade	91
Quadro 5: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação ao acesso e permanência na universidade	92
6.5. Função da universidade frente à adoção da política de cotas.....	107
Quadro 6: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação a função da universidade frente à adoção da Política de Cotas	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE - Questionário Semiestruturado	130
COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE MESTRADO	130

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido no espaço de pesquisa interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e propõe abordar a compreensão dos estudantes cotistas sobre o sistema de reservas de vagas (cotas) em uma universidade pública no Sul de Minas Gerais a partir da aprovação da Lei 12. 711 de 2012, que determina a reserva de vagas para egressos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, pretos, pardos e indígenas.

De acordo com Raynaut, “[...] a primeira etapa de um trabalho interdisciplinar consiste imperativamente em evidenciar as divergências existentes entre os vários cientistas no que diz respeito à interpretação do questionamento oriundo da demanda social” (RAYNAULT, 2011, p.98). Segundo o documento de área de avaliação interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior:

Entende-se por interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora (CAPES, 2009, p. 06).

Diante da complexidade do objeto de estudo, a abordagem interdisciplinar se faz crucial para a compreensão dos processos de desigualdades sociais existentes no país, pois trata-se de uma realidade complexa que exige olhares distintos como forma de propor soluções capazes de preencher as lacunas da exclusão, que são responsáveis pelo distanciamento entre os indivíduos na sociedade nos mais diversos espaços, dentre eles, o educacional. Para melhor compreensão desse processo, esta pesquisa estabelece diálogo com as seguintes áreas do conhecimento:

- Serviço Social, que aborda os princípios da justiça social, dos direitos humanos, do respeito pela diversidade humana, dentre outras vertentes que se relacionam diretamente com a política de cotas.
- A Sociologia, que estuda a sociedade e permite uma reflexão crítica dos acontecimentos sociais.
- A Antropologia, que auxilia na compreensão do ser humano e suas culturas ao longo da história.
- A Filosofia, por instigar a reflexão crítica e contribuir para melhor entendimento do mundo, dentre outras áreas.

Conforme apresentação em seu site oficial¹, o PPG DTecS da Unifei se constitui como um espaço de pesquisa e propõe intercâmbios e trocas de experiências, estratégias de ações visando à compreensão dos diversos problemas contemporâneos presentes nas diferentes regiões em processo de desenvolvimento. Desta forma, procurar-se-á discutir o desenvolvimento como forma de superação das desigualdades sociais. O desenvolvimento aqui é compreendido no paradoxo de ampliar e restringir as liberdades reais que se direcionam para que cada indivíduo possa desfrutar da emancipação e evitar privações no sentido de acessar todos os seus direitos (SEN, 2010).

Considerando a proposta de ruptura com a hegemonia defendida pelo programa de mestrado (Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) entende-se a política de cotas como sendo uma ferramenta para o desenvolvimento da sociedade por se constituir enquanto uma tecnologia social que favorece o acesso ao conhecimento a um público que esteve, por muitos anos, excluído da universidade pública. De acordo com o Instituto de Tecnologias Sociais (ITS, 2004), a tecnologia social pode ser entendida como um conjunto de técnicas que desenvolvidas e aplicadas em interação com a população, representa melhoria nas condições de vida e inclusão social.

Desenvolvimento e Sociedade é a linha de pesquisa na qual esse estudo se concentra. Essas duas perspectivas são utilizadas para compreender a realidade posta. No contexto em que se vive o desenvolvimento muitas vezes é entendido apenas do ponto de vista econômico. Aqui, Desenvolvimento e Sociedade serão compreendidos de forma interdisciplinar considerando os aspectos (econômicos, sociais, culturais e políticos) em que estão envolvidos os sujeitos na sociedade.

Um dos caminhos encontrados para tentar alcançar a interface interdisciplinar diz respeito ao grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Interdisciplinar (GEPEI), que a pesquisadora participa. O grupo é composto pelo orientador deste trabalho e por alunos de diferentes áreas de formação. Nesse grupo, são organizadas apresentações das pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos pesquisadores e ao término de cada apresentação todos os participantes de diversas áreas do conhecimento expõem suas colocações acerca do trabalho apresentado. As diferentes visões de cada participante do grupo favorecem novos caminhos para a pesquisa e contribui para que a interdisciplinaridade seja alcançada.

A introdução deste trabalho será dividida em três partes distintas, porém complementares. A primeira parte apresenta um relato de como a pesquisadora chegou ao tema

¹ Disponível em: <https://unifei.edu.br/mestrado-desenvolvimento-tecnologia-sociedade/>. Acesso em 15 de junho de 2018.

estudado, na segunda parte é apresentado o tema de pesquisa, e por fim, a terceira parte desta introdução compreende o objeto, a problematização, a justificativa e os objetivos do estudo.

1.1. Caminhos que levaram à pesquisa

O tema cotas tem um significado especial na vida da pesquisadora, que é oriunda de família pertencente à classe popular, cujos pais tiveram poucas oportunidades de acesso à escolarização, no entanto, sempre sonharam para as duas filhas, um caminho escolar diferente do vivenciado por eles.

A pesquisadora cursou o ensino fundamental e o ensino médio integralmente em escolas públicas. Os anos iniciais de escolarização, 1ª a 4ª séries do ensino fundamental (como denominava-se na época) foram cursados em escola localizada em área rural, nas proximidades da residência da família. A continuação dos estudos deu-se em uma cidade próxima, devido à escola rural existente na comunidade não dispor das demais séries.

O trajeto de casa até a escola era feito através de transporte público, muitas vezes prejudicado pelas chuvas, a má conservação das estradas e precariedade dos veículos. O ensino médio foi cursado no período noturno, pois a única escola que ofertava esse nível de ensino na cidade não dispunha de turmas no período diurno.

Embora os pais não tivessem tido acesso a todas as etapas de escolarização, o incentivo para que as duas filhas estudassem e pudessem galgar melhores oportunidades era muito grande.

A região de residência da família não dispunha de muitas oportunidades, as instituições públicas que ofereciam ensino superior estavam localizadas em cidades distantes (não se apresentavam como possíveis do ponto de vista econômico) e as particulares, em pequeno número, ofereciam poucos cursos e tinham mensalidades que não eram acessíveis a realidade socioeconômica da família. Ao concluir o ensino médio, foi necessário buscar trabalho para então, tentar custear a realização do sonho, que era cursar o ensino superior.

Em 2008 a pesquisadora prestou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e em 2009, conseguiu uma vaga em uma instituição particular por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni), que é um programa de inclusão social. O curso escolhido foi o Serviço Social, curso pouco conhecido até mesmo para a estudante naquela época. A escolha do curso deu-se pela pouca opção de cursos ofertados na região. Mas um semestre foi o suficiente para a pesquisadora se encontrar na profissão escolhida.

A bolsa integral do Prouni garantia a isenção total das mensalidades do curso, mas era preciso custear as despesas com moradia, alimentação entre outros. Os quatro anos de curso

foram conciliados com o trabalho. Trabalhava-se durante o dia, cursava a graduação no período noturno. Os estágios foram realizados em períodos de férias do trabalho, pois não era possível abrir mão do mesmo.

Como as oportunidades de inserção no mercado de trabalho já eram escassas, havia motivação para conclusão da graduação tendo em vista novas possibilidades. Meses antes de concluir a graduação, surgiu a oportunidade de participar de um processo de seleção em uma prefeitura próxima da cidade onde residia, a surpresa foi a aprovação em primeiro lugar.

Foram quase três anos de atuação na Secretaria de Assistência Social da prefeitura mencionada. Dentre as atribuições realizadas, estava atender às solicitações de famílias que vinham até o serviço solicitar análise socioeconômica para que seus filhos pudessem pleitear auxílio estudantil em uma instituição pública localizada no vale do Jequitinhonha (uma das cidades mais próximas da região que dispunha de uma universidade pública). Não sabia a pesquisadora que essa seria uma de suas maiores demandas de trabalho, ao ser aprovada em um concurso público para exercer a função de assistente social em uma universidade.

Desde o ingresso na instituição como servidora, no atendimento diário aos discentes e ao realizar análises socioeconômicas de suas famílias, é perceptível que o perfil da universidade pesquisada vem mudando ao longo dos anos, e que essa mudança pode advir da política de cotas, no entanto, não há estudos que embasem tais percepções.

O número de alunos com vulnerabilidades socioeconômicas tem aumentado na universidade nos últimos anos. Percebe-se que eles depositam nessa oportunidade de acesso ao ensino superior, a mudança de suas vidas e conseqüentemente de suas famílias.

As questões vivenciadas no cotidiano profissional da pesquisadora e atreladas ao seu histórico familiar (que é ser pertencente à família de classe popular) e ter sido beneficiada por uma política de inclusão, despertou o interesse em melhor conhecer esse público que vivencia barreiras, assim como as enfrentadas pela pesquisadora para o acesso e permanência no ensino superior.

1.2. Apresentação do tema de pesquisa

O acesso à educação pública superior foi por muito tempo privilégio da elite da sociedade brasileira (PINTO, 2004). Em um país excludente, o acesso à educação superior pública significa chances de mudança de realidade e é nesse aspecto que transparece a geometria da exclusão como um fenômeno em que se desenha quem acessa a universidade, quem tenta ingressar e quem não tem a universidade como realidade.

A ampliação da inserção de alunos das classes populares nas universidades brasileiras a partir de políticas de inclusão surgiu a partir dos anos 2000, quando algumas instituições públicas regulamentaram por meio de seus conselhos universitários formas diferenciadas de acesso para determinados grupos da sociedade. O surgimento dessas ações gerou e ainda gera discussões. De um lado estão aqueles que veem na política de cotas uma forma justa de divisão de poder, funcionando como mecanismo de acesso para as classes populares. Do outro lado, os que entendem a política como forma de favorecimento e afirmam que ela gera discriminação ao permitir critérios diferenciados de acesso à universidade.

Sabe-se que um aluno de escola pública, morador de bairro periférico, de família assalariada, e muitas das vezes filho de pais com pouca ou nula escolaridade, terá dificuldade em acessar uma universidade pública sem a existência de políticas que favoreçam a sua inserção. A exclusão desses jovens do espaço de conhecimento e aprendizado resulta, muitas vezes, na repetição da história de vida de seus pais, que não tiveram o acesso à escolarização como realidade.

Segundo Cardoso (2008, p. 11), “A educação superior constitui um dos mais privilegiados meios de ascensão social, na medida em que amplia as oportunidades de obtenção de melhores empregos e remunerações mais elevadas”. Sen (2010, p. 35), menciona que “o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas”. É preciso considerar que, para além da formação profissional, a educação deve ter como principal objetivo a emancipação do sujeito a partir do conhecimento.

Considerando a educação superior como um caminho para ampliar o conhecimento, pleitear oportunidades de melhores empregos e ascensão social, acredita-se que ao permitir o ingresso de negros, indígenas e demais estudantes oriundos das classes populares da sociedade à educação superior pública, a política de cotas estaria contribuindo para uma maior inclusão social daqueles historicamente excluídos.

De acordo com Carvalho (2016), as cotas representam a divisão do poder concentrado pelos brancos, transferidos agora para negros e indígenas. Por meio das cotas é possível uma reserva mínima de vagas para que se alcance um nível maior de igualdade étnica e racial na sociedade brasileira. As vagas nas universidades não podem ser distribuídas somente para um determinado grupo, é preciso, segundo o autor, haver equanimidade.

Neste contexto, a proposição desse trabalho é que as cotas sociais e raciais se apresentam como uma nova configuração ao permitir acesso a espaços que se apresentam interditados, como muros que fecham as possibilidades a determinadas classes sociais. Assim, interessa-se

problematizar como os alunos que ingressam pelas cotas a compreendem e como tem se dado o acesso e permanência deles na universidade.

A partir daqui o termo “cotas” poderá ser mencionado de forma genérica para fazer menção às cotas sociais e raciais, objetos de estudo deste trabalho.

1.3. Apresentação do objeto e problematização da pesquisa

No Brasil, as discussões em torno das ações afirmativas e das cotas raciais em prol da diminuição das desigualdades surgiram nos anos de 1990, incitadas por lutas da sociedade civil encabeçadas pelas reivindicações do movimento negro por ações mais igualitárias e políticas de não discriminação (PEREIRA; RODRIGUES; GUILHERME, 2010).

A partir das mobilizações sociais do movimento negro e da aprovação das cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e na Universidade de Brasília (UnB), várias instituições decidiram também aprovar as cotas por meio da autonomia do conselho universitário. Ressalta-se que as ações afirmativas no Brasil surgiram em torno de uma pauta principal, o sistema de inclusão para negros no ensino superior e, no decorrer dos anos, além do critério racial passou-se a utilizar os critérios social e econômico.

De acordo com Cardoso (2008), o marco para que as ações afirmativas passassem a existir no país acontece após a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, que ocorreu em 2001 em Durban, África do Sul, pois foi a partir dessa conferência que se generalizou o debate em torno da inclusão e algumas ações com vistas a incluir os grupos excluídos da sociedade.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial também é um grande marco para a política de cotas, sendo criado com objetivo de garantir à população negra igualdade de oportunidades e efetivação de seus direitos. O Estatuto de Igualdade Racial defende que o não acesso aos bens públicos e privados baseados na discriminação da cor da pele devem ser duramente vedados e rejeitados (BRASIL, 2010).

A população negra mencionada pelo Estatuto da Igualdade Racial é composta por pessoas pretas e pardas. De acordo com Santos (2002), justifica agregar pretos e pardos ao grupo racial negro, devido esses dois grupos apresentarem características semelhantes em termos de exclusão dos seus direitos. O autor afirma ainda, que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos como o senso comum imagina.

Sobre a questão do termo raça, Gomes (2005) afirma que:

Por mais que os questionamentos feitos pela antropologia ou outras ciências quanto ao uso do termo *raça* possam ser considerados como contribuições e avanços no estudo sobre relações entre negros e brancos no Brasil, quando se discute a situação do negro, a *raça* ainda é o termo mais usado nas conversas cotidianas, na mídia, nas conversas familiares (GOMES, 2005, p. 45).

Para o autor, isso acontece porque o termo *raça* ainda representa a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação e do racismo que afeta as pessoas negras na sociedade. Mesmo que no Brasil se negue a existência do racismo e do preconceito racial, pesquisas afirmam que, “[...] no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país” (GOMES, 2005, p. 46).

O Estatuto da Igualdade Racial define a discriminação racial ou étnico-racial como toda exclusão, restrição ou preferência baseada em *raça*, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010).

As condições de vida, emprego, saúde, escolaridade comprovam a gigantesca desigualdade da população negra em relação à população branca no Brasil. As desigualdades vividas pelos negros no Brasil estão atreladas à exclusão social e à desigualdade socioeconômica que atinge toda população brasileira, mas de forma mais severa a população negra.

Segundo Gomes (2005), na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a *raça* tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se o termo *raça* não tivesse o peso que tem, não se utilizaria de características físicas para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil, nem faria uso de tais características para discriminar, negar direitos e oportunidades aos negros. É a partir dessa leitura de *raça* que os defensores das políticas de ações afirmativas têm trabalhado no Brasil, segundo o autor. As políticas afirmativas não são responsáveis pela superação do racismo e da discriminação racial, mas têm como objetivo a garantia de direitos aos grupos em situação desigual e de desvantagem histórica.

As ações de inclusão no acesso ao ensino público, conhecidas como cotas e ações afirmativas, surgem de forma mais efetiva no ano 2000, especialmente a partir de 2012, com a aprovação da Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas. De acordo com Magnoni (2016),

essa lei teve origem no Projeto de Lei n.73/99 (PL73), de autoria da deputada Nice Lobão, do Partido da Frente Liberal, relatoria do deputado Carlos Abicalil, do Partido dos Trabalhadores, que mediante um acordo político conquistado pela pressão dos movimentos sociais, aprovou o projeto por unanimidade na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal em setembro de 2005, e no início de 2006 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e em 2012, a lei foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff.

A lei de cotas estabeleceu que todas as universidades e institutos federais reservassem 50% de vagas para alunos egressos de escolas públicas, sendo que deste percentual, 25% seriam destinados aos alunos de baixa renda e, também, negros e indígenas (BRASIL, 2012a). No mesmo ano, foram criados o Decreto nº 7.824 e a Portaria Normativa nº 18. O primeiro dispõe sobre o ingresso de alunos nas Universidades Federais e nas Instituições de Ensino Técnico de nível médio e que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012b). A segunda dispõe sobre a implantação das reservas de vagas em Instituições Federais de ensino (BRASIL, 2012c). Em 2016, foi sancionada a Lei nº 13.409, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016). A cota para as pessoas com deficiência não será objeto de discussão direta desse trabalho, devido à instituição estudada ter recebido pela primeira vez alunos com deficiência em 2018, período posterior ao recorte definido neste trabalho.

O cenário da pesquisa é uma universidade pública que possui dois *campi*. Em um dos *campi* são ofertados vinte e cinco cursos de graduação presencial e no outro, nove cursos. De acordo com o art. 8º da Lei nº. 12.711/2012, as instituições deveriam implementar, no mínimo, 25% da reserva de vagas previstas a cada ano, e teriam o prazo máximo de quatro anos para o cumprimento integral. A IFES pesquisada implantou o sistema de reserva de vagas obedecendo aos percentuais mínimos definidos na lei, sendo: 12,5% em 2013, 25% em 2014, 37,5% em 2015 e 50% em 2016.

De 2013 a 2019, para ingressar na universidade a partir das cotas raciais era necessário que o candidato (a) apresentasse uma declaração onde ele (ela) se autodeclarava preto (a), pardo (a) ou indígena. No ano de 2020, além da autodeclaração foi implementada a comissão de heteroidentificação. Assim, para o ingresso pelas cotas raciais, o candidato (a) precisa apresentar a autodeclaração que será analisada por uma comissão que fará a aferição da veracidade da autodeclaração de maneira presencial.

De acordo com a norma construída pela instituição para regulamentar a aferição da veracidade da autodeclaração, discentes com registro ativo e cujo ingresso na instituição tenha ocorrido por meio de vagas reservadas a candidatos (as) pretos (as) ou pardos (as), mas cujo respectivo termo de autodeclaração não tiver sido submetido à Comissão de heteroidentificação racial, poderão ser convocados a fazê-lo a qualquer momento. Deste modo, os estudantes que ingressaram na instituição nos anos anteriores a 2020, poderão ter sua autodeclaração aferida pela comissão de heteroidentificação a qualquer tempo. Ainda segundo a norma, a heteroidentificação da autodeclaração é realizada com base exclusivamente no fenótipo do candidato (a) ou discente, critérios de ancestralidade não são considerados. Além da cor de pele serão consideradas outras características fenotípicas, tais como, tipo de cabelo, formato do nariz e lábios, não sendo admitida uma autodeclaração baseada exclusivamente em ascendência de pessoa negra (Dados da unidade pesquisada)².

A amostra desse estudo constitui-se de 90 respostas, tendo os estudantes ingressados pelas seguintes cotas:

- C1 - autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- C2 - que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- C3 - autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- C4 - com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Na Figura 1 é possível visualizar como é feita a distribuição das vagas no sistema de cotas pelo Ministério da Educação considerando os dados referentes ao Estado de Minas Gerais.

² Fonte não divulgada em respeito ao sigilo ético.

Figura 1: Distribuição das cotas considerando o total de vagas de um curso



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>

A partir da figura 1 fica mais fácil entender como ocorre a divisão das vagas considerando o total de vagas de um curso.

A ampliação de acesso ao ensino superior promoveu uma maior representação no número de “novos alunos” nas universidades, principalmente na última década, devido às novas políticas públicas (ANDRADE, 2017). Assim, para compreender como se dá a inclusão desses novos alunos na educação superior faz-se importante saber quem são eles e como o acesso ao ensino superior vem contribuindo para sua trajetória.

Entende-se que, se o Brasil fosse um país menos excludente, não seria necessária a criação de políticas com intuito de promover igualdade de acesso entre as pessoas. No entanto, vive-se em um país desigual onde as maiores e melhores oportunidades estão concentradas nas mãos de poucos. Logo, a criação de políticas voltadas à garantia de direitos da população de menos prestígio social, constitui-se fundamental para uma sociedade mais igualitária.

De acordo com Andrade (2017):

Sendo o significado da democratização “tornar algo acessível a todos”, oportunizar o desenvolvimento de suas aptidões, essa é imprescindível à educação, haja vista que a educação é um dos meios pelo qual o indivíduo pode requerer o seu espaço na sociedade (ANDRADE, 2017, p.3).

Entendendo a educação como um fator importante para a inserção do indivíduo na sociedade, compreende-se a política de cotas como uma aliada na medida em que oportuniza a inclusão de novos alunos à educação superior.

Ainda segundo Andrade (2017):

[...] considerando a existência de um *novo aluno*, geralmente trabalhador e com um antecedente escolar da educação básica deficiente, é imperioso que os estudos voltados para a temática das dificuldades pedagógicas dos alunos universitários contemplem a diferenças do *novo aluno* e o *aluno clássico*, e suas respectivas condições de ingresso e permanência na graduação, para que não se perpetue a ideia do senso comum de que as políticas de acesso desqualificaram a qualidade da educação superior do país (ANDRADE, 2017, p.14).

Percebe-se que grande parte dos alunos que ingressam no ensino superior público por meio das cotas carregam marcas da exclusão do sistema capitalista como pobreza e intensificação das desigualdades sociais e por vezes precisam receber o incentivo e o apoio necessário para não abandonarem o sonho da formação no ensino universitário. Muitos deles precisam dividir a atenção entre os estudos, a conciliação com o trabalho e o custeio da alimentação, da moradia e do material didático, o ser mãe e pai, o que difere da realidade dos estudantes pertencentes à elite.

É neste contexto que está inserido o problema de pesquisa e como questão norteadora tem-se: qual a compreensão dos estudantes cotistas sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) em uma universidade no Sul de Minas Gerais? O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar como os estudantes cotistas compreendem o sistema de reserva de vagas (cotas) em uma universidade pública no Sul de Minas Gerais. Os objetivos específicos compreendem: I - descrever as contribuições e impasses da política de cotas na visão dos estudantes cotistas e II- investigar as condições de acesso e permanência dos estudantes que ingressaram na universidade pesquisada por meio das cotas.

Para melhor articulação e organização da escrita, este trabalho será dividido em capítulos, cada qual com uma relação específica com a temática central, buscando responder os questionamentos e provocando a possibilidade de novos, na reflexão que o campo interdisciplinar proporciona.

O primeiro capítulo deste estudo concentra a introdução, essa vista anteriormente e organizada em partes.

No segundo capítulo: “Histórico das Desigualdades Sociais e Exclusão no Acesso à Educação Superior no Brasil”, busca-se demonstrar a partir de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e também por meio da discussão de alguns autores, as desigualdades entre as classes no Brasil.

O terceiro capítulo tem como título: “Educação, Desenvolvimento e Ações Afirmativas: Caminhos para a Inclusão Social”. Faz-se nesse capítulo uma breve discussão sobre a democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, bem como discute-se acerca do desenvolvimento voltado para as liberdades de cada indivíduo, ou seja, para além do crescimento econômico e ainda, discute-se como surgiram as ações afirmativas no Brasil e as mudanças no acesso ao ensino superior a partir das cotas.

O quarto capítulo tem como título, “Acesso e Permanência de Estudantes das Classes Populares: Desafios e Estratégias”. Nesse capítulo é feita uma reflexão sobre a expansão das universidades ocorrida a partir do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), bem como discorre sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que visa contribuir para a permanência dos estudantes com dificuldades socioeconômicas na universidade.

No quinto capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos do trabalho. A pesquisa caracteriza-se como sendo de abordagem qualitativa e natureza exploratória. O procedimento adotado foi o estudo de caso. Para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se o método adaptado à análise de conteúdo (AC) com contribuições de Bardin (1977).

No sexto capítulo intitulado resultado e discussão são apresentados os dados brutos e as análises que permitiram responder aos objetivos da pesquisa e conhecer a compreensão dos estudantes da IFES pesquisada sobre a política de cotas.

No sétimo capítulo encontram-se as considerações finais deste estudo.

2. HISTÓRICO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E EXCLUSÃO NO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

2.1. Educação e desigualdades sociais: o contexto brasileiro

O Brasil é um país historicamente desigual, sendo a desigualdade racial ainda mais gritante. De acordo com o IBGE (2017), 50 milhões de brasileiros, o que representam 25,4% da população brasileira, vivem na linha de pobreza com uma renda familiar equivalente a R\$ 387,07, o que equivalia em 2017 a 41 30% do salário mínimo. O número de trabalhadores desempregados no Brasil é maior entre pretos e pardos e são esses também que têm menor escolaridade, ganham menos, moram em residências em condições precárias e começam a trabalhar bem mais cedo (IBGE, 2017).

De acordo com Assunção, Nogueira e Santos (2018), a forma desigual de acesso aos bens culturais e a negação dos direitos resultam na exclusão social e racial. Para os autores, as ações afirmativas são resultado da redemocratização do país e da luta dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro, que mesmo com os avanços dos últimos anos encontram pouca representação em muitos espaços. Segundo Iamamoto (2005), a questão social a partir da gênese das desigualdades sociais, fundada nas crises causadas pelo capitalismo causa a violência e as mais diversas formas de pobreza.

Segundo o IBGE (2017), a parcela da população considerada pobre vinha caindo desde 2011, quando estava em 12,41%. Em 2014, o percentual ficou em 8,10%, e em 2015, cresceu para 9,96%. Já a porcentagem dos considerados extremamente pobres subiu de 3,01% para 3,63% no período. Segundo o estudo, são consideradas pobres as pessoas com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo e extremamente pobre aqueles cuja renda familiar per capita seja inferior a R\$ 70,00 (IBGE, 2017).

De acordo com o estudo feito pelo IBGE, em 2017 as taxas de desocupação da população preta ou parda foram superiores às da população branca em todos os níveis de instrução. Na categoria ensino fundamental completo ou médio incompleto, por exemplo, a taxa de desocupação dos trabalhadores pretos ou pardos era de 18,1%, bem superior ao percentual dos brancos 12,1%. Os dados apontados pelo estudo indicam que, quanto menos escolaridade, mais cedo o jovem ingressa no mercado de trabalho. A pesquisa revela ainda que 39,6% dos trabalhadores ingressaram no mercado de trabalho com até 14 anos. Segundo os analistas, a idade com que se começa a trabalhar influencia na trajetória educacional, pois a entrada precoce no mercado de trabalho é condição para que o indivíduo abdique dos estudos. Ainda sobre o

trabalho precoce, dados do IBGE apontam que, em 2016, a maior parte dos trabalhadores brasileiros (60,4%) começou a trabalhar com 15 anos ou mais de idade (IBGE, 2017).

A afirmação de Araújo (2013) corrobora com os dados apontados pelo IBGE:

É do conhecimento de todos que na contemporaneidade quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo maior será sua chance de manter-se competitivo no mercado de trabalho, assim como participante ativo nas relações de poder, enquanto para aquele de pouco estudo resta-lhe apenas a condição de subalterno e, em muitas situações, de marginalizado (ARAÚJO, 2013, p. 133).

A desigualdade de oportunidades educacionais não se manifesta com a mesma intensidade para todos os grupos. O aumento do nível educacional paterno é acompanhado pelo aumento do percentual de filhos que alcançam o ensino superior. O impacto da educação paterna é maior entre os brancos do que entre os pretos ou pardos, evidenciando a vantagem da população branca em converter sua herança educacional em acesso a esse nível de ensino (IBGE, 2017).

No tocante à desigualdade de oportunidades educacionais por cor ou raça, constata-se um diferencial considerável no nível de instrução de brancos, pretos ou pardos, a partir do perfil educacional de pais e filhos. Dentre os filhos brancos, 24,6% possuem ensino superior completo, enquanto essa proporção para pretos ou pardos era de 10,6%. Ainda comparando os extremos, observa-se que, em relação ao total da população analisada com ensino superior completo, 71% eram brancos e apenas 29% pretos ou pardos. Daqueles sem instrução, 29,4% eram brancos e 70,6%, pretos ou pardos (IBGE, 2017).

Considerando os dados, observa-se que o perfil educacional da classe trabalhadora marcado pela precarização, impossibilidades, desigualdades e discriminação, perpassa gerações e mantém-se ao longo dos anos. Os filhos de pais que tiveram acesso ao ensino superior têm uma chance maior de acessar esse nível de ensino. Tais dados confluem também para a compressão de como a discrepância entre a população brasileira contribui na perpetuação do abismo entre as classes. É gritante a diferença de oportunidades entre os brancos e os não-brancos no Brasil.

De acordo com Marques, Real e Oliveira (2018):

As desigualdades no Brasil, em termos sociais, econômicos e educacionais permanecem, apesar dos avanços ocorridos na última década e acentuam-se quando analisados os recortes de raça. Todavia, as diferenças em educação são os fatores que resultam, na maior parte, da diferença de renda, na medida em que as atividades de maior prestígio dependem de educação. É explícito para a sociedade que o acesso à educação superior representa a possibilidade do sujeito se apropriar de conhecimentos vinculados às exigências do mercado e ao desenvolvimento. Nesse contexto, observa-se que a educação superior brasileira passou por mudanças significativas (MARQUES; REAL; OLIVEIRA, 2018, p.156).

Embora tenham ocorrido avanços nos últimos anos em relação à diminuição das desigualdades no Brasil, é nítido que esses ainda são pequenos frente às diferenças existentes na sociedade. Para que possamos conjecturar uma sociedade mais igualitária é necessário que a educação seja entendida como direito e não privilégio e que haja maiores investimentos por parte do Estado e maior entendimento da sociedade sobre a importância e poder que tem a educação.

2.2. Dados da educação básica e superior no Brasil

Para melhor compreender o processo de exclusão no acesso à educação, faz-se importante conhecer os dados da educação no Brasil. Para isso, as informações trazidas pelo Censo Escolar, realizado em 2017, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresentam um panorama geral da educação nacional e contribui para um melhor entendimento de como caminha a educação básica e superior no Brasil.

Segundo o INEP (2017), em 2017 o Brasil contava com 184,1 mil escolas de educação básica, sendo que a maior parte delas está sob a responsabilidade dos municípios, concentrando cerca de dois terços das escolas. A maioria das escolas brasileiras oferta o ensino fundamental (71,5%), enquanto o ensino médio é ofertado por apenas 15,5% das escolas. São 27,3 milhões de matrículas no ensino fundamental, que se subdividem em: rede municipal, privada e estadual.

Já as matrículas no ensino médio chegam a 7,9 milhões, o que representa menos de um terço do número de matriculados no ensino fundamental. A matrícula do ensino médio segue a tendência de queda observada nos últimos anos que se deve a uma redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 14,2% de 2013 a 2017). A matrícula integrada à educação profissional cresceu 4,2%, passando de 531.843 em 2016 para 554.319 matrículas em 2017. As redes, estadual e privada agregam respectivamente 84,8% e 12,2% das matrículas do ensino médio, e a rede federal de ensino conta apenas 2,4% das matrículas (INEP, 2017).

Quanto ao ensino superior, os dados do Censo 2016, apontaram que, das 2.407 IES, 2.111 (87,70%) são privadas e 296 (12,30%) são públicas. Quanto às IES públicas, 41,6% são estaduais, 36,1% são federais e 22,3% são municipais.

De acordo com o estudo, quase três quintos das IFES são universidades e 37,4% são institutos federais (IFs) e centros federais de educação tecnológica (CEFETs). As 197 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,2% do total de IES, sendo a maioria,

universidades públicas (54,8%). Entre as IES privadas, predominam as faculdades (88,4%) (INEP, 2016).

As IES privadas têm uma participação de 75,3% no total de matrículas de graduação e a rede pública participa com 24,7%. Em relação a 2015, o número de matrículas na rede pública foi 1,9% maior, enquanto a rede privada no mesmo período foi 0,2% menor. Quando se comparam os anos de 2006 e 2016, observa-se um aumento no número de matrículas de 66,8% na rede privada e de 59,0% na rede pública. No Brasil, em cursos presenciais, há 2,5 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública. De acordo com o Censo, em duas Unidades da Federação (Paraíba e Roraima) das regiões Norte e Nordeste o número de matrículas na rede pública é superior à rede privada (INEP, 2016).

Conforme dados do INEP (2016), 86,7% das matrículas da rede federal estão em universidades. Com um aumento de 105,8% no número de matrículas entre 2006 e 2016, a rede federal é a que mais cresceu entre as IES públicas. De acordo com o INEP (2016), quase três milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação em 2016. Desse total, 82,3% em instituições privadas. Após uma queda observada em 2015, o número de ingressantes teve crescimento de 2,2% em 2016.

Entre 2015 e 2016, o número de concluintes na rede pública aumentou 2,9%, já na rede privada a variação positiva foi de 1,4%. No período de 2006 a 2016, a variação percentual do número de concluintes em cursos de graduação foi maior na rede privada, com 62,6%, enquanto na pública esse crescimento foi de 26,5% no mesmo período (INEP, 2016).

Considerando as informações acima, percebe-se que o número de alunos que ingressam no ensino médio é muito inferior ao número de alunos que se matriculam no ensino fundamental, no ensino superior não é diferente. Essas discrepâncias podem estar relacionadas a diversos fatores, dentre eles, a necessidade de os adolescentes pertencentes às classes populares terem que deixar a escola para trabalhar e ajudar na manutenção de suas casas, falta de incentivo dos pais que não tiveram oportunidade de estudar e por isso, não consideram importante a formação dos filhos e também falta de expectativa dos alunos quanto o papel social da educação. De acordo com Bampi, Diel e Scroczyński (2013), somente no final da década de 1990 o Brasil conseguiu universalizar a educação básica. No entanto, os indicadores sociais mostram que a universalização da Educação Básica contempla o Ensino Fundamental somente. Em relação ao Ensino Médio, os problemas persistem e, isso resulta na baixa entrada de estudantes no ensino superior.

A Tabela 1 extraída da Sinopse Estatística da Educação Superior, produzida pelo INEP (2016), aponta o número total de matrículas nos Cursos de graduação presenciais e a distância,

por cor/raça, no Brasil e a categoria administrativa no ano de 2016.

Tabela 1. Matrículas nos cursos Presenciais e a Distância, por cor/ raça segundo a Unidade de Federação.

Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor / Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2016								
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça							
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
Pública	1.990.078	763.328	158.392	532.259	29.270	12.348	61.858	432.623
Federal	1.249.324	458.549	107.660	387.457	16.041	8.838	32.785	237.994
Estadual	623.446	248.298	48.072	129.417	12.441	3.348	25.774	156.096
Municipal	117.308	56.481	2.660	15.385	788	162	3.299	38.533
Privada	6.058.623	2.316.451	327.401	1.395.979	94.331	36.678	114.663	1.773.120
Brasil	8.048.701	3.079.779	485.793	1.928.238	123.601	49.026	176.521	2.205.743

Fonte: INEP, 2016.

Os dados apresentados mostram que em 2016, o Brasil tinha 8.048.701 alunos matriculados em cursos de graduação presenciais e a distância, dos quais 38,26% declararam-se brancos, 6,04% pretos, 23,96% pardos, 1,54% amarelos e 0,61% indígenas. A Tabela 1 mostra ainda que (75,27%) das matrículas estão concentradas na rede privada de ensino.

A partir desses dados é possível perceber que a população negra representada no ensino superior é bem menor que a população branca. Os dados da tabela apontam ainda, que as matrículas no ensino superior estão maciçamente concentradas nas instituições privadas de ensino. Esse dado reforça a lógica de que parte da população de menos prestígio social não tem a universidade pública como realidade. Talvez isso se deva a fatores como o fato de o ensino privado ser ministrado em horários que permitem ao aluno trabalhar e estudar, o estudante ter que trabalhar para custear seu curso de graduação, pela localização geográfica já que as universidades federais em sua maioria estão concentradas em grandes centros, distantes do interior e de difícil manutenção de alunos das classes populares que teriam que morar em cidades diferente da família, e também pela dificuldade de ingresso.

Segundo Fonseca e Pimenta (2012):

A parcela de negros, índios e deficientes que chegam ao ensino médio e ao ensino superior é muito pequena, mesmo com a criação das cotas [...] essa redução se deve a fatores como abandono, evasão considerando as cotas existentes, isto demonstra que ao longo de suas vidas escolares há uma interrupção, por abandono, evasão, reprovação, ou pela própria condição financeira, mesmo com as políticas assistenciais (FONSECA; PIMENTA 2012, p.1).

Para que o acesso e a permanência das classes populares se efetivem na universidade, são necessárias ações que favoreçam as suas condições financeiras, pedagógicas, psicológicas, dentre outras questões que surgem e os permita sentir parte do ambiente universitário.

A partir dos dados da Tabela 1, é importante destacar também que parte das instituições privadas que ofertam o ensino superior no Brasil nada mais são que empresas. Nesse processo, a educação é tida por parte dessas instituições como uma mercadoria. Segundo Marques e Cepêda (2012), o ensino superior brasileiro se constitui de uma dualidade, de um lado o ensino privado (educação como mercadoria) e do outro lado, o ensino superior público (educação como direito e um bem público).

De acordo com Lima, Guimarães e Bovo (2018), é evidente a expansão do ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas, de maneira especial na esfera privada. Nesse sentido, é importante lembrar-se do Prouni e do Fies como exemplos de programas que contribuíram para a democratização do ensino superior, no entanto, favoreceram também a expansão das instituições privadas. O Prouni para as instituições privadas significou desoneração fiscal, e com isso, as instituições educacionais passaram a receber recursos públicos e vem crescendo na oferta de cursos na modalidade presencial e a distância.

Ainda segundo Lima, Guimarães e Bovo (2018):

[...] pode-se concluir que o avanço do ideário neoliberal principalmente nas políticas da educação superior brasileira, se consolida, ameaçando veementemente este nível de educação como um direito social, tornando-se um nicho de mercado altamente rentável (LIMA, GUIMARÃES; BOVO, 2018, p.12).

Ao permitir que a expansão do ensino superior se concentre nas redes privadas de ensino, o Brasil concorda que a educação seja tratada como mercadoria, e assim sendo, o objetivo principal da educação é o lucro produto do capital e não a formação humana, social e emancipatória.

2.3. Meritocracia no acesso à educação superior: justiça para quem?

No tocante ao acesso à educação superior, a questão do mérito é constantemente mencionada, pois se acredita que a força de vontade constitui fator principal para acessar o ensino superior, ou seja, basta desejar e se empenhar que o sucesso é certo. No entanto, é preciso considerar que as realidades dos indivíduos são diferenciadas e isso implica na inserção ou na exclusão desses do ambiente acadêmico.

Bourdieu (1998) entende que o desempenho escolar está mais relacionado com a origem e com uma bagagem cultural construída socialmente do que associada ao dom natural. Para o

autor, os estudantes chegam às escolas em condição de desigualdade em relação à posse de elementos culturais (conhecimento, habilidades, gostos, dentre outros) e ao tratar esses estudantes em condição de igualdade, o sistema de ensino acaba contribuindo para a reprodução das desigualdades. Nesse sentido, os conceitos de capital cultural e social da teoria elaborada pelo autor, permitem analisar a adaptação de estudantes oriundos das classes populares, vivenciadas no cotidiano acadêmico de uma universidade.

O capital cultural, definido por Bourdieu (1998), são saberes e conhecimentos intelectuais transmitidos pela família ou instituições escolares relacionadas com os privilégios recebidos pelo indivíduo em decorrência da classe que pertence. Dentro do ambiente escolar, isso é determinante para que o indivíduo tenha um bom rendimento. Segundo o autor, as crianças pertencentes às classes dominantes herdam um patrimônio cultural capaz de proporcioná-las experiências vastas como posse de livros, passeios em museus, viagens, dentre outros acessos não vivenciados pelas crianças das classes populares. Esse patrimônio herdado pelas crianças das classes dominantes facilita o processo de adaptação e favorece o êxito na educação escolar.

Ainda segundo Bourdieu (1998), os elementos que constituem o capital social são as redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede. O capital social, para o autor, são benefícios mediados pelas redes extrafamiliares e às lutas concorrenciais entre indivíduos ou grupos no interior de diferentes campos sociais. Assim, as chances que os indivíduos têm de acumular ou de reproduzir capital social dependem de sua posição dentro do sistema de estratificação.

No Brasil ainda se discute a questão do mérito como forma justa de ingresso nas universidades, pois entende-se que o aluno que teve uma melhor preparação escolar, obteve unicamente devido ao seu esforço e dedicação, por isso, o ingresso em instituição de renome e pública não é nada mais que fruto do seu esforço. Esse discurso coloca o indivíduo como responsável pelo seu sucesso ou fracasso e não considera as discrepâncias de realidade como fator determinante na trajetória escolar. Os estudantes que adentram em universidades pouco ou nada sensíveis às suas especificidades, têm ainda que enfrentar o discurso e a prática meritocrática que os desqualifica em nome de um discurso que prega a “qualidade acadêmica e científica”, que reproduz a exclusão (MOREIRA; GANAM, 2018).

Assim, é possível dizer que fatores como condições socioeconômicas da família, qualidade da escola, condições para acesso e permanência, não são vistos como barreiras que distanciam uns indivíduos dos outros. Cardoso (2015, p. 45) defende que, “o princípio meritocrático, pode-se tanto atribuir o “fracasso” ao indivíduo ignorando suas condições

objetivas de existência como atribuir o seu sucesso exclusivamente ao seu esforço próprio”. Fatores culturais, sociais, familiares e financeiros são normalmente desconsiderados quando se trata de mérito.

Para Cardoso (2015), cursar a universidade no Brasil está para além da formação profissional e acadêmica, a universidade para muitos é uma representação de poder e possibilidade de ascensão social, principalmente para aqueles pertencentes a classes populares. A ocupação desses espaços é bem representativa para aqueles que carregam marcas históricas de exclusão.

Ainda segundo Cardoso (2015), os mecanismos de acesso ao ensino superior brasileiro, favorecem a entrada de uma minoria excluída. Esse processo acontece devido os alunos serem excluídos ao longo do processo de escolarização. Aqueles que conseguem acessar os mecanismos de seleção para o ensino superior, já passaram por diversos meios seletivos, sejam sociais ou acadêmicos. A autora critica o discurso do mérito e enfatiza que a relação esforço versus recompensa não garante ascensão social nem escolar, pois há fatores que influenciam o trajeto a ser percorrido. Devido à educação ser historicamente ligada à religião, a narrativa do mérito se faz de tal forma que os que não conseguem acessar certos espaços, se conformam com o que é colocado e aceitam a exclusão, como se isso representasse uma vontade divina, e não uma desigualdade de oportunidades (CARDOSO, 2015).

Apesar da democratização do acesso ao ensino superior, as oportunidades permanecem desiguais, assim atribuir mérito ao indivíduo que carrega vantagens é desconsiderar o processo de desigualdade presente na sociedade. O mérito nada mais é que um mecanismo de exclusão social e assim sendo, pode-se concluir que ele é instrumento do sistema capitalista.

Segundo Anacleto et al. (2006):

A universidade pública brasileira está sustentada pelos princípios de liberdade e igualdade que se encaixam perfeitamente na base da lógica meritocrática. Se cada um é responsável por sua condição social, como aponta o capitalismo, invocando a individualidade, aqueles que se mantiveram fora da universidade são os responsáveis por essa situação, pois não se esforçaram o bastante (ANACLETO et al. 2006, p.88).

Essa lógica mencionada pelos autores ignora as relações existentes e as desigualdades e utiliza o mérito como um instrumento para exaltar o individualismo.

Ainda segundo Anacleto et al. (2006), a lógica meritocrática está presente não somente no acesso à universidade, mas também na permanência. Ao utilizar de práticas como coeficiente de rendimentos e tratar a educação como somente um meio para acesso ao mercado de trabalho, algumas universidades acabam por estimular a competição entre os estudantes, reforçando assim a lógica meritocrática e capitalista.

É preciso compreender as raízes históricas da desigualdade no Brasil, que tem origem no processo de colonização do país, e que mesmo após a abolição da escravidão, não inseriu a população negra na sociedade através da economia, cultura e educação, deixando marcas profundas que permanecem até hoje e que as políticas afirmativas tentam diminuir.

As políticas afirmativas, em especial a política de reserva de vagas (cotas), minimizam os efeitos da perversa realidade que age como mecanismos de perpetuação das desigualdades sociais e raciais. A desigualdade de oportunidades deve ser debatida pelo poder público e pela sociedade para assim criar e ampliar as possibilidades de ascensão para todos. Para isso é preciso superar a ideia do mérito, pois ele alimenta as desigualdades.

3. EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AÇÕES AFIRMATIVAS: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

3.1. Democratização do acesso ao ensino superior no Brasil: novas possibilidades?

As primeiras décadas da república marcam a facilitação do acesso ao ensino superior, em relação a mudança na forma de admissão e no aumento do número de IES. O aumento do número de instituições e as mudanças na forma de acesso foram resultado das transformações econômicas que o Brasil vivenciou na época, o que fez aumentar a procura pelo ensino superior. A implantação dos exames vestibulares para o ingresso nas faculdades foi uma maneira encontrada para atender à nova demanda. Os cursos superiores ofertados naquela época eram Direito, Medicina e Engenharia. Importante ressaltar que no período colonial e imperial não existiu no Brasil nenhuma instituição com *status* de universidade. Houve tentativas para criação das universidades, mas todas sem sucesso (CUNHA, 2010).

Referindo-se ao vestibular, Gisi (2006) aponta o seguinte:

Com o passar do tempo, os cursinhos preparatórios foram se aprimorando, nas mãos de instituições de ensino privado, que “vendem” por altos preços a entrada na educação superior, sendo possível, tão somente, aos alunos com condições econômicas para tanto. Não só em razão de deficiências da educação básica, mas também pela falta de vagas em universidades públicas, que aumenta a cada ano a concorrência e leva os alunos a necessidade de complementar os estudos em cursinhos dirigidos ao tipo de vestibular existente (GISI, 2006, p. 5).

Com o surgimento do vestibular, surgiram também os cursinhos preparatórios (um negócio para o setor privado, dada concorrência por uma vaga nas universidades públicas), porém, esses cursinhos em grande maioria eram prestados por alunos com condições econômicas para custear as mensalidades. Assim, aqueles com condições socioeconômicas desprivilegiadas eram excluídos desse espaço.

A primeira instituição denominada universidade foi criada no Brasil em 1920 no Rio de Janeiro, em 1927 surge a segunda universidade, a de Minas Gerais e, somente em 1934, é criada a terceira instituição no Rio Grande do Sul. As universidades, embora recém-criadas, sofreram muitas críticas de professores que as caracterizavam como menos abertas em comparação ao modelo de universidade dos outros países. No entanto, as críticas mais incisivas em relação ao modelo de universidade criado no Brasil vieram dos estudantes que levantaram a necessidade de uma reforma universitária. Assim, fica o movimento estudantil o principal responsável pelo projeto de reforma universitária que propunha a democratização da educação superior (CUNHA, 2010).

Embora o período de ditadura militar tenha gerado consequências nocivas, foi nesse período que o projeto de universidade brasileiro teve uma grande investida, no entanto, foram várias as perdas que as intuições de ensino superior vivenciaram no período. Parte dos professores e pesquisadores foram obrigados a se aposentarem, sendo que alguns professores foram exilados ou até mortos, houve impedimento da entrada de novos professores ou de progressão dos ativos, demissões de reitores, nomeação de novos reitores a partir de intervenções e perda da autonomia administrativa das instituições. Os movimentos estudantis foram duramente coagidos e silenciados (CUNHA, 2010).

Com o fim da ditadura militar em 1985, a universidade volta seus olhares para a redemocratização do país. Os movimentos estudantis, por meio da resistência, retomaram seus espaços de lutas, docentes e técnico-administrativos se organizaram a partir de entidades sindicais. No pós-ditadura, há uma expansão rápida do ensino superior, que substitui o modelo de cátedras³ (cadeiras) pelo modelo departamental nas universidades, o governo passa a incentivar também a criação de instituições privadas, com isso, há mudança de perfil dos alunos e de professores (CUNHA, 2010).

De acordo com Pereira, May e Gutierrez (2014), a universidade chega aos anos 1970 como uma universidade “funcional”, nos anos 1980 ela passa a ser uma universidade “de resultados” voltada para a atividade empresarial e chega aos anos 1990, como “operacional” (responsável pela formação de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado). Assim, segundo os autores, a universidade brasileira chegou ao novo século apresentando novos aspectos “número de instituições, de vagas e de estudantes que ingressam e se formam influenciada por setores externos à comunidade acadêmica (Estado, indústria, mercado etc.)” (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014, p. 128).

O acesso ao ensino superior segundo Rosa (2014) continua repleto de barreiras, dentre elas, a autora cita o número de vagas menor que a demanda, o que resulta em um grande número de candidatos disputando uma mesma vaga e o rigor dos exames vestibulares, que foi modelo único de ingresso nas instituições por um longo período. Para os alunos das classes populares, o acesso torna-se ainda mais difícil, pois aliada às barreiras citadas, somam-se outras como: deficiência na formação e dificuldades financeiras. Ao comparar os estudantes de escolas

³As universidades surgem na Idade Média organizadas como uma corporação de mestres e discípulos, aspirantes à universalidade do saber e a eles dedicados. Nasceram marcadas pela cátedra ou cadeira, nas quais seus regentes, acomodados fisicamente em um plano superior ao de seus ouvintes, detinham amplos poderes, convivendo intensamente com seus alunos e discípulos, lendo os livros, fazendo-os repetir e coordenando os debates com destreza de argumentação (FÁVERO, 2000, p. 01).

particulares com os provenientes de escolas públicas, Rosa (2014), afirma que esses encontram-se em desvantagem qualitativa em relação aos outros.

Para Pereira, May e Gutierrez (2014), a questão do número de vagas para o ensino superior público ser inferior à demanda, faz com que um quantitativo significativo de estudantes tenha que acessar esse nível de ensino em instituições privadas. Neste contexto, a democratização do acesso ao ensino superior não acontece de forma eficaz, e há uma transferência de demanda para o setor privado, que muitas vezes visa apenas o lucro e não a formação integral do sujeito.

Rosa (2014), ao fazer uma análise do perfil dos estudantes brasileiros em todos os níveis de educação chega à conclusão de que os alunos da educação básica da rede pública em sua maioria são de baixa renda e as suas condições sociais, econômicas e culturais os colocam em condição de desigualdade de escolarização em comparação aos demais grupos da sociedade. Para a autora, a taxa de escolarização está diretamente relacionada às condições financeiras “[...] quanto melhores as condições econômicas, maior é o índice de indivíduos matriculados na educação superior” (p. 242). Neste contexto, o acesso ao ensino superior apresenta relação direta com as experiências sociais, econômicas e culturais construídas pelos indivíduos ao longo da trajetória de vida. Assim, considerando o histórico de desigualdades presente na sociedade, é imprescindível a criação de políticas com a finalidade de democratização do acesso à educação superior pública, como forma de romper com as barreiras enfrentadas pelas classes populares.

De acordo com Rosa (2014):

Em decorrência das transformações de ordem social e econômica que perpassam a sociedade do final do século XX e início do século XXI, a garantia do acesso à educação superior tornou-se alvo não apenas das parcelas menos abastadas da população, mas também passou a se constituir como meta de políticas públicas, em razão de ordenamentos e indicações de organismos econômicos internacionais, que apregoam o acesso a esse nível de ensino como propulsor do desenvolvimento econômico (ROSA, 2014, p. 243).

A criação de políticas que contribuem para a expansão do acesso à educação superior surge como forma de atender à demanda da sociedade e, também como indicativo de maior desenvolvimento do país. A ampliação da oferta de vagas nas instituições de educação superior pública brasileira e de novos mecanismos de acesso, como a criação das ações afirmativas, tem como objetivo contemplar os grupos sub-representados no nível superior de ensino.

Discutidas as questões relacionadas às novas formas de ingresso, é preciso então voltar o olhar para a diversidade do público que tem adentrado as universidades nos últimos anos em decorrências das políticas de democratização.

Para Rosa (2014):

Garantir reserva de vagas na educação superior para grupos com histórico de discriminação étnico-racial, com condições socioeconômicas fragilizadas, com formação escolar e cultural deficitária, ou ainda por sua deficiência física, sendo essa garantia desvinculada de uma política de promoção da permanência dos mesmos no âmbito da universidade, não oportuniza a democratização plena do acesso, mas apenas expande as condições de acesso à educação superior. Portanto, a partir do momento que se institui uma política de cotas, é fundamental a criação de políticas de acolhimento desse alunado (ROSA, 2014, p. 255).

Pereira, May e Gutierrez (2014) corroboram com Rosa (2014), afirmando que a democratização está para além da inclusão de estudantes com histórico de exclusão no ensino superior. Para os autores, democratizar é atuar contra as desigualdades sociais, nesse sentido, aliado ao acesso é preciso proporcionar concorrência justa que é a oferta de condições de permanência para os estudantes em situação de vulnerabilidade. Assim, se efetiva a democratização da universidade, “menos elitista, mais aberta, mais plural e diversa, abarcando de forma representativa segmentos étnico-raciais, etários, de gênero e de classe” (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014, p. 133). Os autores afirmam ainda, que a ampliação de vagas em instituições públicas e privadas destinadas às classes populares sem se pensar na importância das condições de permanência, geram problemas ao invés de soluções e em nada modificam a realidade dos indivíduos.

A democratização do ensino superior está para além da garantia de acesso, considerando os diversos problemas enfrentados pelo público atendido pelas cotas e pensando no verdadeiro sentido de democratizar, sem mecanismos que contribuam para a permanência não há democratização nem promoção social do indivíduo e sim exclusão. As instituições precisam ser sensíveis à realidade de diversos alunos que formam o corpo discente das universidades e instituírem políticas em nível local pensando na permanência e na verdadeira inserção desses indivíduos no espaço universitário.

3.2. Educação e desenvolvimento para uma sociedade menos desigual

Se a sociedade deseja se construir de forma mais justa e igualitária, entende-se que poderá atingir tais objetivos a partir do acesso ao conhecimento por intermédio da educação, que segundo a Constituição Federal (CF) de 1988 é um direito de todos. Sem a valorização da educação como bem fundamental do cidadão, não se tem um país desenvolvido.

O entendimento acerca do desenvolvimento está muitas vezes atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), riqueza, industrialização, avanço tecnológico ou

modernização. No entanto, o desenvolvimento precisa ser entendido para além das questões econômicas, considerando as liberdades que cada indivíduo desfruta (SEN, 2010).

Para Sachs (2008), o conceito de desenvolvimento está além da multiplicação de riquezas materiais, assim, o crescimento é uma condição necessária, porém, não suficiente para alcançar uma vida melhor. Conforme o autor, considerando o contexto histórico em que se deu a ideia de desenvolvimento, sugere-se que sejam reparadas as desigualdades passadas e que possa surgir uma nova conjuntura capaz de preencher o abismo civilizatório entre a minoria rica e a maioria pobre.

A ideia de desenvolvimento, quando atrelada somente à questão econômica, não consegue estabelecer equiparação entre os indivíduos e acaba corroborando para o aumento das desigualdades entre esses. Neste contexto, ao analisar o desenvolvimento econômico é preciso considerar seu impacto sobre a democracia, liberdades políticas, vida e as capacidades dos cidadãos, assim, o aspecto de oportunidades exige que avance para além das visões de desenvolvimento tradicionais (SEN, 2010). Para que haja desenvolvimento é preciso que os indivíduos sejam libertos de qualquer situação de opressão e negligência e ou qualquer carência. As formas de oportunidades ofertadas aos indivíduos podem favorecer o desenvolvimento de suas liberdades individuais e sociais, uma vez que propicia acesso a serviços básicos como educação, saúde, participação de discussão pública, interação social, e outros direitos civis, entendidos como fatores ou agentes promoventes de liberdades.

O desenvolvimento deve pautar-se para além da acumulação de riqueza e buscar garantir o acesso e a expansão de serviços sociais básicos, essenciais na minimização das privações de liberdades (SEN, 2010).

Entende-se que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como meio do desenvolvimento. “O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas” (SEN, 2010, p.77).

Para atingir o desenvolvimento é preciso que a liberdade seja vista como primordial e que as pessoas possam ser ativamente envolvidas no processo, isso significa garantir oportunidades para que todos possam conduzir seus destinos e não somente serem expectadores do processo de desigualdade. Nesse sentido, “O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas” (SEN, 2010, p. 77). Para superar essa condição, Sachs (2008, p. 39), propõe que “O conjunto da população também deveria ter iguais oportunidades de acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção à saúde e moradia”.

Do mesmo modo, de acordo com Sen (2010), as oportunidades sociais influenciam diretamente na liberdade do indivíduo viver melhor. O autor considera essas oportunidades importantes não só do ponto de vista de levar uma vida saudável, mas também de participação nas atividades econômicas e políticas. O autor menciona ainda, o analfabetismo como uma barreira que impede a participação das pessoas em atividades econômicas e políticas que exigem um cuidado mais rigoroso na produção e no controle de qualidade (SEN, 2010). Aqueles cuja chance de estudar e assim melhor qualificar foram negadas, deparam-se com inúmeras barreiras para se estabelecer nesse mercado competitivo e quase sempre excludente. “[...] as dificuldades que alguns grupos de pessoas enfrentam para ‘participar da vida da comunidade’ podem ser cruciais para qualquer estudo de ‘exclusão social’” (SEN, 2010, p. 123). Para lidar com as diversas privações existentes na sociedade é preciso que haja intervenções no sentido de permitir, dentre elas, a atuação do Estado com ações voltadas à garantia de direitos essenciais para uma vida digna.

Assim, o desenvolvimento humano aparece como contribuição direta para a melhoria das capacidades humanas. “Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida de toda população” (SEN, 2010, p.191).

O papel das políticas públicas, sobretudo neste estudo a política de cotas, é primordial para garantir a expansão das liberdades e diminuição das desigualdades extremas que surgem a partir de “[...] padrões de raça, sexo e classe [...]” (SEN, 2010, p. 365).

Compreende-se aqui, a liberdade de escolha e o acesso às oportunidades como importantes meios para atingir o desenvolvimento e a inclusão social, mas para que isso aconteça são essenciais:

[...] políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora e desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vida decentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta pela sobrevivência (SACHS, 2008, p. 27).

Para haver inclusão dos segmentos excluídos da sociedade é preciso que haja equidade. “A equidade, traduzida em termos operacionais, significa o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem” (SACHS, 2008, p. 14). Considerando o exposto, entende-se que, em contraposição as desigualdades, terão sempre que existir políticas e ações voltadas para a inclusão, pois essas se tornam mecanismos necessários em uma sociedade desigual.

O ser humano precisa ser livre para fazer suas escolhas e a universidade tem representação fundamental nesse processo. A educação, para ser emancipadora, deve abranger todos independentemente da posição social, religião e lugar que o indivíduo ocupa.

De acordo com Cunha (1980):

O principal ideal liberal da educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do “homem total”, liberado e pleno (CUNHA, 1980, p. 34).

Segundo o autor, para a classe popular não basta que a escola seja gratuita, pois a grande maioria necessita trabalhar para poder ajudar a família em suas necessidades básicas. Assim, todos têm liberdade para se educar, mas não tem igualmente as mesmas condições, pois as realidades socioeconômicas são diferentes. Cunha (1980, p. 52), aponta também que “[...] a sociedade brasileira, no seu estado atual, entretanto, não é ainda completamente aberta, pois há fatores que impedem a entrada (ou exige a saída prematura) de muitos indivíduos da escola, antes de atingirem o ‘seu’ degrau”. Dessa forma, fica evidente o quanto a educação precisa melhorar para ser de fato inclusiva, propiciando o acesso e permanência de todos.

Segundo Cunha (1980):

Primeiro a escada, isto é, as oportunidades de escolarização, não são franqueadas a todos. O atendimento do sistema educacional é extremamente desigual entre as diversas regiões do país e, em cada uma, entre as classes sociais. Segundo, mesmo onde há maior atendimento, verifica-se uma grande desigualdade da educação. Ora, o que conta, em termos de qualificação, é o produto da educação e se esse é desigual em termos de qualidade, não se pode dizer que há igualdade de oportunidades mesmo quando o atendimento do sistema escolar é amplo (CUNHA, 1980, P. 55).

Para o autor, reduzir as desigualdades sociais e regionais implica a reformulação do sistema. A oferta da educação não pode privar uma região em detrimento da outra, nem o indivíduo que detém uma melhor situação econômica daquele que não possui a mesma condição.

De acordo com Santos (2004, p. 91), “A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo aquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor”. Alguns destes grupos sociais são representados por estudantes de baixa renda, oriundos de escola pública, pretos, pardos e indígenas.

Durante muito tempo a universidade foi composta somente pela elite desse país, no entanto, o cenário aponta para uma alteração nos últimos anos, e a política de cotas se apresenta como uma possibilidade para essa transformação. De acordo com Carvalho (2016, p. 15), “[...]”

as cotas são uma forma concreta de partilha de poder, benefícios e bens – ou, no nosso caso, cotas nas universidades. Falar de cotas é falar de divisão de poder e de riqueza, material ou imaterial”. Muitos dos estudantes que adentram as universidades públicas por meio de ações afirmativas são os primeiros da família a ingressar no ensino superior, e isso é bem representativo do ponto de vista histórico e também dessas famílias.

Assim, tem-se que a política de cotas sociais e raciais surge na tentativa de contribuir para a inclusão de uma parcela numerosa de pessoas excluídas da educação superior visando diminuir as desigualdades existentes entre as classes. Segundo Fernandes (1979):

[...] as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando ‘a massa de homens de cor’, ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional. (FERNANDES, 1979, p. 72).

Martins (2006) reforça este pensamento quando menciona:

Temos uma questão racial porque é em nome dela que um número enorme de seres humanos está privado de igualdade e de direitos. A questão racial aprisiona e imobiliza a própria condição humana possível, a virtualidade que não se cumpre em relação a todos, não só o negro (MARTINS, 2006, p. 98).

Considerando a educação como vetor de inclusão social e fator de desenvolvimento, a política pública de cotas voltada para atender oriundos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e demais estudantes das classes populares, se apresenta como possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.3. As ações afirmativas no contexto de seu surgimento: menos injustiças e mais inclusão

Ações afirmativas podem ser entendidas como medidas de caráter social com objetivo de democratizar o acesso dos cidadãos a meios fundamentais como emprego e educação. Essas medidas têm por objetivo promover condições para ampliar o acesso de forma igualitária a tais meios. No Brasil, a política de cotas, é uma das principais representantes do que se denominam ações afirmativas, pois as cotas visam à inserção social de grupos minoritários excluídos por fatores (étnicos, raciais, entre outros) por meio da reserva de vagas (GUARNIERI; SILVA, 2007).

Segundo Gomes (2001), as ações afirmativas são medidas públicas ou privadas, podendo ter caráter voluntário, facultativo ou compulsório, para atenuar as discriminações

sofridas por determinados grupos excluídos. Com tais ações, anseia-se o acesso aos bens materiais e simbólicos fundamentais para uma maior participação social de grupos sub-representados e espera-se que as desvantagens materiais e simbólicas possam ser amenizadas.

O termo ação afirmativa é originário dos Estados Unidos, que é uma referência ainda hoje para o assunto (MOEHLECKE, 2002). No entanto, outros países apresentam-se importantes na discussão do tema, como é caso da Índia, que instaurou tais medidas sob o argumento de “tratamento especial” aos grupos sem representação proporcional ao seu percentual na população (SANTOS, 2012).

No Brasil, as ações afirmativas são inspiradas no modelo estadunidense, e tem os movimentos sociais, dentre eles, o movimento negro, como principal responsável pelo seu surgimento.

Meira (2013) descreve o real significado da existência das ações afirmativas:

As mazelas herdadas de um sistema colonialista, patriarcal e racista, a falta total de projetos de inclusão política e social ao longo de mais de cem anos de república, faz com que pensemos as ações afirmativas como mecanismos de reparação e adequação das pessoas discriminadas e alijadas dos espaços de poder, como mecanismo justo, próprio de um ordenamento que se deseja democrático. É certo que as ações afirmativas não figuram como única opção de inclusão social. No entanto, constitui-se como uma das operações de inclusão mais importantes (MEIRA, 2013, p. 69).

As ações afirmativas não são mecanismos únicos de combate às desigualdades, mas assumem o papel de facilitar a inclusão social, tendo em vista a ausência de políticas inclusivas destinadas às populações discriminadas pelo modelo sistêmico que imperou no país por muitos anos.

Santos (2012) aponta que no Brasil, as ações afirmativas têm se mostrado diferenciadas. Em um primeiro momento, o da redemocratização, houve uma grande pressão dos movimentos sociais para a incorporação de demandas dos negros e indígenas e a inclusão de temáticas curriculares no ensino fundamental e médio. Já no segundo período, o que compreende os anos 1980 e 1990, foi o período em que foram assegurados pela Constituição Federal e nas Estaduais, textos específicos à demanda dos movimentos sociais. Mudanças significativas só puderam ser notadas no início do século XXI, quando várias instituições do ensino superior adotaram ações afirmativas para negros e indígenas, com ênfase no sistema de cotas.

No âmbito da educação privada, podemos citar como ação afirmativa o Prouni, instituído pela Lei Federal 11.096/05, visando à concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes classificados como economicamente vulneráveis e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), conhecido como modalidade de

financiamento dos estudos de nível de graduação de estudantes de baixa renda em instituições de educação privada.

Segundo Santos (2012), o Prouni recebeu várias críticas, por ser um programa que visava à oferta de vagas na rede privada e não o aumento de vagas nas instituições públicas. No entanto, guardadas as críticas que são importantes para repensar qualquer política, não há como negar a importância do Prouni como passo para a existência das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Lima (2010) concorda com Santos (2012), e sinaliza que o Prouni pode ser considerado o ponto de partida para a consolidação de uma demanda antiga, finalmente assumida pelo Estado brasileiro.

No embate contra as desigualdades, é preciso considerar que toda ação pública, privada, e/ou que parta da sociedade tem influências positivas e representam o amadurecimento social de uma sociedade, na medida em que ampliam o acesso à educação e a outros direitos às classes populares.

A grande concentração de riquezas e a má distribuição de renda são responsáveis pelo distanciamento entre os povos e pela exclusão desses em vários espaços sociais. Segundo Cecchin (2006), falar em igualdade importa entender o seu real significado, como forma de contemplar a todos independentemente da posição social que ocupa. No entanto, observa-se que as minorias se formam por motivos de cor, sexo, condições econômicas, dentre outras características. Tais fatores servem de baliza separatória, gerando exclusão e sérios prejuízos para sociedade, sendo eles de ordem moral, econômica e social. Daí a importância das ações afirmativas para transformar essas distorções e diminuir a discriminação desses grupos principalmente no acesso à educação e ao trabalho. Para o autor, as ações afirmativas são formas de discriminação positiva, que visam proporcionar igualdade a indivíduos em condições de desvantagem.

Embora o sistema de cotas seja um dos exemplos mais conhecidos do que vem a ser ação afirmativa, ele não se resume em cotas para acesso as universidades. Ainda segundo Cecchin (2006):

É importante destacar que não se pode resumir a ação afirmativa no sistema de cotas, pois este é apenas uma espécie daquela. As ações afirmativas podem surgir de atos privados, como reserva de vagas para mulheres negras, reserva de vagas para o ensino de pessoas carentes. Ou de atos ou leis públicas, como incentivos fiscais para quem contrata deficientes físicos, previsão de incentivo fiscal em edital de licitação para quem contrata negros, obrigatoriedade de contratação de determinado percentual de deficientes físicos. Não há lei que impeça o implemento de ação afirmativa, desde que, é óbvio, não constituam uma discriminação negativa (CECCHIN, 2006 p. 336).

O significado do que vem a ser ação afirmativa é amplo e engloba várias ações. Todas essas com o principal objetivo de tratar a inclusão dos excluídos.

Pereira, Rodrigues e Guilherme (2010), defendem que as ações afirmativas têm por objetivo atingir resultados concretos na vida dos indivíduos. E, por isso, devem ser sempre discutidas. A política de cotas, quando mencionada pelos autores, é vista como parte de questões que englobam aspectos sociais, históricos, políticos, dentre outros, sendo seus efeitos difíceis de serem notados imediatamente, no entanto, seus reflexos contribuirão para a transformação da realidade social em longo prazo.

De acordo com Lima (2010):

A geração das desigualdades, fome, desemprego, preconceitos são temas amplamente discutidos na sociedade mundial como fatores agravantes do desenvolvimento econômico, subtraindo possibilidades de redistribuição de renda e a promoção da justiça social. Exatamente nesta direção que não é possível ignorar a discussão de ações afirmativas como meio de inclusão educacional à universidade brasileira alienada da lógica do capital e do capitalismo (LIMA, 2010, p. 280).

Neste contexto, uma sociedade que pretende desenvolver-se deve estar atenta aos fatores de discriminação e as diferenças que separam os indivíduos, para isso, são imperiosas discussões e ações no sentido de criação de políticas públicas voltadas para a garantia de oportunidades.

3.4. Cotas: mudanças na forma de acesso à universidade

A forma com que o Brasil se desenvolveu trouxe inúmeros problemas, dentre eles os relacionados à educação, que foi oferecida a alguns e negada a muitos desde o seu surgimento. Boa parte dos problemas que a educação acumula no Brasil, é em decorrência dos resquícios históricos.

O ensino superior no Brasil, segundo Silva e Rodrigues (2012), surgiu de forma pouco expressiva e, por muitos anos destinou-se apenas à elite do país, pois esses tinham condições econômicas para arcar com os custos da formação. O surgimento das instituições públicas não mudou esse cenário, pois continuou beneficiando por muito tempo a elite do país.

A CF de 1988, em seu artigo 205, diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O artigo 206 da CF diz também que o ensino será ministrado com base no seguinte

princípio: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, reafirmando o disposto nos artigos constitucionais e na LDB de 1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 21, a LDB estabelece que a educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior (BRASIL, 1996). No entanto, embora existam essas legislações para garantir e proteger o direito à educação, o número de pessoas sem acesso à escola, ao ensino de qualidade e à universidade ainda é grande. De acordo com Nitahara (2019), embora o acesso à educação infantil tenha aumentado nos últimos anos, com a frequência escolar na faixa etária de até três anos subindo de 30,4%, em 2016, para 34,2% em 2018, e na idade de quatro e cinco anos ter passado de 90,2% para 92,4%, o acesso ao ensino superior continua restrito. Somente 32,7% dos jovens entre 18 a 24 anos estão nas universidades.

Como forma de promover maior igualdade no acesso ao ensino superior, o debate em torno das cotas no Brasil teve início no fim da década de 1990 dentro do que se denominam ações ou políticas afirmativas. O objetivo maior da Lei de Cotas seria proporcionar um processo de inclusão social de grupos à margem da sociedade. Entende-se que a superação das desigualdades socioeconômicas impõe-se como uma das finalidades de qualquer sociedade que almeja a uma maior igualdade social (MENEZES, 2015).

Segundo Fonseca e Pimenta (2012):

A discussão sobre educação como um direito humano e social vem ganhando espaço, principalmente, quando temos uma educação baseada na exclusão. Durante muito tempo a escola possuía o papel de selecionar os melhores, nesta seleção ficavam fora as mulheres, os negros, os indígenas, os deficientes, aqueles que eram considerados incapazes para suprir as necessidades do mercado de trabalho (FONSECA; PIMENTA, 2012, p.3).

Com a aprovação da Lei nº 3.524 no ano 2000, que garantia 50% das vagas nas universidades para estudantes de escolas públicas municipais e estaduais de ensino, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tornou-se a primeira universidade do Brasil a aderir ao sistema de cotas, posteriormente outras instituições também adotaram o respectivo sistema. A Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira entre as universidades federais a aprovar o ingresso aos cursos por meio das cotas. A decisão da UnB foi tomada pelo Conselho Universitário, que aprovou as cotas para alunos negros independentemente da situação socioeconômica e origem escolar (MAGNONI, 2016).

De acordo com Santos, Vivas e Silva (2011), embora a política de cotas tenha possibilitado o aumento do acesso à educação superior de muitos alunos provenientes de grupos excluídos, há ainda uma demanda reprimida, diversos jovens encontram-se excluídos desse

processo. Assim, é importante refletir sobre o papel social que a universidade cumpre na contemporaneidade a partir do ensino, pesquisa e extensão, que constituem tarefas fundamentais para a promoção de uma nova ordem social que permita a inserção e participação da população e respostas a suas demandas.

De acordo com Fialho (2005):

Refletir sobre a missão da universidade na contemporaneidade e sua contribuição para o desenvolvimento local e sustentável constitui uma aventura intelectual, dado o caráter multirreferencial das questões que aí se encontram imbricadas, bem como a complexidade inerente a constituição histórica desse nível de ensino e sua estreita relação com os meios e modos de produção (FIALHO, 2005, p.40).

Considerando a educação como fator preponderante para que se tenha maior desenvolvimento e melhor qualidade de vida, o papel social da universidade nesse sentido é crucial, pois cabe a ela produzir e disseminar conhecimento, contribuindo assim para a diminuição das distâncias entre os indivíduos e para um maior desenvolvimento social.

A Lei de Cotas para as IFES apresenta-se como uma alternativa e contribui para diminuição de desigualdades. Afrodescendentes, indígenas, dentre outros, que não tinham acesso à educação básica em tempos passados, veem a oportunidade de acesso ao ensino superior. Segundo os autores Fonseca e Pimenta (2012), o reconhecimento dos desiguais implica pensar os desiguais como protagonistas que passam a ter acesso aos meios até então frequentados somente por aqueles que possuíam maior poder aquisitivo. Nesse sentido, as cotas aparecem com um dos tipos de ações afirmativas existentes que visa proporcionar acesso àqueles que não viam a universidade pública como possível de ser acessada.

4. ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DAS CLASSES POPULARES: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

4.1. O Reuni e o processo de expansão das universidades

A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como Reuni⁴, a universidade pública brasileira expandiu-se para um público historicamente excluído desse espaço: oriundos de escola pública, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros.

De acordo com Ganam (2016), o Reuni significou para as universidades um contrato de gestão com metas de desempenho para o recebimento de investimentos financeiros. Essas metas tinham como finalidade criar condições para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior público federal. Dentre as propostas do Reuni estavam previstas a redução da evasão e retenção, a ocupação de vagas ociosas e também, a ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil, com objetivo de elevar gradualmente as taxas de conclusão de cursos de graduação.

O Reuni fundamentou-se a partir de um acordo entre o Estado, as instituições públicas de ensino e a sociedade, visando à elevação dos níveis de acesso e permanência e do padrão de qualidade, e ainda, o aperfeiçoamento do sistema público de educação superior. Podendo ser considerado uma das principais políticas implementadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo um programa de ampla dimensão em âmbito acadêmico, político e estratégico. A expansão da oferta de vagas das IFES proposta pelo programa teve como objetivo favorecer a democratização do acesso e a inclusão social sem abrir mão da qualidade de ensino (GANAM, 2016). Pensando a universidade pública pela perspectiva da democratização, Chauí (2003), assinala alguns pontos que são a condição e a forma da mudança, sendo eles: colocar-se contra a exclusão, tornar a educação como direito do cidadão (sendo direito esse tem que ser universal), defesa da universidade, recusa à privatização, maior autonomia universitária.

No que se refere à expansão do acesso ao ensino superior, faz-se importante destacar que à medida que o sistema público se expande, há a ampliação do acesso à universidade e, isso resulta na diversificação do público alvo, o que possibilita uma maior presença de um novo

⁴ Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

público universitário, sobretudo estudantes vindos de famílias vulneráveis. De acordo com Schwartzman (2007), a ampliação do acesso é uma forma de se pensar a questão da inclusão no ensino superior. O acesso favorece a inclusão, no entanto, não se pode esquecer que permitir que o estudante permaneça na universidade até a conclusão do seu curso com sucesso é crucial, pois o acesso por si só não garante a inclusão.

Segundo Ganam (2016), com o Reuni o Governo Federal pretendia dobrar o número de vagas nas Universidades Federais no período de uma década, priorizava a criação de novos cursos, com incentivo as licenciaturas, preferencialmente em período noturno, para que a democratização do acesso ao ensino superior pudesse beneficiar os estudantes trabalhadores. O Reuni teve o objetivo também, de incentivar a política de interiorização universitária, visando o acesso à universidade às pessoas que vivem no interior do país e tem dificuldade para acessar os grandes centros. Ainda segundo a autora, embora a proposta do Reuni evidencie quantitativamente a concepção de acesso mesmo com estruturas físicas preliminares mínimas, ela permitiu que estratos sociais anteriormente barrados no acesso à universidade pudessem chegar até ela. Neste contexto, cabe às universidades enquanto instituições públicas o papel de desenvolvimento, inovação e também inclusão e redistribuição de capital social e cultural que são intrínsecos a sua formação enquanto instituição pública.

4.2. O PNAES e a permanência dos estudantes

As primeiras ações com o propósito de assegurar garantias de permanência dos estudantes nas universidades, surgiram a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), em 1987. Esse fórum tem o objetivo de propor políticas de Assistência Estudantil visando assegurar a permanência dos estudantes com dificuldades socioeconômicas nas universidades. Para o Fonaprace, a democratização do ensino superior deve considerar não só o acesso, mas a permanência, principalmente daqueles de baixa renda. A atuação política do Fórum, que em 2020 completou 33 anos, é de grande importância para a defesa das questões relacionadas à Assistência Estudantil.

Em 2019, o Fonaprace divulgou a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a junho de 2018, participaram da pesquisa estudantes de 63 universidades e de dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Considerando o público respondente, 35,34 % do total de alunos matriculados nas IFES brasileiras, os dados apontam que 56,4% dos (as) estudantes das IFES são mulheres, 51,2% dos

(as) estudantes respondentes se autodeclararam negros, o que demonstra que as ações afirmativas elevaram em 15 anos o número de estudantes pretos (as) e pardos (as) de 160.527 para 613.826, representando um aumento de 282%. Considerando os graduandos segundo a renda per capita mensal familiar, a pesquisa apontou que 70,2% dos estudantes pertencem a famílias cuja renda mensal total é de até 1,5 salários mínimos (FONAPRACE,2019).

Em relação ao percentual de graduandos (as) que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas, em 2018, 60,40 % dos respondentes da pesquisa disseram ter cursado o ensino médio em escolas públicas. Em 2003, quando o Fonaprace realizou a II pesquisa do perfil discente, o percentual de alunos (as) que cursaram o ensino médio em escola pública era 37,5% (FONAPRACE,2019).

A pesquisa correlacionou à evolução das formas de ingresso, considerando os anos (2005 – 2018). Em 2005, 96,9% dos discentes das IFES ingressaram pela ampla concorrência (exames vestibulares) e 3,1% ingressaram por cotas. Em 2018, 51,7 % ingressaram por ampla concorrência e 48,3% por cotas (FONAPRACE, 2019).

Em relação aos graduandos (as) segundo escolaridade dos pais, em 2018, 66,2% dos pais e 62,7% das mães dos graduandos (as) tinham até o ensino médio. Esse dado revela que a maioria dos estudantes das IFES vem de famílias em que nem o pai, nem a mãe ou quem os criou tiveram acesso ao ensino superior (FONAPRACE, 2019).

A partir dos dados apresentados pela pesquisa, percebe-se que o público das IFES sofreu alterações ao longo dos anos, e que a política de cotas tem uma importante atuação para essa mudança de perfil dos discentes. Sendo a maioria dos estudantes das IFES segundo a pesquisa, oriundos de escolas públicas e pertencentes a famílias cuja renda familiar per capita mensal é de até 1,5 salários mínimos é imprescindível que as IFES tenham políticas de Assistência Estudantil eficazes, de forma a favorecer a inserção completa desses alunos ao contexto universitário, considerando que eles vêm de realidades diversas e precisam encontrar na universidade um lugar de apoio e de novas descobertas para assim poder superar as fragilidades existentes e concluir seus cursos.

Nesse sentido Cordeiro (2018) aponta que:

A democratização do acesso à educação superior precisa pautar o combate à discriminação racial e aos diversos preconceitos que estudantes afro-brasileiros/as enfrentam no ingresso e no decorrer do curso. Pensar essas questões é pensar na produção do conhecimento, as práticas pedagógicas e a cultura universitária, é colocar a questão étnico-racial em pauta dentro da universidade. É pensar a permanência de estudantes de forma que tenham condições não só socioeconômicas, mas pedagógicas e culturais, de concluir seus cursos (CORDEIRO, 2018, p. 40).

O espaço universitário ainda é permeado pela disputa de poder e a universidade, por ser um espaço plural, tem o dever de combater qualquer tipo de discriminação e preconceito. A maneira de trabalhar essas questões está relacionada à aproximação com os estudantes procurando conhecer suas demandas e propondo mudanças internas para o enfrentamento das situações que podem ocasionar o aumento da taxa de evasão estudantil.

Bourdieu (1998) menciona que os (as) estudantes de origem popular que entram na universidade, não detêm capital cultural, o que segundo o autor é a bagagem de cultura transmitida principalmente pela família, influenciada pela educação básica e pelas experiências vividas pelos estudantes ao longo de suas vidas, como, viagens, cursos realizados, dentre outras experiências. Assim, os filhos de pais graduados possuem um capital cultural que lhes permite identificar na universidade uma continuidade dos processos e vivências familiares, favorecendo o sucesso escolar do estudante. Já os filhos de pais analfabetos e das classes populares não possuem a mesma bagagem cultural e social. Não tendo, portanto, os níveis de conhecimentos que a universidade espera, assim, acabam muitas das vezes sendo excluídos desse espaço que para muitos não os pertence.

Os estudos de Bourdieu (1998) demonstram que a dificuldade nos conteúdos escolares por parte de muitos alunos não está relacionada ao dom, aptidão ou inteligência, mas a fatores externos aos alunos, que influenciam suas trajetórias acadêmicas. Esses fatores interferem na permanência desses estudantes na universidade. Tais questões precisam ser observadas pela universidade para que a mesma crie estratégias que considere as diferenças entre os estudantes e favoreça a permanência deles.

As contribuições de Bourdieu (1998) são essenciais para entender como é desafiante para os estudantes das classes populares a permanência na universidade, que além de ser um campo de disputas, como define o autor, é ainda um espaço branco, que vem sendo ocupado aos poucos por negros e outros grupos. Assim, a permanência e adaptação dos estudantes no ensino superior devem ser discutidas como forma de não perpetuação das desigualdades sociais. A universidade enquanto promotora de conhecimento tem o compromisso social de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para isso, é preciso que a universidade repense seu currículo e suas ações de modo a contribuir com a permanência desses estudantes que, devagar, vem transformando o perfil dos ingressantes na educação superior.

Chauí (2003) defende a ideia de universidade como instituição social, tendo o papel de ser parte da luta de classes, visando mudar a estrutura e o funcionamento da sociedade. Para a autora, a universidade brasileira é produto da sua história e tem o propósito de atender às demandas da sociedade. Pensar a universidade pública numa nova perspectiva, implica exigir

que o Estado não enxergue a educação como gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio.

Pensando a expansão e a mudança do perfil nas universidades houve a necessidade de proporcionar aos estudantes ingressantes das diferentes esferas sociais condições de permanência na universidade.

O Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁵, tem como objetivos: I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Ações de Assistência Estudantil, de acordo com o Decreto PNAES, são: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Embora seja visível a importância do PNAES para garantir a permanência dos estudantes nas IFES, sobretudo os estudantes mais vulneráveis, é importante ressaltar que ele se constitui enquanto Decreto, o que o caracteriza como uma política de governo, podendo ser revogada a qualquer tempo.

São notórios os ganhos advindos da expansão universitária ocorrida a partir do Reuni, e também a importância do PNAES como principal responsável pelas ações de permanência de um público com marcadores sociais diversos. Interessa saber se a universidade tem conseguido garantir de fato a permanência desse público que adentrou nos últimos anos.

O PNAES foi estruturado, conforme exposto anteriormente, visando proporcionar aos alunos ingressantes a partir das ações afirmativas, condições de permanência por meio de políticas de inclusão. As particularidades desse novo público exigem a reformulação das ações da universidade brasileira de forma a contribuir para a redução das desigualdades sociais desses novos alunos.

De acordo com Silva (2018), a permanência estudantil é um ato político, ainda mais se a educação for considerada como responsabilidade do Estado. Aqueles que ingressam na

⁵ Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

universidade e aqueles que conseguem concluir o curso tiveram que romper com inúmeras barreiras (históricas, financeiras, motivacionais, relacionais, familiares, de mobilidade, entre outras) devidas suas condições sociais. Com isso, o autor reforça que entrar, permanecer e evadir da universidade diz mais sobre como a sociedade, instituições e servidores se organizam do que a capacidade individual do estudante. Ao optar pelo sistema de ingresso por cotas, a universidade deve entender que há uma diferença de capital cultural e que essa diferença influencia na concorrência e, portanto, aqueles possuidores de um capital cultural menor têm maiores dificuldades de acesso e permanência, por isso, esta deve assumir a responsabilidade de acompanhamento a esses estudantes e se comprometer na busca por recursos e no desenvolvimento de ações que favoreçam a permanência com sucesso desses estudantes.

As desigualdades surgem de forma perversa e apresentam ordens e naturezas distintas, “O estudante ideal, fixado como portador de um acúmulo ideal de conhecimento, figura como a régua que separa os investimentos entre os eleitos e os ‘outros’” (SILVA, 2018, p.12). A comparação do estudante modelo e o que vem de um ensino muitas vezes deficitário tiram do Estado e da sociedade a responsabilidade pela oferta desigual de oportunidades e culpabiliza o sujeito pela pouca bagagem acadêmica e condições de exclusão vivenciadas.

Neste contexto, a universidade aparece reproduzindo a discriminação e reforçando sua característica histórica de lugar restrito a uma pequena parcela elitizada da população. Esses marcadores da diferença afetam diretamente a permanência com sucesso na universidade, pois se torna mais difícil a permanência na universidade pública quando se é mulher, negro, pobre, transexual, morador de comunidade irregular, com pais analfabetos. Todas as vezes que há junção dessas características, as barreiras tornam-se maiores e nos remete à reflexão dos desafios e dificuldades para permanecer nesse espaço e não apenas dificuldades materiais, mas de identidade, de pertencimento e outras que muitas vezes tornam a vivência acadêmica o maior desafio para esses novos discentes. Segundo Magalhães (2013), as diversas fragilidades que boa parte dos alunos cotistas apresenta ao entrar na universidade somadas às várias formas de preconceito e exclusão que o espaço acadêmico ainda revela, pode impedir a permanência e a conclusão do curso desses estudantes.

É papel da universidade enxergar o aluno como sujeito social, considerar suas especificidades e procurar contribuir para a diminuição das barreiras responsáveis pela exclusão. De acordo com Sobrinho (2010), uma sociedade que nega educação de qualidade para todos é uma sociedade injusta e pouco desenvolvida. Para o autor, a educação de qualidade reservada à elite pode favorecer o mercado, porém não promove a justiça social. Assim, fica evidente que as cotas como políticas de inclusão são de fato importantes para a diminuição das

desigualdades e inclusão social, no entanto, conforme afirma Sobrinho (2010, p.16) “[...] isoladamente, são ainda insuficientes para romper as hierarquizações e diferenciações de uma sociedade dividida em excluídos e incluídos”. Por isso, é imprescindível que o Estado e a sociedade se atentem para as diferenças presentes no cotidiano e tracem estratégias capazes de transformar esse processo desigual que assombra as classes populares.

O golpe ocorrido em 2016, que derrubou do poder a presidenta eleita, Dilma Rousseff, primeira mulher a governar o país, faz com que as políticas inclusivas em curso sejam repensadas e que a universidade busque fortalecer as suas bases para o enfrentamento dos cortes e consequentemente retrocessos que venham ocorrer, para que não prejudique a permanência dos ingressantes. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que limita os gastos públicos nos próximos 20 anos (BRASIL, 2016), e a aprovação da Reforma do ensino médio (BRASIL, 2017), são exemplos de medidas que significam um grande retrocesso para permanência de estudantes de origem popular na universidade do ponto de vista da redução de verbas destinadas à educação e das políticas de permanência.

Segundo Ganam (2016), o ingresso no ambiente acadêmico não significa êxito escolar, mas as estratégias de permanência desses estudantes, dentre elas a política de Assistência Estudantil permite pensar as mudanças sociais. É preciso cada vez mais que os sujeitos envolvidos nessa política de inclusão sejam encorajados para que se caia o discurso liberal que os inferioriza e, ainda, para que o indivíduo que tenha atravessado todas as barreiras para concluir o ensino superior público tenha condições de romper com todos os entraves necessários para a inclusão social.

A questão econômica não é o único impedimento enfrentado pelos alunos no acesso e permanência na universidade, a cor da pele, o gênero e a origem geográfica também exercem fortes influências no que tange à permanência no ensino superior, de acordo com Ganam (2016):

As características sociais e as dimensões simbólicas expressam-se nas possibilidades de escolha e no acesso privilegiado a todos os bens e serviços em disputa na competição social. Ou seja, embora o capital econômico seja decisivo para assegurar vantagens, contudo não é o único (GANAM, 2016, p.92).

A universidade, embora tenha se modificado nos últimos anos, ainda se apresenta como um espaço de disputas de poder, fechada para a diversidade, o que dificulta a permanência de vários grupos que fogem do padrão pré-estabelecido por ela.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como mencionado no início deste estudo, o interesse em estudar a política de cotas e, mais especificamente, como os estudantes que ingressaram na universidade pesquisada pelo sistema de reserva de vagas a compreende, surge a partir de inquietações e experiências vivenciadas pela pesquisadora ao longo de sua trajetória.

Neste estudo, optou-se pela pesquisa com abordagem qualitativa, que caracteriza-se por preocupar-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis e que não podem ser generalizados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica como sendo de natureza exploratória, por investigar um assunto de grande relevância para os dias atuais, pois trata-se de uma política recente, executada a partir de legislação. Segundo Gil (2002, p. 41) “[...] as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Destaca-se ainda, que a instituição pesquisada não possui nenhum estudo envolvendo essa temática.

O cenário da pesquisa é uma universidade pública que possui dois *campi*. Em um dos *campi* são ofertados vinte e cinco cursos de graduação presencial e no outro, nove cursos. A instituição estudada passou a receber estudantes pelo sistema de reservas de vagas (cotas) em 2013, e a partir de 2016, seguindo a orientação da Lei nº 12. 711 de 2012, reserva 50% de suas vagas aos estudantes oriundos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas e, em 2018, passou a reservar também vagas para estudantes com deficiência.

Considerando que somente a partir do ano de 2016, a IFES estudada reserva 50% de suas vagas para o ingresso por cotas, o recorte temporal compreende o ano de 2016, por abranger um universo maior de estudantes ingressantes por meio da política e, porque entende-se ser um marco na história da instituição, que pela primeira vez na sua história reserva metade de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas.

Para a construção do percurso metodológico e resposta à pergunta de pesquisa que consiste em saber qual a compreensão dos estudantes cotistas sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) em uma universidade no Sul de Minas Gerais, foi utilizada a revisão bibliográfica, para verificar os estudos que se encontram presentes no referido tema com objetivo de aprofundar a discussão acerca das contribuições e os impasses da ação afirmativa. Para isso, foi

feita a utilização de fontes como artigos, dissertações, teses, livros e demais fontes acadêmicas. Algumas das bases de pesquisa utilizadas foram *Google Scholar*; *SciELO* e Portal de Periódicos Capes. Para realizar as buscas foram utilizados os seguintes termos: ações afirmativas, cotas, educação superior, acesso e permanência no ensino superior público, desenvolvimento e inclusão social. Dentre os referenciais encontrados, destacam-se as contribuições de: Carvalho (2016), Ganan (2016), Sen (2010), Sachs (2008), Bourdieu (1998), Cunha (1980), dentre outros, que colaboram para o entendimento do processo de desigualdade presente na sociedade brasileira e a importância da política de cotas como mecanismo de inclusão social. A visão desses diferentes autores também possibilita uma análise interdisciplinar para este trabalho.

A análise documental também se constituiu como procedimento de coleta de dados desta pesquisa ao consultar, por exemplo, leis, decretos e portarias normativas. De acordo com Ludke e André (1986, p. 38) “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

5.1. Tipo de pesquisa

Como mencionado anteriormente, optou-se pela abordagem qualitativa, pela qual a pesquisa caracteriza-se em um estudo de caso. De acordo com Gil (2002), o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência por pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos. Ainda segundo o autor, o estudo de caso pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas. Minayo (2010), afirma que o estudo de caso é uma abordagem adequada para o conhecimento da natureza de um fenômeno social, onde o pesquisador coleta os dados na realidade pesquisada para, posteriormente, analisá-los de forma indutiva, com a intenção de melhor expor a realidade em estudo.

O Quadro 1 reúne as classificações adotadas nesta pesquisa.

Quadro 1: Classificação da pesquisa

NATUREZA	BÁSICA
OBJETIVOS	EXPLORATÓRIA
ABORDAGEM	QUALITATIVA
PROCEDIMENTO	ESTUDO DE CASO

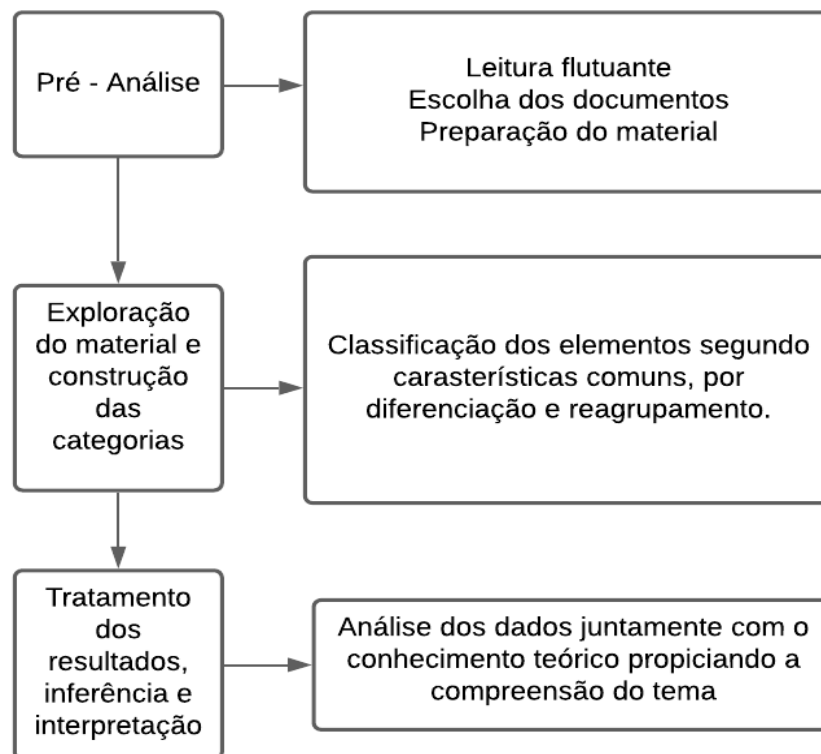
Fonte: elaborado pelos autores

Para a análise e interpretação dos dados, entendeu-se como mais adequado o método adaptado à análise de conteúdo (AC) com contribuições de Bardin (1977), que define AC como um conjunto de técnicas de análise das comunicações repleto de formas e adaptável a um campo vasto de aplicação, é um método empírico cuja função primordial é o desvendar crítico.

A AC de Bardin (1977), adaptada à realidade deste estudo compreende as seguintes etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, como representado na figura 2.

A pré-análise compreende a organização do material, é nessa fase que as ideias iniciais são sintetizadas, escolhem-se os documentos que serão submetidos à análise, formulam-se hipóteses e elaboram-se os indicadores que irão fundamentar a interpretação final. A hipótese pode ou não aparecer, não é regra da AC ter como guia um corpus de hipóteses. A exploração do material compreende a administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior (pré-análise). Trata-se de uma fase longa na qual é realizada a codificação. A estruturação da codificação compreende: escolha das unidades (recorte), escolha das regras de contagem (enumeração) e classificação e agregação (formação das categorias). A terceira fase, denominada tratamento dos resultados e interpretação, é a fase em que os dados brutos são tratados de forma a tornar-se significativos e “falantes” (BARDIN, 1977).

Figura 2: Síntese da AC aplicada no estudo



Fonte: elaborado pelos autores

5.2. Coleta dos dados empíricos

Para obtenção dos dados empíricos foram enviados questionários com questões abertas e fechadas para o total de 435 estudantes ingressantes no ano de 2016 pelo sistema de reservas de vagas (cotas), que se encontravam com matrícula ativa na universidade no período de coleta de dados. Os questionários foram elaborados a partir da plataforma Google Formulários e enviados aos alunos por meio dos e-mails vinculados a cada matrícula.

A escolha deste instrumento de coleta de dados foi feita a partir do seguinte entendimento:

[...] o questionário é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa. Aplicada criteriosamente, esta técnica apresenta elevada confiabilidade. Podem ser desenvolvidos para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida do cidadão, e outras questões (BARBOSA, 2008, p.1).

O questionário semiestruturado, instrumento utilizado para obtenção dos dados empíricos desta pesquisa, foi construído com base na pesquisa bibliográfica com a finalidade de atender aos objetivos propostos. As questões elaboradas visavam conhecer o perfil dos estudantes pesquisados e a compreensão deles sobre a política de reserva de vagas (cotas). Após a construção do questionário e com intuito de certificar se as questões elaboradas apresentavam-se de fácil compreensão, foi realizado um pré-teste com dois alunos da IFES, que após serem convidados, aceitaram responder ao questionário como forma de contribuir para o aprimoramento do instrumento.

O resultado do pré-teste foi importante para corrigir alguns erros e tornar as questões do questionário ainda mais compreensivas. O teste também se mostrou positivo do ponto de vista do número de questões que compõe o questionário, pois embora grande, a devolutiva dos alunos apontou que o instrumento não se mostrou cansativo apresentando-se como de fácil compreensão.

Realizadas as adequações necessárias identificadas no pré-teste, foi solicitado por meio de e-mail ao Pró – Reitor de Graduação da IFES, a divulgação do questionário de pesquisa (Apêndice I) visto que, segundo informações repassadas verbalmente à pesquisadora por um servidor do setor responsável pelos dados dos alunos, o e-mail dos estudantes é considerado um dado sigiloso, não sendo possível a disponibilização mesmo que para fins de pesquisa.

Antes de iniciar as questões, o questionário trazia a informação sobre o sigilo das informações ali prestadas e informava sobre a utilização dos dados unicamente para fins científicos. Para responder às questões, o estudante precisava assinalar primeiro a opção “Aceito”, para então prosseguir.

O convite para responder ao questionário foi divulgado três vezes, duas vezes durante o mês de dezembro de 2019, e uma vez no mês de janeiro de 2020.

A amostra da pesquisa se constitui de 90 respostas, o que representa 20,68% da amostra total. Acredita-se que o campo “Informe o seu número de matrícula” presente no questionário e assinalado como questão obrigatória, mesmo constando a informação de que o dado não seria utilizado para fins de identificação do aluno, mas para controle dos dados, possa ter inibido a participação de alguns alunos. No entanto, a opção por solicitar o número de matrícula deu-se pela preocupação com a fidedignidade dos dados, a partir dessa informação foi possível identificar se os respondentes são estudantes ingressantes no ano de 2016 por cotas e, ainda identificar se um mesmo aluno respondeu o questionário mais de uma vez.

5.3. Análise e interpretação dos dados

As respostas fechadas do questionário foram analisadas à luz do referencial teórico utilizando-se de gráficos para facilitar a visualização das informações. Essas questões em sua maioria permitiram conhecer o perfil dos estudantes da IFES participantes da pesquisa. Segundo Bardin (1977), o tratamento descritivo constitui uma primeira fase do procedimento de AC.

As questões abertas propõem responder aos objetivos da pesquisa, para isso foram analisadas a partir da aproximação com a AC formando as categorias de análise. Segundo Bardin (1977, p. 111): “As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”.

As categorias de análise definidas neste estudo foram elaboradas considerando os objetivos da pesquisa, sendo as seguintes: Aspectos Positivos da Lei de Cotas, Aspectos Negativos da Lei de Cotas, Acesso à Universidade, Permanência na Universidade e Função da Universidade frente à Adoção da Lei de Cotas. Para cada uma dessas categorias foram selecionadas palavras-chave, retiradas a partir do referencial teórico.

O Quadro 2 apresenta as palavras-chave de acordo com cada categoria:

Quadro 2: Categorias de análise e respectivas palavras-chave

Categorias:	Palavras-Chave
Aspectos Positivos da Lei de Cotas	Inclusão; igualdade; ascensão social; efetivação de direitos; ingresso de estudantes de escola pública; negros, pardos e indígenas na universidade; inserção social; expansão da universidade; democratização; pluralidade; conhecimento; diminuição das desigualdades; educação de qualidade; afirmação de negros e pardos; diminuição de injustiças; representatividade; novas oportunidades; qualificação profissional; equiparação de oportunidades.
Aspectos Negativos da Lei de Cotas	Poucas vagas; condição de desigualdades dos alunos que vem da educação básica; não atingir toda população; permite o acesso, mas não garante a permanência
Acesso à Universidade	Sonho; novas possibilidades; futuro melhor; conhecimento; desenvolvimento; conquista; crescimento; melhoria da condição social da família; inclusão social, liberdade.
Permanência na Universidade	Desafio; condição financeira, cobranças, conciliação dos estudos com o trabalho, acompanhar as disciplinas; problemas emocionais, distância de casa; falta de suporte da universidade; assistência estudantil.

<p>Função da Universidade frente à adoção da Lei de Cotas</p>	<p>Ampliar conhecimento; constituir como instituição menos elitista, mais aberta, mais plural e diversa; instituir como instância crítica em relação à sociedade; romper com a lógica do capital, promover uma nova ordem social; contribuir para a diminuição das distâncias entre os indivíduos e para o desenvolvimento da sociedade; colocar-se contra a exclusão; combater qualquer tipo de discriminação e preconceito; criar estratégias que considere as diferenças entre os estudantes; reformular as ações; fortalecer as suas bases para o enfrentamento dos cortes e consequentemente retrocessos; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

5.4. Síntese metodológica

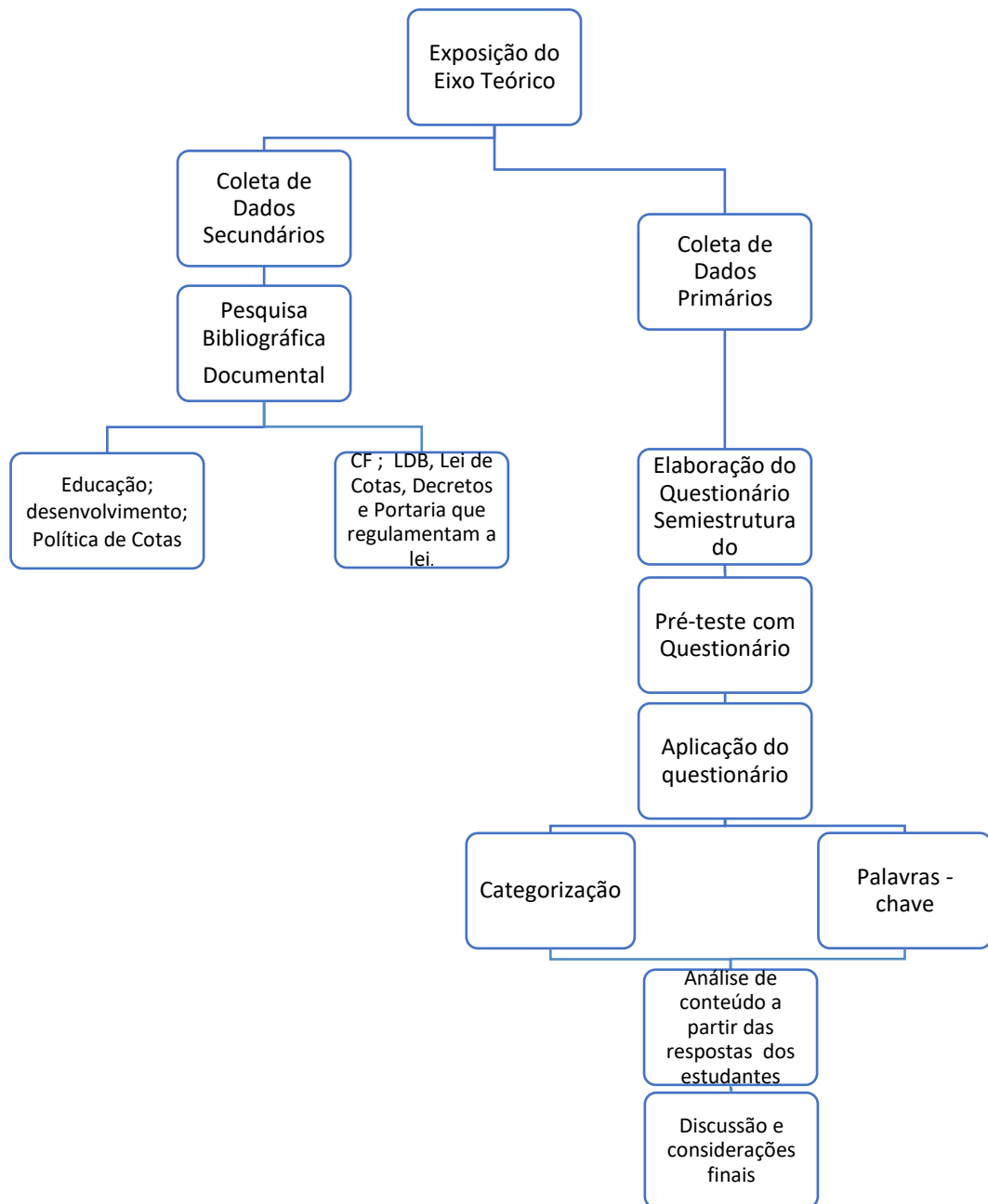
Para facilitar o entendimento sobre a metodologia adotada neste estudo, elaborou-se um Quadro 3, o qual contém as etapas percorridas e a Figura 3 que mostra o desenho da pesquisa.

Quadro 3: Quadro metodológico

Objetivos Específicos	Instrumentos	Análise dos dados
Descrever as contribuições e impasses da política de cotas na visão dos estudantes cotistas.	Questionário/Roteiro semiestruturado	Adaptação/Análise de Conteúdo
Investigar as condições de acesso e permanência dos estudantes que ingressaram na universidade pesquisada por meio das cotas;	Questionário/Roteiro semiestruturado	Adaptação/Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 3: Desenho da Pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

6.1. Considerações a partir dos dados gerais do ingresso por cotas no ano de 2016 na IFES pesquisada

A IFES pesquisada reservou 726 vagas para o ingresso por cotas no ano de 2016, tendo 98,3% do total de vagas preenchidas o que corresponde a 714 alunos ingressantes por cotas no ano pesquisado. O percentual restante foi destinado às vagas de ampla concorrência.

Conforme dados disponibilizados pela IFES em outubro de 2019, 435 alunos ingressantes por cotas em 2016 encontravam-se com matrícula ativa (Dados da unidade pesquisada⁶). Deste modo, os 435 estudantes foram convidados a responder o questionário da pesquisa. A Tabela 2 a seguir, apresenta o quantitativo de alunos ingressantes por cotas em 2016 e a condição da matrícula em 2019.

Tabela 2: Quantitativo de alunos ingressantes por cotas em 2016 e situação de matrícula

Tipos de Cotas	Total de alunos ingressantes por cota em 2016	Total de alunos cotistas com matrícula ativa em outubro de 2019	Percentual de alunos com matrículas inativas
C1 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda cursou o ensino médio em escolas públicas	195	124	36,40%
C2 - Candidatos que, independentemente da renda tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	146	95	34,90%
C3 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	214	118	44,80%
C4 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	159	98	38,40%

Fonte: elaborado pelos autores

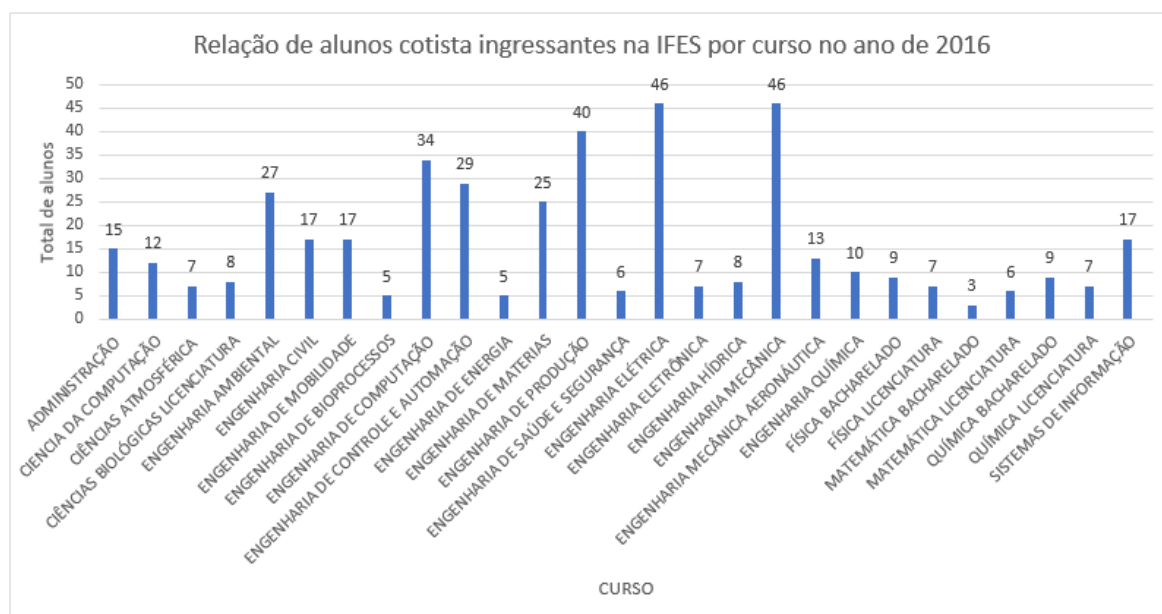
Os dados da Tabela 2 apontam que as cotas C1 e C3 foram as que mais receberam alunos em 2016, sendo observado que houve um maior número de alunos pretos e pardos ingressantes no ano pesquisado. Outro dado representativo refere-se ao percentual de alunos que se encontram com a matrícula inativa em todas as cotas, no entanto, a cota C3 apresenta o maior percentual de inativos, dados os critérios de seleção baseados na renda familiar e na

⁶ Fonte não divulgada em respeito ao sigilo ético.

autodeclaração de cor, ficou demonstrado a partir das respostas dos estudantes ingressantes pela cota C3, que as questões financeiras, psicológicas e as dificuldades em relação as disciplinas são os elementos que mais impactam a permanência deles na universidade. Segundo Araújo (2013, p. 133) “[...] as oportunidades de acesso, permanência e êxito dos grupos menos favorecidos, notadamente a população negra e a indígenas, ao sistema de ensino, não são as mesmas dos grupos mais favorecidos”. Não se pode precisar se esses estudantes evadiram, pois eles podem estar com a matrícula trancada. No entanto, esse dado se mostra relevante. Devido à evasão não ser foco desse trabalho, entende-se que esses dados podem ser aprofundados em futuras pesquisas.

Na figura 4, é possível visualizar que os cursos de Engenharia Mecânica, Elétrica e Produção apresentam o maior número de alunos matriculados. Destaca-se que o número de vagas para esses cursos no ano pesquisado são respectivamente, 80, 85 e 60, sendo a metade dessas vagas reservadas para o ingresso por cotas. Destaca-se também que os cursos de Elétrica e Mecânica foram os primeiros a ser ministrados na instituição. Cursos como Física (Bacharelado e licenciatura), Matemática (Bacharelado e licenciatura), Química (bacharelado e licenciatura), Engenharia Mecânica Aeronáutica, Engenharia de Bioprocessos e Engenharia de Energia contaram cada um com 30 vagas no ano pesquisado, sendo que a metade dessas vagas foram reservadas para o ingresso por cotas. (Dados da unidade pesquisada).⁷

Figura 4: Total de alunos cotistas ingressantes na IFES por curso no ano de 2016

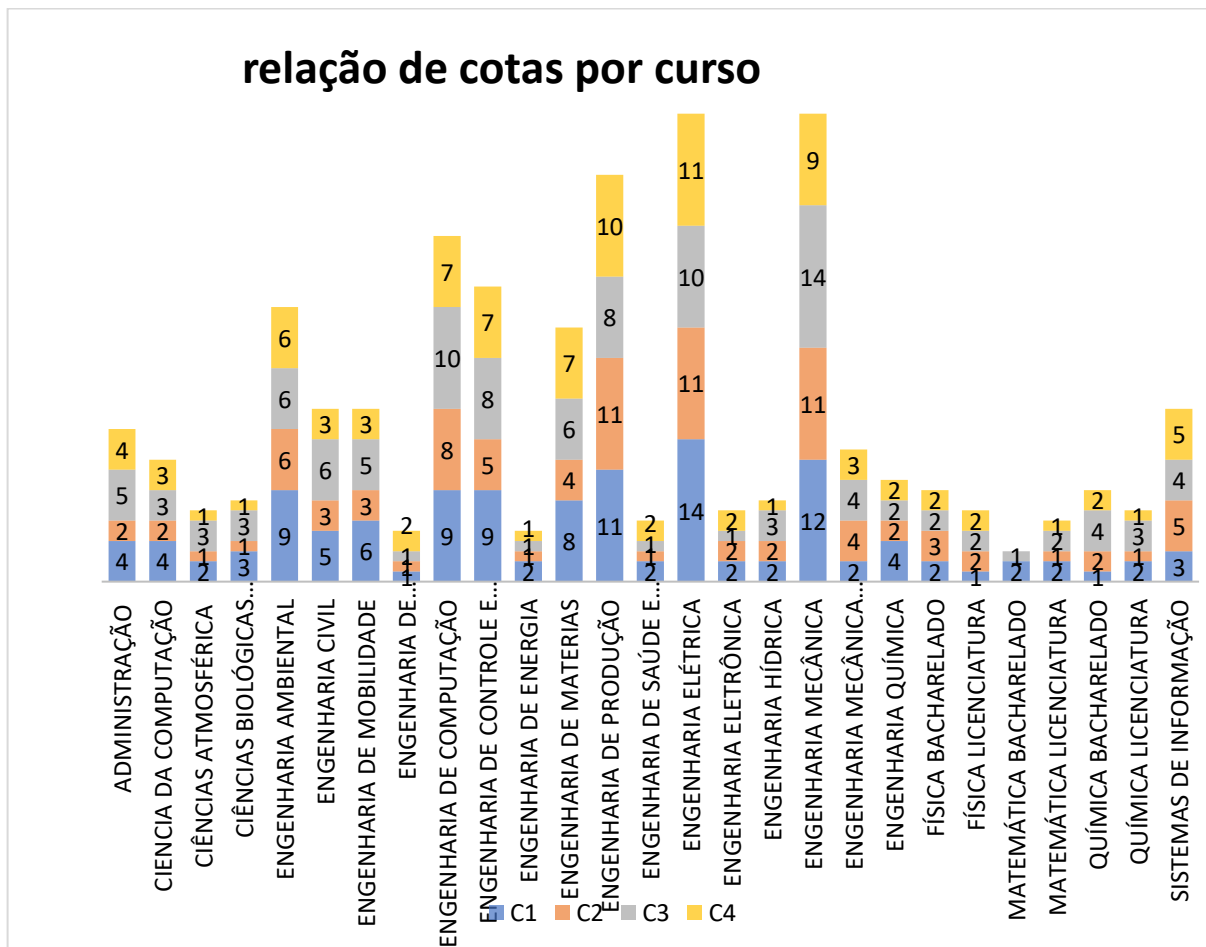


Fonte: elaborado pelos autores

⁷ Fonte não divulgada em respeito ao sigilo ético.

Na figura 5 é possível observar que o quantitativo de cotas nos cursos de Engenharia Mecânica, Elétrica e Produção também é maior que nos demais, isso se deve ao número maior de vagas nesses cursos. Nos demais cursos considerando as diferenças no número total de vagas, nota-se um certo equilíbrio entre as cotas. Por outro lado, a cota C2, que é destinada aos alunos egressos de escolas públicas independente de renda, aparece em grande número nos cursos de maior concorrência ofertados pela universidade.

Figura 5: Relação de cotas por curso



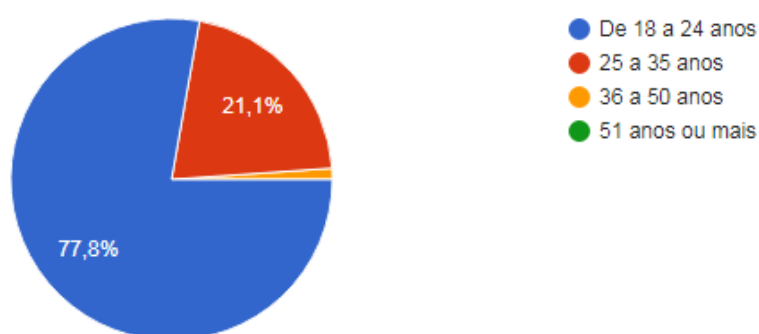
Fonte: elaborado pelos autores

6.2 Perfil dos estudantes cotistas da IFES

Considerando a amostra da pesquisa composta por 90 participantes ingressantes no ano de 2016 por meio das cotas, tem-se conforme ilustrado na figura 6, que 77,8% destes estudantes têm entre 18 e 24 anos de idade. A partir do dado, concluiu-se que a maioria dos estudantes ingressantes, no ano pesquisado, são jovens e estão na faixa etária esperada para cursar o ensino

superior. De acordo com a Pesquisa do Perfil Discente, realizada pelo Fonaprace (2019), em 2018, a média de idade dos estudantes brasileiros matriculados nas IFES foi igual a 24 anos.

Figura 6: Faixa etária dos estudantes



Fonte: elaborado pelos autores

Em relação ao sexo dos respondentes, a figura 7 mostra que 54,4% são do sexo masculino. Esse dado é muito representativo, pois trata-se de uma instituição centenária, reconhecida pelos cursos de engenharia que possui, e que em sua formação teve poucas mulheres ocupando as suas cadeiras. Segundo o fundador da instituição, [...] “almejava-se, sobretudo, homens práticos, capacitados para serem úteis à indústria nacional, à sociedade e à grandeza do país”.⁸ Essa afirmação demonstra que os cursos de engenharia na IFES em seu surgimento foram destinados ao público masculino. No entanto, é possível visualizar a partir das respostas dos estudantes, que embora as mulheres estejam representadas em número inferior ao de homens, o percentual de mulheres na universidade considerando a amostra de pesquisa é bem representativo, sobretudo em uma instituição que tem sua origem nos cursos engenharias. Atualmente a instituição tem outros cursos além das engenharias, porém esses foram criados recentemente e são resultado do Reuni.

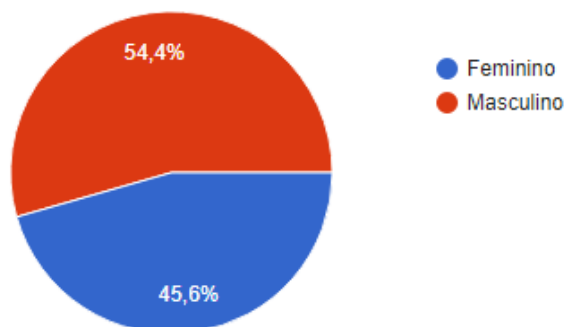
Das mulheres respondentes da pesquisa, 24 (26,67%) são estudantes dos cursos de engenharia e 17 (18,89%) dos demais cursos ofertados pela IFES. Dos homens, 34 (37,78%) estão matriculados nos cursos de engenharia e 15 (16,66%) estão matriculados nos demais cursos oferecidos.

Considerando o perfil dos estudantes das IFES brasileiras divulgado em 2019, pelo Fonaprace, nota-se com base na amostra desta pesquisa, que os dados da instituição pesquisada

⁸ Fonte não divulgada em respeito ao sigilo ético.

divergem do perfil nacional no quesito sexo. Segundo o Fonaprace (2019), a população feminina representava 54,6% dos estudantes das IFES em 2018.

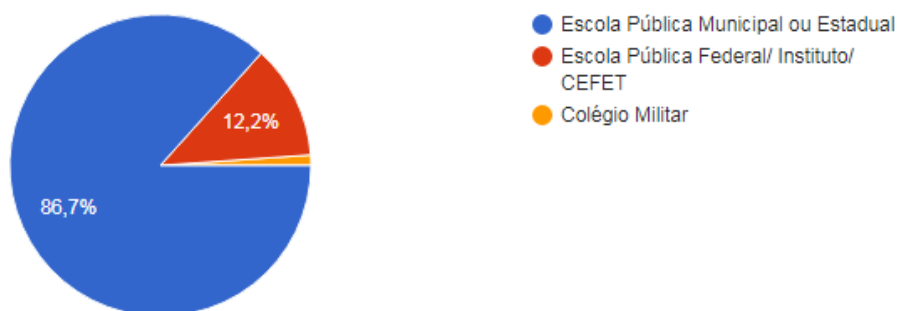
Figura 7: Sexo dos estudantes da IFES



Fonte: elaborado pelos autores

A figura 8 assinala que 86,7% dos estudantes respondentes da pesquisa cursaram o ensino médio em escola pública da rede municipal ou estadual de ensino. Considerando que os Institutos Federais, os CEFETs e os Colégios Militares são instituições públicas conhecidas pela excelência do ensino que ofertam, Senkevics e Mello (2019) afirmam ser preciso investigar quem são os principais beneficiários das vagas destinadas à escola pública, pois as instituições técnicas federais e estaduais de ensino atraem estudantes com condições socioeconômicas mais privilegiadas. Os dados obtidos a partir da amostra apontam que em 2016, a maioria absoluta dos alunos ingressantes é oriunda das escolas públicas da rede municipal ou estadual de ensino. Isso demonstra que no ano pesquisado o ingresso por cotas favoreceu a entrada de alunos vindos do ensino público ofertado em escolas não técnicas.

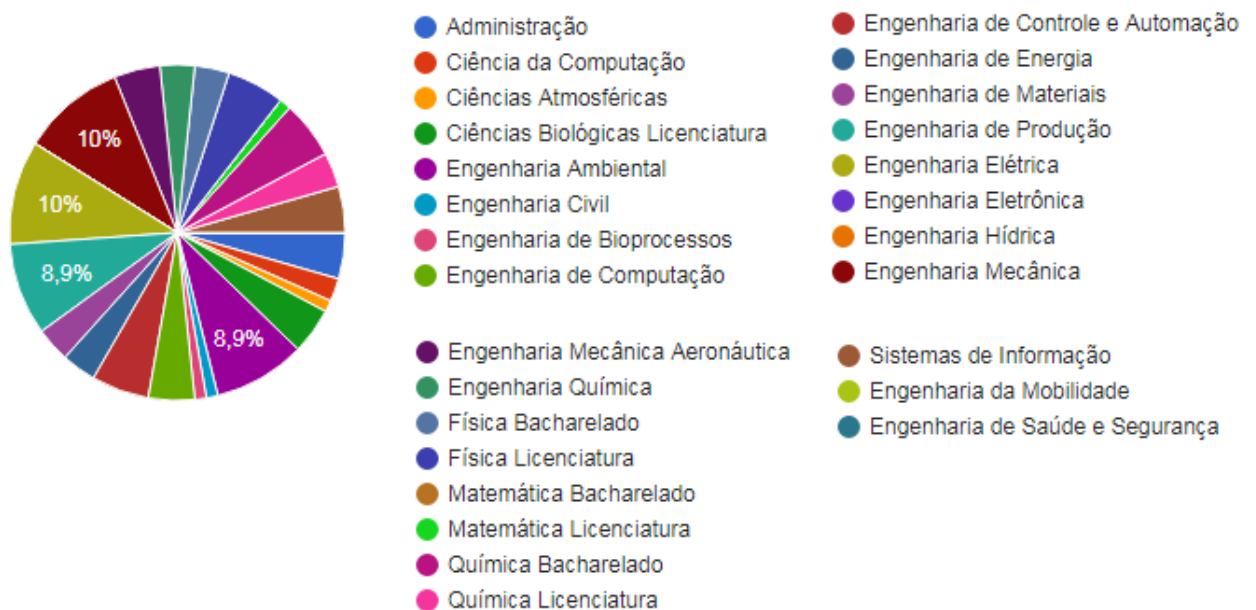
Figura 8: Escola em que cursou o Ensino Médio



Fonte: elaborado pelos autores

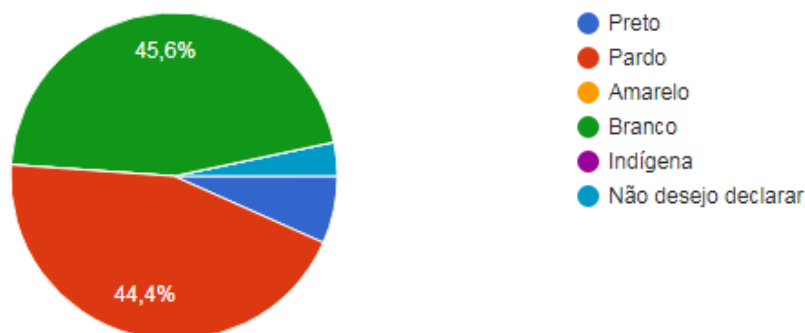
A figura 9 exibe que do total de alunos que responderam à pesquisa: 10% são do curso de Engenharia Mecânica, 10% são de Engenharia Elétrica, 8,9 % são de Engenharia de Produção e 8,9% de Engenharia Ambiental. Esses dados revelam que os alunos cotistas têm ingressado nos cursos considerados de prestígio da universidade. A figura 4 que compreende o total de estudantes ingressantes em 2016 por cotas com as matrículas ativas no período de coleta de dados dessa pesquisa, já havia apontado um maior quantitativo de matriculados nas engenharias Mecânica, Elétrica e de Produção.

Figura 9: Alunos por curso



Fonte: elaborado pelos autores

Na figura 10, é possível observar que 45,6% dos estudantes respondentes se autodeclararam brancos, 44,4% declararam-se pardos, 6,7% se autodeclararam pretos e 3,3% preferiram não responder. Considerando a amostra de pesquisa, constata-se que os estudantes pardos e pretos representam 51,1% do total de participantes. De acordo com o Fonaprace (2019), o Reuni e a criação obrigatória de um programa de ação afirmativa por meio da Lei nº 12.711 de 2012, são os principais responsáveis pela maior representatividade de pretos e pardos nas universidades.

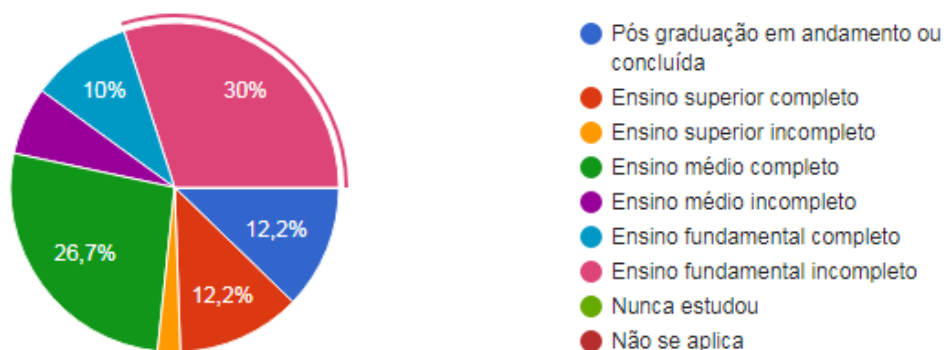
Figura 10: Identificação segundo a cor da pele

Fonte: elaborado pelos autores

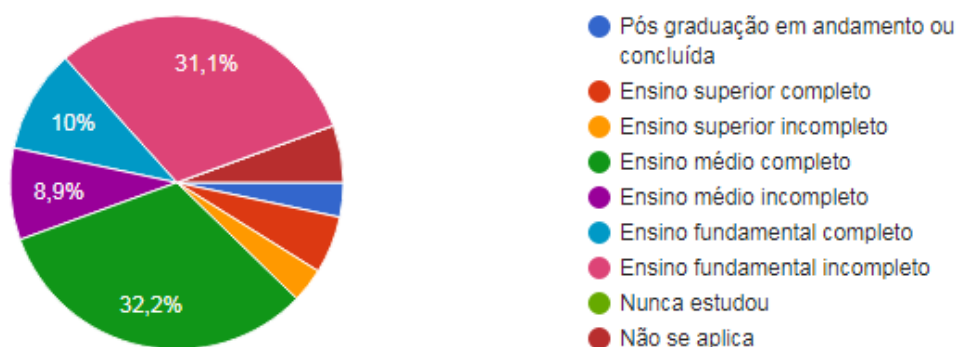
Em relação ao estado civil dos estudantes da IFES, verificou-se a partir das respostas que 96,7% são solteiros. A média de idade dos estudantes conforme demonstrado na figura 6, está entre 18 e 24 anos. Isso demonstra que estando na universidade muitos estudantes optam pela dedicação aos estudos, deixando para constituírem famílias mais tarde. De acordo com o Fonaprace (2019) a proporção nacional de estudantes solteiros é de 85,5%. Na IFES pesquisada o percentual de estudantes solteiros é 11,2% maior que a média nacional.

Os dados apontaram que 61,1% dos estudantes não realizam nenhuma atividade remunerada. Considerando as respostas dos estudantes, fica evidente que a maioria é totalmente dependente de recursos da família e/ou de outros para manter suas necessidades. O percentual de estudantes que realizam trabalho formal e informal totalizou 22,3%. Cursar a universidade exige dedicação por parte dos estudantes e sendo a maior parte dos cursos da IFES de regime integral, dividir o tempo entre trabalho e estudo se torna uma tarefa difícil. De acordo com o IBGE (2017), a entrada do indivíduo no mercado de trabalho pode prejudicar a trajetória educacional.

Nas figuras 11 e 12 é possível visualizar a escolaridade dos pais e/ou responsáveis pelos estudantes. Os dados mostram que 30% das mães e/ou responsáveis cursaram até o ensino fundamental incompleto. Em relação aos pais e/ou responsáveis, 32,2% cursaram o ensino médio completo e 31,1% cursaram até o ensino fundamental incompleto. A partir dos dados contata-se que a maioria dos pais e/ou responsáveis dos estudantes respondentes da pesquisa não tiveram acesso ao ensino superior. De acordo com Araújo (2013) há uma diferença significativa entre ricos e pobres, brancos e negros no acesso aos níveis e modalidade de ensino no Brasil.

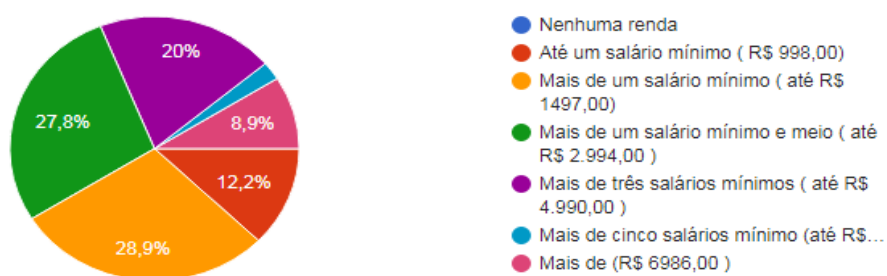
Figura 11: Escolaridade da mãe ou pessoa equiparada

Fonte: elaborado pelos autores

Figura 12: Escolaridade do pai ou pessoa equiparada

Fonte: elaborado pelos autores

Na figura 13, pode-se verificar a renda bruta familiar aproximada dos estudantes. Os dados apontam que 41,1% dos estudantes possuem renda familiar bruta de até uns 1,5 salários mínimos. O percentual de estudantes com renda familiar entre 1,5 salários mínimos até cinco salários totalizam 47,8%, os que possuem renda superior a cinco salários totaliza 11,1%. De acordo com o Fonaprace (2019), a renda média mensal bruta do grupo familiar dos estudantes das IFES em 2018, foi de até R\$ 4.326,57, o que corresponde a mais de quatro salários mínimos.

Figura 13: Renda bruta familiar aproximada

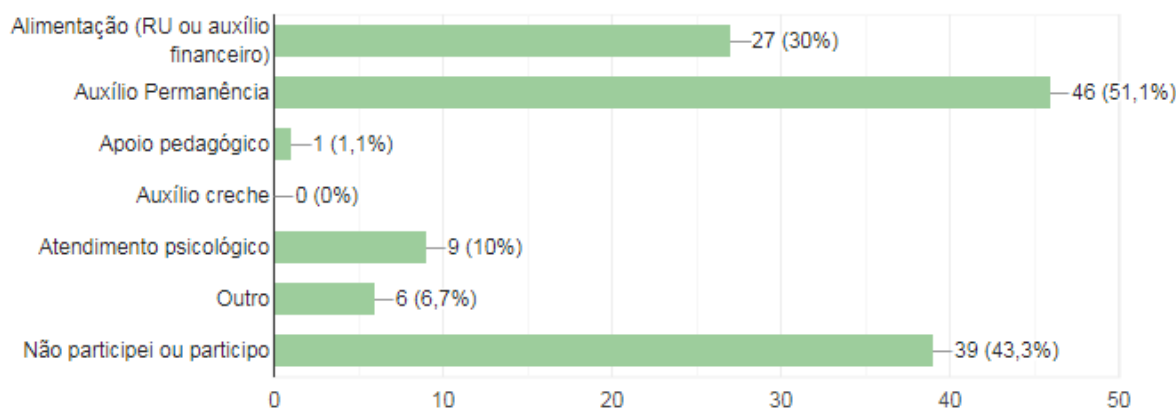
Fonte: elaborado pelos autores

Constatou-se a partir das respostas ao questionário, que 56,7% dos estudantes afirmam não ter dificuldade para permanecer na universidade. Acredita-se que parte desses estudantes possa estar sendo beneficiados com auxílios e/ou apoio ofertados pela IFES e, isso tem amenizado as dificuldades de permanência. No entanto, o percentual de estudantes que alega ter dificuldade é bem significativo, 43,3%.

De acordo o Art. 5º do Decreto nº 7.234 que dispõe sobre o PNAES, serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos. Nos editais para acesso ao Programa de Assistência Estudantil da IFES, também é determinado o atendimento prioritário para os estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos. Os estudantes que ingressam pelas cotas, mas possuem renda superior à estabelecida nos editais não podem participar dos auxílios. Outro fator que pode levar a não contemplação do auxílio é o quantitativo de recurso *versus* a quantidade de estudantes inscritos. Devido o recurso para pagamento dos auxílios não ser suficiente para atender todos os estudantes que se enquadram nos critérios, são contemplados aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Na figura 14, é possível visualizar o percentual de participação dos estudantes em relação aos auxílios e/ou apoios ofertados pela IFES. A partir dos dados, verifica-se que 51,1% dos estudantes são ou foram atendidos pelo auxílio permanência, que é oferecido pela IFES e 30% recebe ou já receberam o auxílio alimentação. O percentual de estudantes que alegaram não ter participado de nenhum tipo de auxílio é de 43%.

Figura 14: Auxílios e apoios ofertados pela universidade



Fonte: elaborado pelos autores

A partir da figura 14, observa-se que o percentual de estudantes que alegaram não ter dificuldade para permanecer na universidade (56,7%), é semelhante ao percentual de estudantes que informaram receber ou ter recebido algum tipo de auxílio da universidade.

De acordo com Santos (2018) uma das implicações em relação à Lei de Cotas é a questão dos recursos materiais e humanos “[...] a lei não assegurou aporte financeiro adicional para as políticas de assistência estudantil, tampouco autorizou novas contratações de pessoal especializado para fazer face às novas demandas” (SANTOS, 2018, p.173). A partir da fala do autor, fica evidente que as necessidades do público que acessa a universidade a partir das cotas não foram contempladas pela Lei de Cotas. Assim, não houve aumento de recurso financeiro nem de pessoal para melhor assistência aos estudantes em termos de auxílios e também de acompanhamento de suas necessidades.

6.3. A Compreensão dos estudantes sobre as cotas

O Quadro 4 foi construído considerando a caracterização e a seleção de palavras – chave, adaptada de Bardin (1977), onde foram selecionadas palavras / frases de acordo com as respostas dos estudantes participantes da pesquisa acerca dos aspectos positivos e negativos da Lei de Cotas. A primeira coluna do quadro traz cada estudante respondente representado por um número, na segunda coluna é possível visualizar a cota que o (a) estudante ingressou.

Quadro 4: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação à compreensão dos estudantes sobre os aspectos positivos e negativos da Lei de Cotas

CONTRIBUIÇÕES E IMPASSES DA LEI DE COTAS				
Estudante	Cota de ingresso	Respostas dos estudantes	CATEGORIAS/PALAVRAS - CHAVE	
			Aspectos Positivos da Lei de Cotas	Aspectos Negativos da Lei de Cotas
1	C1	O principal ponto positivo da lei de cotas é tornar um pouco menos desigual a disputa com alunos de escolas privadas por vagas em universidades públicas.	Maior igualdade	
2	C1	Pluralidade de estudantes e afirmação dos negros, pardos e indígenas como estudantes	Pluralidade; Afirmação de negros, pardos e indígenas na universidade	
3	C2	A inclusão e diminuição da desigualdade social, de oportunidades e de renda.	Inclusão; Diminuição da desigualdade; Renda	
4	C3	Ela dá oportunidade de um ensino superior aqueles que não tiveram uma educação de base extremamente boa como os demais de ampla concorrência que normalmente tiveram condições de ter um ensino privado onde a qualidade é discrepante se comparado com os de escolas públicas ou aos que fizeram cursinho pré-vestibular	Oportunidade de cursar o ensino superior	
5	C4	A lei de cotas permitiu-me ingressar em uma universidade pública, mesmo sendo uma possibilidade quase inexistente vindo de uma família em situações de vulnerabilidade econômica. Formando agora na universidade, posso garantir um emprego e ter mais possibilidades ascender-me socialmente e ajudar minha família.	Emprego; Ascensão social, Ajudar a família	
6	C4	Pessoas que não tiveram uma educação com qualidade.	Oportunidade para quem não teve uma educação de qualidade	
7	C3	Um nivelamento de oportunidades para o ensino superior.	Oportunidade de cursar o ensino superior	
8	C2	Permite que estudantes de baixa renda entrem pelas cotas e não por ampla concorrência.	Oportunidade para estudantes de baixa renda	
9	C2	Garantir que todos tenham condições justas e as mais igualitárias possíveis no acesso à universidade pública, pois aqueles que possuem condições financeiras de estudar em boas escolas podem ocupar as vagas das instituições públicas. Além de buscar a redução das injustiças de cunho étnico/étnico-raciais.	Condições igualitárias; Redução de injustiças de cunho étnico-racial	
10	C1	Democratização da faculdade pública. As cotas deram muitas oportunidades para negros e pobres de escolas públicas ingressarem pela primeira vez na faculdade. Acredito que agora teremos uma geração com maior participação de negros/pardos/indígenas em cargos de maior remuneração.	Democratização da universidade pública; Maior participação de negros, pardos e indígenas em cargos de maior remuneração	
11	C2	Consigo "competir" pela vaga com estudantes que tiveram o mesmo ensino que eu.	Igualdade	

12	C2	Ajuda as pessoas que não tiveram uma boa formação a conseguir uma vaga na faculdade	Oportuniza quem não teve uma boa formação a conseguir entrar na universidade	
13	C2	Possibilitou a diversidade cultural, contribuiu para justiça social.	Diversidade cultural; Justiça social	
14	C2	Permite a diversificação da universidade e facilita o ingresso de pessoas com acesso a informação dificultado.	Diversidade, inclusão social	
15	C4	Conseguir ingressar em uma faculdade boa, mesmo com todas as dificuldades que tenho.	Oportunidade de ingresso mesmo diante das dificuldades	
16	C1	Oferecer acesso ao ensino superior à população que foi historicamente desfavorecida e que, de fato, sempre teve menos oportunidades e educação de qualidade. Através das cotas o número de negros e pardos nas universidades públicas cresceu, apesar de ser ainda em quantidade desigual. As cotas também podem reparar a falta de professores universitários negros (nunca sequer vi um professor negro na [...]) ⁹ e até mesmo de servidores negros nas universidades, permitindo que a população negra ocupe um espaço que, historicamente, foi impedida de frequentar. Mesmo as cotas não raciais tem o papel social de aumentar a quantidade de alunos das escolas públicas na universidade pública, assim garantindo que a instituição pública atenda a quem deve atender, ou seja, às pessoas que não tem condições financeiras de custear um curso de graduação e para que não seja um espaço frequentado majoritariamente pela elite.	Acesso da população historicamente desfavorecida; educação de qualidade; mais negros e pardos na universidade; Aumento de alunos das escolas públicas na universidade; Divisão de espaço entre a população economicamente desfavorecida e a elite	Número de negros e pardos ainda é desigual
17	C2	Para mim creio que a lei de cotas é uma forma de equilibrar as oportunidades, para mim foi decisivo o fato de eu possuir cota.	Equilíbrio de oportunidades	
18	C3	A representatividade que isso proporciona aos que pretendem ingressar em uma faculdade federal.	Representatividade	
19	C3	Dar oportunidade a membros da sociedade de entrar em uma instituição de ensino superior de qualidade. Sem essas cotas ficaria fatalmente a balança, entendo que pessoas que vem de um mesmo sistema devem competir por uma vaga com as pessoas desse mesmo sistema, e não com outras pessoas de sistemas diferentes, e por vezes um sistema melhor.	Igualdade de oportunidade	
20	C1	Uma maneira de dar oportunidade a uma classe menos favorecida de mudar sua realidade.	Oportunidade; mudança de realidade	
21	C3	Acesso a Universidade	Acesso à universidade	
22	C1	Inclusão social, pois, o ensino das escolas públicas em geral é bem inferior ao de escolas particulares	Inclusão social	

⁹ Os colchetes e as reticências serão utilizados em todas as respostas em que for citado o nome da IFES ou órgão da instituição como forma de não identificação do local estudado.

23	C2	Permite o ingresso de estudantes que tiveram menos estrutura que facilitasse o aprendizado do que os de escolas particulares	Acesso de estudantes de escola pública	
24	C1	Oportunidade a todos.	Oportunidade	
25	C1	Diversidade cultural	Diversidade cultural	
26	C3	Lei de cotas traz oportunidade pra que não teve um ensino fundamental e médio tão bom quanto algumas pessoas, mesmo estando defasado consegue cursar uma universidade	Oportunidade pra quem veio de um ensino médio defasado	
27	C2	Com a Lei de cotas é possível diminuir a diferença entre as escolas públicas e escolas particulares, uma vez que o ensino é diferente.	Diminuição de diferenças; Ensino público e ensino privado	
28	C1	Devido ao sistema de colonização implantado no Brasil, a pirâmide sócia econômica se desenvolveu de maneira que o nível de pobreza seja composto principalmente por pessoas negras, pardas ou indígenas, dessa maneira tais pessoas tem pouco acesso à educação de alta qualidade no ensino básico, podendo observar que pessoas de tais características na maioria das vezes não chegam ao ensino superior ou então ocupam vagas em universidades privadas, trabalhando e estudando simultaneamente e entrando no mercado de trabalho em desvantagem aos que estudaram em escolas privadas no ensino básico e ingressaram em universidades federais, essas que são consideradas de maior qualidade no Brasil. Desta maneira a lei das cotas possibilita em Um espaço de tempo o alcance e “igualamento” do acesso à educação de qualidade e talvez ao mercado de trabalho das pessoas que ocupam as cotas, porém creio que não há fiscalização adequada sobre as pessoas que ocupam tais vagas destinadas às cotas!	Igualdade de acesso; Educação de qualidade; Acesso ao mercado de trabalho	Falta de fiscalização; vagas ocupadas indevidamente
29	C3	Criação de oportunidades para os jovens ingressarem na universidade.	Oportunidade de Acesso	
30	C1	A lei de cotas possibilita a entrada no ambiente acadêmico e a subida de classe social de um grupo social marginalizado e invisibilizado. Além disso, ela incentiva o crescimento da diversidade dos ambientes de trabalho qualificado e na academia, como um todo, criando uma representatividade muito importante para as novas gerações.	Acesso; Ascensão social; Crescimento da diversidade; Representatividade para as futuras gerações	
31	C2	Permitir que pessoas com baixas condições financeiras e/ou que veem de uma família muitas vezes não escolarizada ou sem curso superior consigam poder estudar e adquirir novos conhecimentos, tendo oportunidade de melhorar de vida e cursar o que deseja.	Oportunidade de acesso para quem vem de famílias vulneráveis; Melhoria de vida	
32	C4	Uma competição menos injusta entre os estudantes, entre pessoas com oportunidades parecidas.	Competição justa	
33	C4	A lei de cotas é importante para alunos que não tiveram as mesmas oportunidades dos alunos da ampla concorrência, ou seja, alunos de escola pública ou renda baixa talvez não tivesse as mesmas oportunidades em questão de conhecimento do que os alunos de escola particular, por isso é importante a lei de cotas.	Oportunidade para alunos de escolas públicas	
34	C2	Ingresso de pessoas com maior vulnerabilidade social na universidade.	Acesso de pessoas com vulnerabilidade social na universidade	
35	C3	são um meio retroativo de trazer igualdade mediante a desigualdade	Equidade	

36	C4	Possibilita oportunidades de estudo a todos.	Oportunidade	
37	C2	Permitem uma disputa mais justa entre alunos de escolas públicas. Trazendo a possibilidade de ascensão social, através de trabalhos mais especializados com a graduação.	Disputa justa entre alunos de escolas públicas; Ascensão social; Especialização profissional	
38	C1	Principalmente tentar equiparar as oportunidades às pessoas que não tiveram boas condições de estudos com as que tiveram, visando que estas últimas na maioria dos casos estudaram em escola particular e fizeram cursinho particular e ocupam vagas em faculdade públicas.	Equiparar oportunidades para quem não teve boas condições de estudo	
39	C4	Oportunidade de estudantes de baixa renda poder ter um ensino de qualidade; Contato com pessoas de realidades de vida extremamente opostas à sua.	Oportunidade; Estudantes baixa renda; Ensino de qualidade; Contato com a diversidade	
40	C3	Ajuda alunos de ensino público a ingressar na faculdade	Oportunidade	
41	C3	A Lei de cotas ajuda a abrir portas para o pessoal mais pobre ter acesso à educação de qualidade no nível superior, além disso é uma maneira de trazer para dentro das universidades a população negra/parda que hoje em dia não são nem metade das universidades, sendo o Brasil um país de maioria negra/parda.	Oportunidade de acesso para a população mais pobre à educação superior de qualidade; Entrada da população negra	Pouca representação da população negra na universidade
42	C3	Um aluno que tenha estudado em escolas públicas durante toda a vida, dificilmente terá chances de concorrer com alunos que tenham estudado em escolas particulares. Por isso as cotas são necessárias.	Oportunidade	
43	C3	Integração das pessoas com renda inferior, direito para todos.	Igualdade de oportunidades	
44	C4	Promove a inclusão na universidade, de grupos historicamente excluídos desses espaços, além de reduzir a desigualdade social.	Inclusão na universidade; Redução da desigualdade social	
45	C4	Inclusão de parte da sociedade que visivelmente tem menor acesso à informação/educação, e que por meio de cotas podem ter seu direito a acesso a universidades públicas (SISU); privadas (Prouni) garantidas, independente de qual era seu acesso anterior a universidade	Inclusão	
46	C2	Inclusão de pessoas que não conseguem pagar uma universidade particular e não tiveram estrutura para poder concorrer de igual para igual com pessoas de melhores condições	Inclusão; Condição de concorrer de igual para igual	
47	C4	A lei de cotas proporciona a entrada de pessoas na universidade que não tiveram os mesmos meios e a mesma oportunidade de ensino. Além de garantir igualdade e oportunidade para as pessoas de baixa renda.	Igualdade de oportunidades	
48	C4	Contribui para diminuir as barreiras que os grupos sociais mais vulneráveis possuem para ingressar no ensino superior e se configura como uma das formas de igualar as oportunidades de ingresso de grupos sociais distintos	Diminuição de barreiras dos grupos vulneráveis para ingresso da universidade; equiparar oportunidades	
49	C4	Permite que alunos antes sem nenhuma chance possam estar no ambiente acadêmico	Oportunidade de acesso	

50	C2	Como não existe um ensino de base bom e não é garantida vaga na universidade a todos os estudantes, as cotas ajudam as pessoas com menor acesso à educação a entrarem na universidade e melhorar suas oportunidades.	Acesso à universidade; melhorar oportunidades	
51	C1	Atenuar a discrepância formada devido ao acesso ao ensino e a uma família estruturada	Atenua as discrepâncias	
52	C2	É uma forma de universalizar a universidade, dar a oportunidade para todos concorrerem às vagas de acordo com a realidade que cada um vive	Universalizar a universidade; Oportunidade para todos	
53	C2	É uma oportunidade para alunos de escolas públicas e de baixa renda ingressarem em uma Universidade Pública, visto que alunos de escolas particulares têm maior chance de ingressarem em uma Universidade Pública devido à grande discrepância existente entre a qualidade do ensino em escolas públicas e escolas particulares.	Oportunidade para alunos de escolas públicas e baixa renda;	
54	C1	Permite o ingresso de estudantes que não tiveram acesso por diversos motivos a uma educação de ponta, como é ofertado pelas escolas particulares, mas que mesmo assim possuem capacidade de evoluir e crescer na vida através da educação.	Acesso de estudantes que não tiveram acesso a uma educação de boa qualidade	
55	C3	Poder dar uma chance para alunos de baixa renda competir entre si algumas vagas.	Competição entre iguais	
56	C4	Inclusão de alunos que não tiveram acesso a um ensino de base que os prepararam devidamente para a aprovação no vestibular e inclusão de alunos marginalizados na sociedade no ensino superior. A universidade pública sempre foi espaço de quem teve privilégios desde a infância e muitas das vezes poderiam pagar pelo ensino, não cumprindo o papel de formar pessoas de baixa renda para o mercado, cenário este que vem mudando com as cotas.	Inclusão de estudantes que não tiveram acesso a um ensino básico de qualidade; formar pessoas de baixa renda.	
57	C3	Proporciona a democratização do ensino.	Democratização do ensino	
58	C2	Integraliza e permite acesso à universidade de pessoas que cujo o sistema de ensino público, precário na maioria das escolas, não oferta um suporte para prestar o ENEM comparado a escolas particulares cujo o enfoque é preparar o aluno para ingresso em universidade	Acesso de pessoas que tiveram uma educação básica precária	
59	C2	Permitir oportunidades a diversas pessoas tendo em vista que, infelizmente, no Brasil há uma grande diferença devido a educação, questão racial e renda. Afirmação que posso fazer com clareza tendo em vista que sou a segunda aluna da minha turma que teve todo o ensino médio em escola pública e encontrei dificuldades maiores das encontradas pelos demais alunos que tiveram oportunidades de estudar em um ensino da rede particular ou que tiveram condições de pagar um curso preparatório.	Possibilita oportunidades diversas	
60	C2	Equidade na avaliação. Jamais conseguiria competir com pessoas que tiveram diversos cursos extras como disciplina obrigatória no ensino médio, enquanto em minha escola chegava a faltar professor de matemática por meses.	Equidade	
61	C1	Equiparação das oportunidades visto que a diferença social, econômica e de acesso à informação acontece principalmente entre as pessoas que podem utilizar das cotas.	Equiparação de oportunidades	

62	C2	Acredito que com a grande desigualdade do ensino ofertado pelas escolas públicas e escolas privadas as cotas é uma ótima maneira de dar oportunidade para as pessoas que não tem condições de pagar por um ensino de mais qualidade.	Oportunidade para quem não tem condições de custear um ensino de qualidade	
63	C2	Conheci muitas pessoas ao meu redor que tiveram a oportunidade não só de entrar pela lei das cotas, mas abraçar oportunidades como viagens internacionais e conquista de prêmios para a [...] e até para o Brasil como um todo, durante o período que estiveram na faculdade. Isso me motiva a acreditar que a política de cotas acaba indo muito além do que a visão através da mídia, ou de pessoas alheias nos permite enxergar.	Oportunidade; proporciona conquistas como viagens internacionais, prêmios; motivação	
64	C3	Poder ajudar um aluno sem condições de estudar nas melhores escolas entrar em uma universidade federal, e o auxílio permanência ajuda o aluno a permanecer no local.	Condições de acesso para quem não pode pagar	
65	C4	Ajuda a equiparar um pouco a injustiça social que existe, pois sem esta lei jovens de escolas públicas teriam muito mais dificuldade para alcançar uma universidade federal. Um fato que percebi na minha graduação, que não necessariamente é uma verdade absoluta, mas é que os jovens beneficiados por cotas tendem a dar mais valor para a Universidade, os únicos alunos de 2016 do meu curso que irão se formar no tempo correto são cotistas.	Justiça social; jovens beneficiados pelas cotas tendem a dar mais valor à universidade.	
66	C4	Não são todas as pessoas que tem acesso à educação privada, visto que em muitas escolas públicas alguns dos professores não estão preparados para ministrar as aulas! Com isso, o aluno deixa de ver conteúdos que são essências em exames que valem vagas em universidades, como por exemplo, o ENEM. Outra aspecto de suma importância é a condição financeira da família, onde a mesma não daria conta de arcar com as mensalidades de uma universidade particular. Com isso, na minha percepção, as cotas é uma forma do governo compensar essas desigualdades.	Compensar desigualdades	
67	C4	Permitir que alunos de escolas públicas (que tiveram um ensino de qualidade muito inferior aos alunos de escola privada) tenham a chance/opportunidade de entrarem em universidades de ótima qualidade e excelência.	Permite o acesso de alunos de escolas públicas a universidades de excelência	
68	C1	Incentivo a entrada desses perfis na universidade que geralmente possuem maior dificuldade para o acesso.	Permite a entrada de alunos com dificuldades de acesso	
69	C1	Diminuir a desigualdade no que diz respeito a escolaridade de alunos oriundos de escolas públicas.	Diminuição das desigualdades; Acesso de alunos de escolas públicas.	
70	C1	É uma oportunidade para aqueles que não estudaram em um instituto particular.	Oportunidade para quem estudou em escola pública	
71	C4	São dadas oportunidades àqueles que em condições normais teriam sérias dificuldades para ingressar no Ensino Superior. Vejo a política de cotas como uma ferramenta válida	Fomenta a igualdade social; transforma famílias.	

		para fomentar a igualdade social. Bem como, de transformar as famílias que não possuem condições de arcar com os custos de um curso de Ensino Superior.		
72	C2	Possibilita a democratização do ensino superior público. Por conta dos exames de ingresso, os alunos oriundos de escolas particulares e de regiões menos periféricas acabam sendo privilegiados; além de buscar recompensar as inúmeras formas de discriminação de grupos minoritários.	Democratização do ensino superior público; repara as inúmeras formas de discriminação.	
73	C2	Uma boa forma indireta de distribuição de renda.	Forma indireta de distribuição de renda	
74	C2	Discriminação		Discriminação
75	C1	Um aspecto negativo é que ao mesmo tempo em que possibilita um aluno de escola pública entrar numa universidade pública, esse aluno entra às vezes sem o preparo necessário para o ambiente acadêmico e acaba sofrendo pra dar conta de tudo.		Aluno entra às vezes sem preparo acadêmico e sofre para dar conta de tudo
76	C1	Discriminação dos alunos cotistas por parte da população estudantil		Discriminação por parte da população estudantil
77	C2	Deveria ser feito um acompanhamento para identificar a situação dos discentes		Falta de acompanhamento
78	C2	Algumas delas, por serem autodeclaráveis, podem existir espaço para falsas declarações ou mesmo falsos comprovantes quanto a renda.		Possibilidade de fraudes
79	C3	Os aspectos negativos da lei de cotas não necessariamente se aplicam a lei, mas sim na sua legitimidade, onde vemos no dia a dia dentro das universidades falhas no sistema de fiscalização das pessoas em qual se aplicam o sistema de cotas.		Falhas na fiscalização
80	C4	Não há aspectos negativos da lei de cotas, ela só tem a beneficiar os grupos marginalizados.	Beneficiar grupos marginalizados	
81	C3	Falsificação de dados		Falsificação de dados
82	C1	Sistema de seleção		Sistema de seleção
83	C2	A lei ainda é muito falha, existem pessoas que entram na política de cotas como, por exemplo, racial e se diz ser preto, pardo o indigena, mas as vezes e de pele branca.		Falha na lei; Fraude.
84	C2	Por ser uma questão controversa, uma vez que contraria aos interesses da nata da sociedade, acredito que possa haver certa discriminação, embora eu nunca tenha passado por algo dessa natureza.		Por contrariar os interesses da elite, pode ocorrer discriminação.
85	C1	Segregação por cor deveria ter apenas cotas sociais.		Segregação por cor
86	C1	Acredito que além de permitir a entrada desses alunos, deveria haver alguma forma de ajudar na permanência. As cotas também não é a solução, acredito que seria muito melhor um investimento na base (escolas públicas de ensino médio) para que esses alunos tivessem uma maior qualidade de educação.		Incentivo para permanência dos alunos que entram por cota; Cotas não é a solução; Falta de investimento na educação básica

87	C2	As cotas são medidas paliativas, deveria haver melhoria no ensino público, e não há.		Medida paliativa; Falta investimento na educação básica.
88	C2	Pessoas de baixa renda conseguem entrar na faculdade, mas depois tem dificuldades para se manter durante os anos de estudo		Permite o acesso, mas não garante a permanência.
89	C1	Falta de preparo dos docentes para lidar com público oriundo de escolas públicas		Falta de preparo dos docentes para lidar com o público que adentra através das cotas
90	C2	Ela é uma medida corretiva, junto a ela deve-se melhorar o ensino básico público, senão de nada adianta. As cotas não atingem toda a população, atinge os melhores alunos de escolas públicas (desconsiderando a cotas de etnia), alunos que não tinham um desempenho tão bom ou mais dificuldades na escola pública dificilmente fazem faculdade. Além disso, os estudantes que entram por cota têm que estudar dobrado, pois tem uma defasagem de informação. Quanto a cotas de etnia, não concordo com elas.	Medida corretiva	Não atinge toda a população
91	C4	A separação dos alunos, é ruim quando já se está dentro da faculdade		Separação de alunos
92	C1	Ser tratada como uma solução definitiva e não como uma solução paliativa, como é na verdade. A lei de cotas deveria ser "temporária", uma forma de garantir direitos enquanto os problemas que causam a elitização da universidade pública estivessem sendo realmente atacados. Apesar de as cotas serem um avanço em uma sociedade tão desigual, o ideal é que elas não fossem necessárias, que as pessoas tivessem as mesmas oportunidades e acesso à educação básica de qualidade. Infelizmente, a raiz do problema, a injustiça social, não parece estar sendo solucionada de forma definitiva, então precisamos da solução paliativa.		Ser tratada como uma solução paliativa; não soluciona a injustiça social.
93	C2	Ao mesmo tempo acredito que essa não é a melhor solução em longo prazo para o problema da desigualdade na educação pública e privada. Creio que deveríamos investir mais na educação básica para que a desigualdade entre público e privado diminua, afinal somos todos pela educação.		Não é a melhor solução para o problema da desigualdade
94	C3	O preconceito quanto ao ingresso de alunos por meio de cotas em relação aos de ampla concorrência.		Preconceito
95	C1	Veracidade das informações, principalmente referente a declaração racial		Veracidade das informações
96	C1	Inclusão de escolas federais como o CEFET que tem ensinos em alguns casos melhores que muitas escolas particulares. Exemplo o CEFET e o COLTEC de BH são 2 escolas		Incluir escolas técnicas que equiparam a

		muito fortes que ficaram por muito tempo sendo as melhores de Minas no ranking geral que incluía as particulares		particulares em relação a qualidade de ensino
97	C2	Falta de um plano que reduza a necessidade de cotas por meio da melhora da educação básica		Falta de plano que reduza a necessidade das cotas
98	C1	Abuso de pessoas que mentem/omitem informações para se beneficiar.		Pessoas que mentem e omitem informações para se beneficiarem
99	C1	Pessoas que se aproveitam das cotas que não possuem		Pessoas fazem uso de forma indevida
100	C3	A quantidade de vagas deveria ser maior		Poucas vagas
101	C2	A verificação das pessoas que usam essas cotas, por exemplo, a cota racial que as vezes não é verificada direito.		Falta de verificação da cota racial
102	C3	Não fiscalização dos ocupantes das vagas		Falta de fiscalização
103	C3	Quantidade ofertada é baixa.		Poucas vagas
104	C1	Muitas vezes as pessoas têm certo preconceito em relação a pessoas cotistas, inclusive professores e colegas. Além de por ter vindo de uma escola pública a gente vê que há certa diferença entre o ensino da escola pública e particular.		Preconceito em relação aos cotistas por parte de professores e colegas
105	C4	Ainda não contempla muitas pessoas. Não garante a permanência dos estudantes cotistas nas universidades (evasão por dificuldades financeiras)		Não contempla muitas pessoas; Não garante permanência.
106	C4	A lei de cotas pode trazer certo constrangimento em questão de preconceito e bullying na instituição em que o aluno ingresse.		O ingresso por cotas pode gerar preconceito
107	C2	A má fiscalização das mesmas, por exemplo, nesse ano denunciei na PRG pessoas que entraram usando cota racial de forma indevida e nada aconteceu, isso acaba tirando a vaga de quem realmente deveria utilizar.		Má fiscalização acarreta retirada de vaga de quem realmente tem direito
108	C3	Os alunos entram na universidade sem condições de se sustentar e as vezes não conseguem bolsas auxílio, devido ao corte de gastos do governo federal		Permite o acesso, mas não garante a permanência.
109	C3	Raça e salário mínimo (que mesmo eu participando, não concordo que são válidos meios e que pode ser até preconceitual)		O critério raça e renda utilizada não são válidos
110	C4	Alunos que entram por cotas de escola pública apresentam muitas vezes dificuldades de acompanhar a faculdade com relação a conhecimentos básicos.		Alunos ingressos por cotas tem dificuldade de acompanhar a faculdade
111	C2	Elas são medidas que não corrigem o problema da desigualdade na qualidade de ensino fundamental e básico, são paliativas apenas.		É uma medida que não corrige o problema da desigualdade na

				qualidade de ensino básico
112	C1	A fiscalização é quase inexistente, principalmente com a cotas de dos estudantes negros. Quaisquer pessoas podem se autodeclarar negra e utilizar essa cota.		Pouca fiscalização em relação as cotas destinadas a negros; qualquer pessoa pode se declarar negra e utilizar a cota
113	C4	Algumas pessoas banalizam a oportunidade que teve; estudantes desanimarem da graduação porque não teve todo o suporte necessário (não é somente financeiro).		Banalização da oportunidade por parte de algumas pessoas
114	C3	As cotas colocam negros como inferiores ao tratar os mesmos como caso especial, fazendo parecer que eles não têm capacidade de fazer algo sem ajuda		As cotas colocam os negros como inferiores fazendo parecer que eles não têm capacidade de fazer algo sem ajuda
115	C3	Um impasse que existe e é bem marcante pra mim, é que algumas pessoas usam essa lei ou as brechas que ela abre, para tirar proveito. Por exemplo: uma pessoa de pele branca pode se declarar negra, por ter familiares negros, mas ao meu ver isso não é correto, pois por mais que essa pessoa biologicamente tenha esse direito, ela não sabe o que é ser negro em um país onde temos que tomar 10 vezes mais cuidado para andar à noite.		Pessoas utilizam da lei de forma indevida para tirar proveito
116	C3	O aluno que estudou em escolas públicas terá muito mais dificuldades com o conteúdo do curso devido a péssima base 'trazida' do ensino básico. Por exemplo, eu e amigos meus tivemos muita dificuldade (especialmente) com o cálculo devido a deficiência em base matemática.		Alunos egressos de escolas públicas tem dificuldade com os conteúdos do curso devido a educação de base que tiveram
117	C3	Autodeclaração de raça não aplicável a alguns. Tem pessoas usando esse benefício de forma errada.		Pessoas utilizam o benefício de forma indevida
118	C4	Não vejo aspectos negativos no sistema de cotas, e sim nas fraudes, que tiram a oportunidade de quem realmente tem direito		O problema não está no sistema de cotas e sim nas fraudes que tiram a oportunidade de quem realmente tem direito.
119	C2	Nem sempre entram bons alunos		Prejudica a entrada de bons alunos

120	C4	As cotas por vezes acabam adicionando poucas vagas a algumas categorias, que por vezes não representam a real divisão brasileira dessas "categorias", o que faz por exemplo que cotas raciais tenham por vezes notas superiores a não cotistas, uma vez que a concorrência por tais vagas aumenta.		Poucas vagas por categorias
121	C2	Preconceito		Preconceito
122	C4	Um dos aspectos negativos, é que muitas das vezes as vagas reservadas para autodeclarado (a) preto, pardo ou indígena são ocupadas por pessoas que não se enquadram nessa cota. Ou seja, falta fiscalização para que isso não ocorra. Outro ponto negativo é que, apesar de proporcionar a entrada, muitas vezes os indivíduos não têm condições de se manterem.		Ocupação das vagas reservadas a pretos, pardos e indígenas de forma indevida; Falta de fiscalização. Permite o ingresso, mas não garante a permanência
123	C4	Infelizmente a cota é necessária para que os alunos de escolas públicas entrem na universidade. Mas o ideal seria melhorar a qualidade das escolas públicas para que as cotas não sejam mais necessárias.	Necessária para que alunos de escolas públicas entrem na universidade	O ideal seria melhorar a qualidade das escolas públicas para que as cotas não fossem necessárias
124	C1	Algumas pessoas mentem muito para entrar com cota em Universidades.		As pessoas mentem para entrar por cotas
125	C2	Fraudes e também notas muito baixas de ingresso no curso, que impossibilitam a continuidade da graduação devido ao aluno não conseguir acompanhar o resto da turma		Fraudes; Notas baixas de ingresso no curso prejudicam a continuidade da graduação.
126	C4	O problema de fato não é resolvido, mas contornado.		Não resolve o problema, apenas contorna.
127	C2	Confirma a desigualdade social do país, mas não é uma política eficaz pra diminuir a desigualdade é só um facilitador, mas não a solução real do problema	É um facilitador	Confirma a desigualdade social do país; Não é a solução.
128	C2	Muitas fraudes e a autodeclaração		Fraudes e a autodeclaração
129	C3	Os alunos entram com pouco menos de conhecimento dos demais		Alunos entram com menos conhecimento que os demais
130	C2	Pessoas que se autodeclaram negras, pardas e indígenas sem serem. Não concordo com a cota racial devido a dificuldade de comprovação.		Pessoas se declaram negras e indígenas sem serem

131	C4	Alguns alunos que consegue entrar e não levam os estudos a sério. A final as vagas são poucas e muitas pessoas também querer entrar na universidade e tem poucas chances.		Muitos alunos ingressam e não levam a sério; poucas vagas;
132	C1	Aprovação no curso superior de estudantes com base fraca, além do preconceito dos estudantes não cotistas.		Permite o ingresso de estudantes com base fraca; preconceito dos estudantes não cotistas para com os cotistas.
133	C2	O impasse seria a baixa quantidade de vagas reservadas, mas acredito que isso já esteja em mudanças.		Poucas vagas
134	C3	Minha única ressalva é para cotas por etnia.		Discordância em relação as cotas étnicos raciais
135	C4	É uma política com efeito paliativo que não resolve a causa raiz que é a desigualdade e oportunidades diferentes dos jovens brasileiros.		Política com efeito paliativo que não resolve a causa raiz que é a desigualdade e oportunidades diferentes dos jovens brasileiros.
136	C4	Erros na entrada de candidatos e na matrícula utilizando as cotas. Falta de suporte para os cotistas.		Erros na entrada de candidatos e na matrícula utilizando as cotas.
137	C2	Ainda há brechas burláveis. É necessário um rigor maior na vistoria da documentação e declarações.		Deixa brechas para que pessoas possam burlar.
138	C2	Acredito que a falta de fiscalização das cotas, permitindo que pessoas se auto declarem cotistas sem realmente ser, conseguindo ingressar através desse meio impedindo pessoas, que realmente se enquadram na lei de cotas, ingressem no ensino superior.		Falta de fiscalização permite o ingresso de pessoas de forma indevida;
139	C2	É uma solução provisória que muitas vezes parece ser tratada como solução definitiva. Os alunos cotistas, muitas vezes, chegam desniveados do conteúdo abordado na universidade, correr atrás desse prejuízo sozinho é extremamente difícil. Alguns professores não se importam em fazer uma "revisão" do ensino médio para auxiliar nessas dificuldades, outros chegam a humilhar os cotistas por não saberem esses conteúdos. Vale ressaltar que noto isso mais em alunos de escolas estaduais e municipais, os alunos formados em institutos federais e escolas técnicas não apresentam esse tipo de dificuldade.		É uma solução provisória, mas parece ser tratada como definitiva; alunos cotistas na maioria das vezes apresentam desniveamento do conteúdo abordado na universidade
140	C2	Fiscalização um pouco falha		Fiscalização falha

141	C1	Fraudes constantes e muitas vezes sem punição.		Fraudes constantes e muitas vezes sem punição.
142	C2	Um ponto que preocupa um pouco é a maturidade que o aluno chega às Universidades. O aluno que estudou em escola pública, geralmente, sofre bem mais para acompanhar o ritmo das universidades e os demais alunos.		Alunos cotistas vindos de escola pública tem maior dificuldade de acompanhar o ritmo da universidade
143	C2	Muitas pessoas ainda abusam do direito de autodeclararão da cor da pele afim de conseguir uma vaga, não sei se é anticonstitucional, mas essa prática deve ser combatida.		Pessoas utilizam do direito da autodeclararão de cor para conseguir vaga
144	C3	Diferença de conhecimento entre um cotista e um não cotista, falo em referência a estudos da escola no nível médio.		Diferença de conhecimento entre cotista e não cotista
145	C4	A falta de fiscalização, o que permite que pessoas que não deveriam ser beneficiados por a mesma acabem se tornando beneficiários. Como exemplo: alunos brancos que se declaram negros/pardos/indígenas pois a nota nessa cota tende a ser menor assim é mais fácil de entrar na universidade.		Falta de fiscalização permite que pessoas se beneficiem sem ter direito
146	C4	Os alunos de escolas públicas não deveriam ter que ter essa compensação pelo ensino inferior dado pelas escolas públicas.		Os alunos de escolas públicas não deveriam ter que ter essa compensação pelo ensino inferior dado pelas escolas públicas.
147	C1	O uso inadequado do sistema de cotas, pode ser "burlada" facilmente.		Pode ser burlado facilmente
148	C1	Ser usada como substituição da melhoria de qualidade do ensino público no país.		Ser usada como substituição da melhoria de qualidade do ensino público no país
149	C1	Não existe um critério mínimo (no caso da cota que eu entrei).		Falta de critério
150	C4	Às vezes, as pessoas não respeitam a real condição social e/ou etnia e ingressam via Política de Cotas. O modelo atual de autodeclararão no momento da matrícula é um pouco falho.		Modelo de autodeclararão é falho
151	C2	Não se aplica. Exceto o fato de haver pessoas da elite que se sentem prejudicadas (Barbies fascistas).		Pessoas da elite se sentem prejudicadas

152	C2	Relatos esporádicos de pessoas que dizem terem sofrido certo preconceito já que entraram na universidade graças, "apenas", ao sistema de cotas.		Pessoas que entraram pelas cotas relatam sofrer preconceito devido a forma de ingresso
-----	----	---	--	--

Fonte: elaborado pelos autores

Responderam à pergunta acerca dos aspectos positivos da Lei de Cotas, Quadro 4: 17 estudantes da cota C1, 24 estudantes da cota C2, 15 estudantes da cota C3 e 17 estudantes da cota C4.

A partir das respostas dos estudantes, foi possível observar que esses, em sua maioria, entendem as cotas como uma oportunidade de acesso das populações historicamente excluídas da universidade pública, compreendendo que a política contribui para a *diversidade, justiça social, democratização e mudança de vida* daqueles que adentram os muros da universidade. Andrade (2017) ao afirmar que o verdadeiro sentido de democratização é tornar algo acessível a todos e que a educação é um dos meios para as pessoas requererem seus espaços na sociedade, ratifica a percepção dos estudantes sobre os aspectos positivos da Lei de Cotas.

Ainda analisando as palavras que mais apareceram nos discursos dos estudantes, nota-se: *igualdade, acesso, reparação de injustiças, formação profissional, educação de qualidade, diversidade cultural e mudança de realidade*. Segundo Carvalho (2016) as cotas além de representar divisão de poder acumulado pelos brancos e hoje repartido entre negros, indígenas e pessoas com deficiência corrobora para que se alcance um nível maior de igualdade na sociedade.

Nos discursos dos alunos sobre os aspectos positivos da Lei de Cotas destaca-se a fala de estudantes que relatam suas experiências enquanto cotistas. Para esses estudantes, as cotas não significam somente a oportunidade de entrar na universidade. Segundo o estudante 63 “Conheci muitas pessoas ao meu redor que tiveram a oportunidade não só de entrar pela lei das cotas, mas abraçar oportunidades como viagens internacionais e conquista de prêmios”. O estudante 61 mencionou que a existência da lei contribui para a “Equiparação das oportunidades visto que a diferença social, econômica e de acesso à informação acontece principalmente entre as pessoas que podem utilizar das cotas”.

A partir das observações feitas pelo estudante 65, “[...] jovens beneficiados por cotas tendem a dar mais valor à universidade”, afirmando também que, “[...] os únicos alunos de 2016 do meu curso que irão se formar no tempo correto são cotistas”. As falas desses estudantes estão em consonância com as contribuições de Cardoso (2015), quando afirma que cursar a universidade no Brasil representa mais que formação profissional e acadêmica, a universidade possibilita oportunidades diversas e permite a ascensão social. Estudantes beneficiados por políticas de inclusão, como as cotas tendem a depositar na oportunidade de acesso ao ensino superior a mudança de suas vidas.

Ao realizar a análise das respostas dos estudantes acerca dos aspectos positivos da Lei de Cotas, considerando cada cota de ingresso (C1, C2, C3 e C4) foi observado que os estudantes

de todas as modalidades citadas, entendem que as maiores contribuições das cotas são: *inclusão social, democratização e universalização da universidade, aumento de oportunidades, equiparação, acesso, ascensão social e diversidade.*

Sobre os aspectos negativos da Lei de Cotas, Quadro 4, responderam a essa pergunta 19 estudantes da cota C1, 28 estudantes da cota C2, 15 estudantes da cota C3 e 17 estudantes da cota C4.

Foi possível notar que os estudantes percebem *a possibilidade de fraude no ingresso, o preconceito por parte da comunidade acadêmica, o reduzido número de vagas, as dificuldades para permanência, as dificuldades pedagógicas e a autodeclaração* como principais pontos negativos da política.

O entendimento dos estudantes vai ao encontro ao que Rosa (2014) afirma, ao considerar que o ensino superior é constituído de barreiras, sendo o número de vagas nas instituições menor que a demanda e que isso impacta no grande quantitativo de jovens disputando uma mesma vaga. Os estudantes das classes populares deparam-se também, segundo a autora, com outras dificuldades, sendo elas: deficiência na formação, dificuldades financeiras, preconceito, dentre outros obstáculos.

Nas respostas dos estudantes foi possível notar também, vários discursos mencionando a fragilidade da política em relação a possíveis fraudes, que deixam pessoas que realmente tem direito ao acesso à universidade fora desse espaço. Nesse sentido, é importante frisar a autonomia das instituições para criar mecanismos que impeçam o mau uso da política.

A necessidade de investimento na educação básica foi outro ponto levantado pelos estudantes. Sabe-se que a educação básica necessita de maiores investimentos, e que os alunos que vêm de uma educação deficitária enfrentam muitos desafios para se manter na universidade. De acordo com Ferreira (2010), a forma tardia e excludente com que a educação se desenvolveu no Brasil é a principal responsável pelas lacunas no processo educacional do país.

A fala de alguns estudantes apresentou similaridade com o discurso do mérito presente na sociedade, “As cotas colocam os negros como inferiores fazendo parecer que eles não têm capacidade de fazer algo sem ajuda” (Estudante 114). As desigualdades do país afetam, sobretudo as classes populares, nesse sentido, as cotas representam uma maneira de reparação de parte das injustiças sofridas pelo povo negro e demais grupos em desvantagem social e não um mecanismo que beneficia quem não tem capacidade. A população negra e os demais beneficiados pelas cotas participam de processos de seleção para acesso à universidade. De acordo com Silva (2018), a perversa desigualdade existente faz com que o acúmulo de

conhecimento seja separado entre os eleitos e os outros. Nesse caso, ou outros são os oriundos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros.

Outro discurso levantado por um dos estudantes foi o de que “Nem sempre entram bons alunos” (Estudante 119). Quem são os bons alunos? Aqueles que vieram do ensino privado e tiveram uma educação básica de qualidade? Aqueles que não têm dificuldades para cursar a universidade do ponto de vista pedagógico e financeiro? A universidade segundo Magalhães (2013) tem a função de enxergar o aluno como sujeito social, mas para isso é essencial que sejam consideradas as diferenças que cada um apresenta. Ganam (2016) completa o entendimento de Magalhaes (2013) ao afirmar que o sucesso no meio acadêmico está para além do êxito escolar e que os mecanismos criados pelas universidades podem favorecer a permanência com sucesso dos estudantes com dificuldades pedagógicas, financeiras, dentre outras. Sobrinho (2010) afirma que entrar, permanecer e evadir da universidade diz mais sobre como a sociedade, instituições e servidores se organizam do que a capacidade individual do estudante.

Ao realizar a análise considerando a cota que o estudante ingressou na universidade, observou-se um consenso entre todas as modalidades de ingresso estudadas acerca do sistema de reserva de vagas ser susceptível a fraudes. Percebeu-se também, que os estudantes notam o aumento de pessoas das classes populares na universidade, no entanto, entendem que mesmo com o advento das cotas, muitos jovens continuam fora do espaço universitário.

Outro ponto unânime entre os estudantes das quatro modalidades de ingresso estudadas é a permanência. Para eles a permanência do estudante cotista muitas vezes é prejudicada por diversas questões do ambiente universitário, sendo essas questões cruciais para a evasão. As dificuldades em acompanhar os conteúdos das disciplinas, sobretudo ao ingressarem, foi uma fala bastante repetida nas respostas dos estudantes.

Sobre as fraudes, principal fragilidade das cotas mencionada pelos respondentes, um estudante da cota C4 mencionou o seguinte: “Não vejo aspectos negativos no sistema de cotas, e sim nas fraudes, que tiram a oportunidade de quem realmente tem direito” (Estudante 118). Importante ressaltar a leitura feita pelo estudante destacando que os problemas relacionados às fraudes não são uma falha da lei, mas sim de sua operacionalização. O que evidencia a necessidade de as instituições aprimorarem os instrumentos utilizados de modo a corrigir as fragilidades e evitar que aqueles que não têm direito se beneficiem desse mecanismo de acesso à universidade.

De acordo com Nunes (2018), a responsabilidade pela ocupação das vagas nas instituições é da gestão pública. E esse processo de gestão das ações afirmativas implica na

reorganização da lógica administrativa sob o ponto de vista da institucionalidade das políticas e requer não apenas uma execução formal de serviços nas etapas de acesso e permanência do ingressante, mas também acompanhamento do egresso. Para a autora, a comissão de heteroidentificação não é uma etapa que deve acontecer de forma isolada, aliada a ela é preciso estabelecer uma educação antirracista para enfrentamento ao racismo presente nas IFES.

Devido à pesquisadora não ter encontrado nenhuma informação pública sobre possíveis desligamentos de estudantes que tenham fraudado o processo de ingresso pelas cotas na IFES pesquisada, foi solicitado da IFES informações a partir da Plataforma Fala BR, canal que permite acesso à informação dos órgãos públicos. Na solicitação, foram requeridas informações sobre possíveis instaurações de processos disciplinares discentes por fraude nas cotas raciais e o resultado desses processos. A IFES informou que durante o ano de 2019, foram instaurados 12 processos disciplinares discentes referentes a cotas raciais. No entanto, em virtude da pandemia, os prazos dos processos disciplinares estão suspensos. Ainda segundo a IFES, “a punição somente será aplicada quando os processos estiverem concluídos”. De acordo com Santos (2018), os primeiros anos da política de cotas revelaram que a autodeclaração sozinha é um mecanismo frágil, sobretudo quando se leva em consideração o que está sendo disputada, uma vaga na universidade pública. A partir da fala do autor, fica evidenciada a necessidade de instituir meios que garanta a ocupação das vagas reservadas de maneira devida.

Entre os estudantes ingressantes pela cota C4, foi possível observar que, embora entendam que deve haver investimento na educação básica e que as cotas não resolvem o problema da desigualdade no Brasil, eles defendem a sua existência, por acreditarem que elas são cruciais para o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas e pertencentes as classes populares no contexto de país em que estão inseridos.

É evidente que grande parte dos estudantes que adentram a universidade por meio das cotas, enfrenta dificuldades devido à baixa qualidade do ensino ofertado na educação básica. No entanto, é preciso enfatizar, que considerando as diferenças de oportunidades entre os estudantes das classes populares em relação as outras classes no Brasil, as cotas precisariam existir mesmo que paralelo a elas estivessem ocorrendo investimentos na educação básica, para que os estudantes que não foram contemplados pela melhoria do ensino básico pudessem acessar a universidade pública.

Observaram-se nas respostas dos estudantes ingressantes pelas cotas C1 e C3 que são destinadas aos autodeclarados pretos e pardos independente de renda e com recorte de renda de até 1,5 salários mínimos, estudantes contrários a reserva de vagas para essas categorias:

[...] deveria ter apenas cotas sociais (Estudante 85).

[...] raça e salário mínimo (que mesmo eu participando, não concordo que são válidos meios e que pode ser até preconceitual) (Estudante 109).

As cotas colocam negros como inferiores ao tratar os mesmos como caso especial (Estudante 114).

Minha única ressalva é para cotas por etnia (Estudante 134).

De acordo com Nunes (2018, p.14):

É indubitável que o grande debate acerca das ações afirmativas tem se concentrado na modalidade destinada a negros/as, pois reflete a grande ferida da sociedade brasileira: o racismo e a consequente negação do mesmo.

A partir das falas dos estudantes, entende-se que o sistema de reserva de vagas precisa ser mais bem discutido, para que os estudantes possam compreender o verdadeiro sentido da existência de uma lei que institui a obrigatoriedade de reserva de vagas para o ingresso de negros nas IFES. Fica evidente na fala desses estudantes a reprodução do que o senso comum diz sobre as cotas raciais, resumindo-as, muitas vezes, como: segregação por cor, inferiorização dos negros, favor, dentre outros.

O entendimento dos respondentes a respeito das contribuições e impasses das cotas está em consonância com as palavras/frases encontradas no referencial teórico e descritas no Quadro 2 desta pesquisa. A partir das respostas dos estudantes ficou evidenciada a importância da política de cotas para a inclusão dos estudantes das classes populares da sociedade na universidade pública e em outros espaços sociais.

Acerca dos Aspectos Negativos da Lei de Cotas, ficou demonstrado que para a política ser de fato inclusiva é preciso considerar a sua operacionalização, neste sentido, as instituições têm papel fundamental no controle dos mecanismos de acesso para que não sejam cometidas injustiças ao invés de justiça e, também, deve-se pensar a permanência desses estudantes. O investimento na educação básica frisado pelos estudantes é algo que também precisa ser amplamente discutido, pois percebe-se nas falas dos respondentes que o ensino deficitário se constitui como uma barreira para a permanência na universidade. De acordo com Araújo (2013), investir em educação é a melhor solução para diminuição das desigualdades sociais.

6.4. Acesso e permanência na universidade

O Quadro 5 construído nesta etapa, se refere às respostas dos estudantes quando questionados sobre o acesso e permanência na Universidade.

Quadro 5: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação ao acesso e permanência na universidade

ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE				
Estudantes	Cota de ingresso	Respostas dos estudantes	CATEGORIAS/PALAVRAS - CHAVE	
			Acesso à Universidade	Permanência na Universidade
1	C2	Um sonho	Sonho	
2	C1	Representa a quebra de um estigma que pessoas de cidade pequena não tem tanta evolução na vida, ainda mais vindo de uma família com pais que nem terminaram o ensino fundamental.	Representa quebra de um estigma	
3	C1	A possibilidade de mudar de vida através da educação	Mudança de vida através da educação	
4	C2	Uma oportunidade para mudar a minha realidade	Mudança de realidade	
5	C2	Um sonho, uma oportunidade de iniciar minha carreira profissional.	Sonho; oportunidade de iniciar carreira profissional.	
6	C3	O acesso à universidade pública para mim representa nada mais que uma oportunidade de ascensão no mercado de trabalho e oportunidade de emprego e por último não menos importante equidade na sociedade. Sou a primeira da minha família a cursar um ensino superior totalmente gratuito.	Oportunidade de ascensão ao mercado de trabalho; emprego; equidade social;	
7	C4	Representa uma possibilidade de diminuir com as desigualdades sociais presentes no país. O acesso à universidade pública é uma forma de garantir uma situação de vida melhor a uma família em situação de vulnerabilidade econômica.	Oportunidade de uma vida melhor para quem vem de família vulnerável	
8	C4	Qualidade	Qualidade	
9	C3	Uma oportunidade de elevar as condições de vida minha e da minha família.	Melhores condições de vida	
10	C1	Conhecimento científico, social e cultural e formação para a vida profissional.	Conhecimento científico, social, cultural e formação para a vida profissional.	
11	C2	Um sonho realizado de poder cursar uma universidade, pois não teria condições de pagar uma particular.	Sonho realizado	
12	C2	A possibilidade de buscar melhores condições de vida, se não fossem as cotas, eu não teria conseguido ingressar na universidade.	Melhores condições de vida	
13	C1	Mérito dos meus estudos	Mérito dos estudos	
14	C1	Representa um sonho. Cursar um curso de uma universidade de qualidade e gratuita além de um sonho é uma oportunidade para uma vida melhor.	Sonho; melhores condições de vida	

15	C2	Melhoria de vida, oportunidades novas, integração com pessoas diferentes.	Melhoria de vida; novas oportunidades; integração com pessoas diferentes.	
16	C2	Oportunidade de crescimento pessoal e profissional	Crescimento pessoal e profissional	
17	C1	Inclusão social	Inclusão Social	
18	C2	Oportunidade. Eu consegui entrar no meu curso por meio das cotas, se não fossem elas provavelmente faria Prouni ou um outro curso em outra universidade. E aproveitei muito essa oportunidade, detenho hoje de um dos maiores coeficientes do meu curso (com muito suor pela defasagem).	Oportunidade;	
19	C4	Expectativa de melhorar o estilo de vida	Expectativa de melhoria de vida	
20	C1	O rompimento de um ciclo. Eu serei a primeira pessoa na minha família toda a cursar ensino superior, e em uma universidade federal, algo que sempre esteve bem distante da nossa realidade. A universidade expandiu as minhas possibilidades e é a porta de escape do ciclo de pobreza e falta de oportunidade para mim e minha família.	Rompimento de um ciclo; expansão de possibilidades; porta de escape do ciclo de pobreza	
21	C4	Oportunidade	Oportunidade	
22	C2	Representa oportunidade	Oportunidade	
23	C3	Oportunidade de crescer profissionalmente e proporcionar uma maior qualidade de vida.	Crescimento profissional; maior qualidade de vida	
24	C4	Uma nova vida. Novas possibilidades. Mudança. Sem dúvida a educação é a melhor maneira de transformar uma pessoa, e isso afeta o meio onde ela vive.	Uma nova vida; Novas possibilidades; transformação de pessoas e ambientes.	
25	C1	Vitória	Vitória	
26	C3	Conquista	Conquista	
27	C1	Oportunidade de poder cursar uma faculdade de excelência	Oportunidade de cursar uma universidade de excelência	
28	C2	Possibilidade de crescimento intelectual, pessoal e profissional	Crescimento intelectual, pessoal e profissional.	
29	C1	Oportunidade que meus pais não tiveram.	Oportunidade que meus pais não tiveram	
30	C1	Oportunidade de preparar o futuro	Oportunidade de um futuro melhor	
31	C3	Uma oportunidade melhor de vida	Oportunidade de uma vida melhor	
32	C2	A possibilidade de mudar de vida, pois através do estudo posso mudar as condições da minha vida e da minha família.	Mudança de vida minha e da minha família	

33	C3	Acesso ao ensino superior de qualidade no país!	Acesso ao ensino superior de qualidade	
34	C3	Expansão do meu conhecimento e criação de futuras oportunidades	Expansão de conhecimento	
35	C1	Representa tanto uma conquista pessoal quanto uma conquista social. A universidade se mostra como uma ponte que nos liga a posições de poder social e econômico, de maneira que acessá-la representa uma oportunidade de uma vida melhor. Além disso, representa também o acesso à cultura e informação, que deveria ser de livre acesso a todos.	Conquista pessoal e social; acesso à cultura e informação	
36	C1	Oportunidade de estudar o curso que sonhei, oportunidade de trocar conhecimentos e experiências com pessoas diversas. Além de ser um direito que acredito que todo cidadão tem de possuir.	Realização; troca de conhecimentos e experiências; direito	
37	C4	Oportunidade de mudança. Alcançar um nível de educação que até a pouco tempo era praticamente restrito a certa camada da sociedade.	Mudança; alcançar um nível de conhecimento até pouco tempo restrito.	
38	C4	Oportunidade de crescer, descobrir um novo mundo e uma profissão digna, com boa remuneração.	Crescimento; profissão; boa remuneração.	
39	C2	A oportunidade de fazer pesquisa, que é algo que sempre gostei se não fosse à universidade pública eu jamais teria condições de pagar uma particular.	Oportunidade de realizar pesquisas	
40	C3	Uma oportunidade de aprender muito, evoluir e uma chance de conseguir arrumar um bom emprego, mudando a realidade da minha família.	Aprendizado; evolução; oportunidade de emprego; mudança de realidade da família.	
41	C3	Oportunidades de ingressar no mercado de trabalho com uma universidade reconhecida em meu currículo	Oportunidade de ingressar no mercado de trabalho	
42	C2	Oportunidade de crescimento	Crescimento	
43	C4	Oportunidade de crescimento profissional e pessoal.	Crescimento profissional e pessoal	
44	C2	A possibilidade de melhoria de vida, financeira, cultural e ética.	Melhoria de vida financeira, cultural e ética.	
45	C1	Elitizado, a maioria dos estudantes têm boas condições de vida, principalmente financeira.	Elitizado	
46	C4	Representa que independente da minha natureza, condições financeiras, eu tenho potencial para ser um ótimo profissional. A oportunidade de estar em um ambiente com grande desenvolvimento tecnológico, com pessoas de diversos lugares e personalidades, demonstra uma oportunidade de crescimento como cidadão.	Condições financeiras; reconhecimento de capacidades, convivência em meio a um ambiente com grande desenvolvimento tecnológico e com pessoas de diversos lugares; crescimento.	

47	C3	Busca por uma vida melhor, realização de sonhos	Possibilidade de uma vida melhor; realização de sonhos.	
48	C3	Uma conquista.	Conquista	
49	C3	Oportunidade de trabalho com remuneração melhor e ou um trabalho mais "leve" que dos meus familiares	Oportunidade de trabalho com melhor remuneração e menos desgastante que o trabalho desempenhado pelos familiares	
50	C3	Mais oportunidade.	Melhorar a condição social	
51	C4	Representa a oportunidade melhorar a condição social, tanto minha quanto da minha família, através de uma melhor colocação no mercado de trabalho		
52	C2	Um sonho	Sonho	
53	C4	Oportunidade de acesso a informação de forma gratuita, que por vezes foi a única opção de prestar uma universidade	Acesso a informação de forma gratuita	
54	C2	Meu futuro, vou ser a primeira pessoa da família a fazer um curso superior, isso muda totalmente a realidade da minha família.	Futuro melhor	
55	C4	Representa igualdade entre todos, todos temos direito ao ensino de boa qualidade proporcionada pela universidade pública.	Igualdade entre todos	
56	C4	Oportunidade de ascensão social	Ascensão social	
57	C4	Uma oportunidade de conseguir entrar no curso em que eu mais tenho vontade de exercer a profissão futuramente e também melhorar a situação financeira da minha família.	Realização profissional e pessoal; melhorar a situação financeira da família	
58	C1	Oportunidade de me formar, pós graduar, e conseguir um bom emprego.	Oportunidade de formação; qualificação e emprego	
59	C2	Oportunidade e melhoria de vida	Melhoria de vida	
60	C4	Representa um sonho que sempre tive, fortificado no ensino médio e que pode se tornar realidade em 2016. Também representa a oportunidade de poder me tornar um indivíduo crítico e ciente do mundo ao qual estrou inserido. O acesso à universidade fará com que meus filhos tenham o que eu não pude ter.	Sonho; formação crítica	
61	C2	Oportunidade de desenvolvimento e melhora de vida	Desenvolvimento e melhoria de vida	
62	C1	Para mim representa empoderamento, visão de futuro, barreiras quebradas, acreditar no meu potencial.	Empoderamento; visão de futuro, quebra de barreiras	
63	C2	Representa um avanço	Avanço	
64	C3	Uma conquista, uma oportunidade de fazer uma faculdade de forma gratuita.	Conquista; formação gratuita	
65	C2	Oportunidade de continuar estudando e concluir o ensino superior.	Oportunidade de concluir o ensino superior	
66	C4	Uma oportunidade	Oportunidade	

67	C1	Representa a chance de melhorar a minha vida e da minha família.	Melhoria de vida	
68	C2	O acesso á universidade pública representa uma oportunidade de educação individual e coletiva, no que tange o conhecimento específico em determinadas áreas científicas e tecnológicas. O fato de ser pública simplifica as relações financeiras de alunos que não possuem recursos para custear os estudos, dando margem de oportunidades para todas as escalas sociais e econômicas com a lei de cotas.	Oportunidade para todas as escalas sociais	
69	C3	No meu caso, sempre sonhei em fazer o curso que faço hoje, então, ter esse acesso pra mim foi como a realização de um sonho, indiferente das dificuldades que venho passando para manter o curso.	Realização de um sonho	
70	C4	Mudança de vida, quebra de um ciclo de dependência, abertura de caminhos, desenvolvimento pessoal.	Mudança de vida; quebra de um ciclo de dependência; abertura de caminhos; desenvolvimento pessoal	
71	C4	Conquista e uma motivação	Conquista e motivação	
72	C2	Uma oportunidade de melhoria de vida, conhecimento e acesso a um mundo no qual se eu estivesse apenas trabalhando hoje com meu ensino médio não teria este deslumbre. Fora a oportunidade de conhecer o exterior	Melhoria de vida, acesso ao conhecimento; oportunidade de conhecer o exterior	
73	C2	Representa a oportunidade de poder melhorar meu futuro e construir um mundo melhor, tendo em vista que sei das limitações que enfrentei para chegar até o último ano da minha graduação e do esforço que meus pais tiveram para conseguir me manter durante esse tempo. Representa um orgulho em ser cotista e mostrar que independente se você veio de escola pública, se é de baixa renda ou de uma classe racial menosprezada, quem faz realmente a universidade é o aluno, pois mesmo com as limitações e dificuldades encontradas é possível sair da universidade pública com um diploma e a sensação de querer buscar cada vez mais melhorar profissionalmente, levando sempre a empatia em primeiro lugar.	Melhor futuro; orgulho de vir de escola pública, baixa renda, pertencer uma classe menosprezada e conseguir vencer as barreiras.	
74	C2	Uma grande conquista e superação das expectativas. Fazia turno de estudos triplo: ensino médio de manhã, SENAI de tarde e curso pré-vestibular de noite na cidade vizinha. Ganhava meio salário mínimo como menor aprendiz no SENAI para pagar meu curso pré-vestibular.	Conquista; superação de expectativas.	
75	C2	Representa que eu possa ter uma profissão em uma área que eu goste	Oportunidade de ter uma profissão	
76	C1	Representa garantia de direito já que a vida toda estudei em escola pública, então nada mais justo que, dadas as minhas condições financeiras e a alta qualidade de uma instituição pública, que eu possa ter acesso a ela. Acredito também que é o caminho para uma igualdade maior na sociedade e que me estimula a estudar em prol de melhorar às condições de outras pessoas, futuramente.	Garantia de direito; maior igualdade na sociedade.	

77	C2	Uma oportunidade única, pois, eu não teria condições financeira de pagar uma faculdade privada. O acesso a Universidade pública é sem dúvidas um grande sonho que realizei.	Sonho realizado	
78	C2	O acesso à universidade pública para mim representa liberdade. Quando uma pessoa entra em uma universidade ela é inserida em um novo mundo, com novas pessoas, novos pontos de vista e novos conhecimentos. Isso liberta a mente das pessoas para enxergar problemas não só técnicos mas também sociais, por exemplo, de uma perspectiva mais ampla. Esta liberdade quando unida com um ambiente de experiências e aprendizado permite que as pessoas se desprendam da classe social, cor da pele, gênero, local de origem e sejam livres para traçar seu próprio caminho.	Liberdade; acesso à universidade é a inserção em um novo mundo; permite experiências e aprendizado capazes de desprender as pessoas da classe social, cor da pele, gênero, origem	
79	C3	Uma forma de poder ter o ensino superior de graça e de qualidade.	Ensino de qualidade e gratuito	
80	C4	Uma chance de um futuro melhor, pois ela é mais difícil, contudo mais compensatório em virtude das oportunidades e conhecimentos que são adquiridos.	Chance de um futuro melhor	
81	C4	Uma vitória pessoal, visto que muitas pessoas tentam entrar e não conseguem.	Vitória pessoal dada a concorrência	
82	C4	A chance de ter uma profissão, que eu possa fazer diferença seja com o meu trabalho na indústria ou na pesquisa. E principalmente, sendo a primeira pessoa da família (materna) a ingressar em uma universidade (pública ou privada) é a mudança de uma realidade, que não pertencia a minha família.	Profissão; possibilidade de fazer diferença; mudança de realidade	
83	C1	Oportunidade para desenvolvimento pessoal/profissional de uma vida de sucesso.	Desenvolvimento pessoal e profissional	
84	C1	Serei a primeira da família a formar em universidade pública, significa mudar essa realidade.	Mudança de realidade	
85	C1	Oportunidade de estudo.	Oportunidade de estudo	
86	C4	Representa a mudança da condição social da família. A oportunidade de ingressar em uma universidade pública possibilita a motivação da família, sendo motivo de orgulho e respeito pelas oportunidades que o país dá àqueles que se veem tão longe destas instituições.	Mudança da condição social da família; orgulho.	
87	C2	A possibilidade de um futuro melhor. Sem essa oportunidade, eu estaria trabalhando na roça sob o sol escaldante para conseguir uma vida simples com o mínimo de dignidade.	Oportunidade de um futuro melhor	
88	C2	Distância da [...] da minha casa e dinheiro pra custear os estudos. Muitas matérias exigem língua inglesa e não temos como pagar, alimentação, livros, jaleco etc.		Distância de casa até a universidade; dificuldade financeira para custear alimentação, curso de línguas, livros e equipamento de proteção individual.

89	C2	Dificuldades financeiras		Dificuldades financeiras
90	C3	Minha maior dificuldade para permanecer na faculdade seria a questão financeira. Desde o meu primeiro ano em pelo menos um semestre tento o auxílio permanência mas por questões burocráticas(ausência de alguns documentos) não consigo ao menos a pontuação mínima.		Dificuldades financeiras; auxílio permanência não foi obtido devido questões burocráticas (ausência de documentos)
91	C4	A dificuldade econômica, que pôde ser minimizada com o auxílio estudantil.		Dificuldade econômica minimizada com a obtenção de auxílio estudantil
92	C3	Dificuldades financeiras.		Dificuldades financeiras
93	C2	O programa de assistência estudantil e programa PET tem me possibilitado a permanência.		Assistência estudantil e PET tem possibilitado a permanência
94	C1	Horário de aula até 23h30min, custos com deslocamento e alimentação, falta de apoio à servidor público.		Horário de término das aulas; custos com deslocamento, alimentação
95	C2	Tive dificuldade ao longo do curso com relação a renda para me manter aqui, hoje já estou mais estável.		Dificuldade em relação a renda
96	C4	Dinheiro, a faculdade é grátis, mas custa caro manter os padrões solicitados, meu curso é noturno, mas e demandado muitos trabalhos, apresentações e outras atividades durante o dia, e isso custa caro ainda mais quando não a pessoa não mora em Itajubá, como é o meu caso.		Dinheiro; a faculdade é gratuita, mas manter-se nela custa caro devido os padrões solicitados;
97	C1	Financeira.		Financeira
98	C3	Graças à assistência estudantil não passo por grandes dificuldades		Graças à assistência estudantil não passo por grandes dificuldades
99	C3	Financeira e psicológica		Financeira e psicológica
100	C1	Dificuldade em passar nas matérias pois como meu ensino médio foi precário muitas vezes tenho que estudar o que em teoria todo mundo deveria saber pra depois estudar a matéria		Dificuldade nas disciplinas devido a precariedade do ensino médio cursado
101	C3	Questão de transporte, aquisição de material, acesso a algumas tecnologias.		Transporte; aquisição de material e acesso a algumas tecnologias.
102	C3	Trabalhar e estudar simultaneamente		Trabalhar e estudar simultaneamente
103	C1	Em boa parte, são dificuldades relacionadas à questão psicológica, devido à pressão que sinto. Em momentos, sinto como se fosse minha responsabilidade me sair bem pois sou cotista e minha performance está sendo avaliada sempre (mesmo que isso não seja verdade sempre), como se a minha performance fosse uma maneira de avaliar todos os cotistas.		Pressão psicológica

104	C1	Alguns comentários que escutei de professores e alunos que vinham para desanimar os outros, problema de ansiedade, que ainda não tinha sido identificada, mas que foi elevada com a ingressão na universidade e a pressão que sofria por esses comentários e pela dificuldade em relação ao nível de aprendizado que uma pessoa de escola pública tem em relação a escola particular, ou seja, meus colegas que vieram da segunda escola, conseguiam se sobressair por já ter uma base que viemos a ver na própria faculdade. Outro ponto, é que muitos fizeram cursinhos para entrar na faculdade, já tinham trabalhado na área ou fizeram curso técnico (não fiz nenhum).		Comentários proferidos por colegas e professores desencadearam problema de ansiedade
105	C4	As dificuldades aparecem no deslocamento de uma cidade a outra para ir pra universidade.		Deslocamento de uma cidade a outra para ir a universidade
106	C2	Quando foi-se realizado o corte de verbas e as bolsas de auxílio foram diminuídas eu tive bastantes dificuldades para me manter na faculdade, devido a isso fiz dívidas no cartão, as quais eu pago até hoje e por sorte consegui bolsas de iniciação durante quase todo o curso e isso me ajudou a conseguir dinheiro para transporte e alimentação, além disso eu faço quando tenho tempo trufas para vender e conseguir uma renda extra.		Diminuição dos auxílios devido corte de verbas ocasionou dificuldades para permanecer na universidade
107	C3	Excesso de cobrança da universidade, e condições financeiras.		Excesso de cobrança da universidade; condições financeiras.
108	C2	A ansiedade perante algumas disciplinas, pressão da família para graduar a mais breve possível frente as despesas que se acumulam, falta de bases de conhecimento do ensino médio e fundamental.		Ansiedade gerada em decorrência das disciplinas e das pressões da família que anseiam que a graduação ocorra a mais breve possível
109	C4	A universidade ela inclui cotistas, mas não oferecem o suporte necessário para que os mesmos se mantenham com qualidade no curso. Dificuldade para acompanhamento de algumas matérias, crises de ansiedade generalizada, na qual o suporte psicológico existente é insuficiente e nada eficiente. Muitas vezes, tomei decisões erradas por não ter um mentor confiável e que busca me entender dentre as minhas dificuldades. Além disso, professores muitas vezes generalizam como sendo "má vontade" dos alunos.		A universidade incluiu cotistas, mas não oferece suporte necessário para a permanência; dificuldade de acompanhar algumas disciplinas; suporte psicológico insuficiente; professores generalistas
110	C3	Meus pais atualmente estão em empregos informais, então esse ano de 2019 foi bem complicado permanecer na [...].		Dificuldade para permanência devido a informalidade de trabalho dos pais
111	C3	Minha maior dificuldade foi me manter financeiramente. Não consegui o auxílio estudantil e tive que trabalhar durante o dia e finais de semana. Isso prejudicou em partes o meu desempenho nas disciplinas. E também me impediu de participar de projetos da universidade e até mesmo monitorias das disciplinas.		Dificuldade financeira; falta de auxílio estudantil; divisão do tempo entre trabalho e estudo prejudica o desempenho acadêmico

112	C3	Conto com a colaboração do auxílio estudantil e sou dependente dele. Caso ocorra de não recebê-lo terei que largar tudo para trabalhar e tentar obter uma fonte de renda. Também tem a relação com algumas pessoas e dificuldades em algumas matérias. Nem todos compreendem nossa dificuldade com relação ao aprendizado. Ninguém acha graça de ser reprovado em uma matéria mais de uma vez. Não é satisfatório e tem professores que não entendem isso.		Sem o auxílio teria que largar tudo para trabalhar; dificuldades em algumas disciplinas; professores que não entendem o aluno
113	C4	Financeiras		Financeiro
114	C4	Se por acaso perder a bolsa dentro da universidade ficaria quase impossível me manter nesta universidade.		Sem o auxílio a permanência fica comprometida
115	C4	O curso de Engenharia Mecânica possui diversos professores que vieram de um ensino elitizado onde só a classe alta estudava na época, e mesmo com o passar do tempo, eles não notaram que a universidade mudou seu perfil. Os alunos de hoje em dia não conseguem acompanhar o ritmo de antigamente, pois temos um déficit no ensino fundamental e médio além de não ter a motivação dos professores que têm o prazer de reprovar a maioria da turma e de não se atualizar com as tecnologias da atualidade.		Professores de classe alta que vieram de um ensino elitizado não notaram que a universidade mudou o perfil; déficit do ensino fundamental e médio e falta de incentivo dos professores que tem o prazer de reprovar
116	C4	Por conta da baixa renda de minha família, dependo da bolsa de assistência quase que integralmente. Teve uma época que tive crises de ansiedade, algo que perturbou minha relação com a universidade. Felizmente hoje em dia não passo mais por essas crises.		Dependência integral do auxílio estudantil
117	C2	As dificuldades estão relacionadas às questões financeiras. O auxílio permanência contribui muito.		Dificuldades financeiras; importância da contribuição do auxílio permanência
118	C3	Hoje o meu maior problema é ter que trabalhar e fazer as matérias. Acaba que não consigo fazer o número adequado de matérias durante o semestre e não consigo me dedicar 100% nas matérias que faço.		Dividir o tempo entre o trabalho e o estudo
119	C4	Passo por dificuldades financeiras as vezes e enfrento problemas emocionais agravados pela universidade e seu sistema.		Dificuldades financeiras aliada a universidade e seu sistema têm agravado os problemas emocionais
120	C2	Apresentei grandes dificuldades nos primeiros períodos de faculdade sendo necessário conseguir professores particulares de certas matérias que meus colegas já haviam estudado no ensino médio e que os professores tratavam como "revisão" mas que para mim, vindo do ensino público, era algo totalmente novo e de um nível de dificuldade muito elevado, me fazendo pensar que não daria conta. Mas após esse período consegui me adaptar ao ritmo da universidade e apesar de ter mais dificuldade comparada com meus colegas, eles sempre se mostraram dispostos a me ajudarem a estudar.		Dificuldades de aprendizado nos primeiros semestres; necessidade de aulas particulares em decorrência do ensino público.
121	C2	No meu caso são dificuldades referentes as disciplinas ministradas e para acompanhar o conteúdo. Quase sempre tenho que recorrer as monitorias e vídeos aulas de conteúdos do		Dificuldade em acompanhar os conteúdos; necessidade de

		ensino médio para poder compreender as novas matérias. Além disso, devido a competição incentivada no ambiente acadêmico tive problemas de depressão e ansiedade. É extremamente injusto comparar a realidade de um aluno cotista com um ex-aluno do Poliedro, por exemplo. Constantemente os professores comparam rendimentos e resultados sem levar em conta esses fatores. Sempre sinto que o meu máximo nunca vai ser o suficiente. Estou na época de procurar por estágio e é extremamente frustrante notar o quanto a maioria dos alunos cotistas continua fora dos padrões desejados. Empresas pedem intercâmbio, inglês fluente e mais outra língua como "diferencial", cursos específicos da área que chegam a custar R\$3500. Coisas inatingíveis para a maioria dos cotistas.		recorrer a monitorias e vídeos aulas para poder compreender os conteúdos do ensino médio; competição incentivada no ambiente acadêmico gerou problemas de depressão e ansiedade; comparação entre um aluno cotista e um aluno vindo do Poliedro é injusta; professores comparam rendimentos e resultados, mas não consideram as diferenças; dificuldade na busca por estágios; alunos cotistas estão fora dos padrões desejados,
122	C1	Financeiramente devido aos custos abusivos de moradia, além disso, considero [...] uma cidade cara para se alimentar bem.		Dificuldades financeiras; custos abusivos de moradia.
123	C2	Antes até que estava tranquilo permanecer, porém minha família está passando por um momento difícil na parte financeira, perdemos um auxílio que eu recebia anteriormente pela morte do meu pai e agora estou tendo que trabalhar para conseguir ficar.		Dificuldades financeiras; conciliação entre trabalho e estudo.
124	C3	Falta de recursos (dinheiro) para me manter na cidade em que curso a universidade.		Falta de recurso financeiro
125	C4	Financeira		Financeiro
126	C4	Financeira, não pego auxílio permanência nem nada do tipo, mas meu pai é caminhoneiro autônomo e não tem uma renda fixa. E muitos meses são mais difíceis. Principalmente pelo aluguel ser muito alto.		Financeiro
127	C1	A maior dificuldade é financeira, mas fazendo bicos e buscando por bolsas consigo supri-la.		A maior dificuldade é financeira; auxílio e “bicos “ajuda supri-la”.

Fonte: elaborado pelos autores

Referente ao Quadro 5, responderam à pergunta acerca do acesso à universidade: 21 estudantes da cota C1, 28 estudantes da cota C2, 16 estudantes da cota C3 e 22 estudantes da cota C4.

Considerando as respostas dos estudantes quando inquiridos sobre o que o acesso à universidade representa para eles, observou-se a predominância de palavras como: *sonho, futuro melhor, desenvolvimento, conquista, inclusão social, liberdade, quebra de um estigma, mudança de vida através da educação, ascensão ao mercado de trabalho, conhecimento científico, social, cultural e formação para a vida profissional, oportunidade de integração com pessoas diferentes, crescimento pessoal, intelectual e profissional*.

Nota-se- que acesso à universidade para a maioria dos respondentes se configura como um sonho e significa oportunidade para se desenvolver de forma pessoal, intelectual e profissional. Foi possível observar nas falas dos estudantes, manifestações de orgulho por poder cursar a universidade sendo oriundos de escola pública e pertencendo a famílias em condições de vulnerabilidade social.

A partir das respostas, percebe-se também, que o acesso à universidade é visto como “Oportunidade de trabalho com remuneração melhor e ou um trabalho mais "leve" que dos meus familiares” (Estudante 49). Como apontado no item perfil dos estudantes da IFES, a maioria dos respondentes da pesquisa é oriunda de famílias cujos pais ou responsáveis não tiveram acesso ao ensino superior. De acordo com Cardoso (2008), o acesso à educação superior se constitui como uma possibilidade de ascensão social ao favorecer oportunidades de obtenção de emprego e renda.

As falas de alguns estudantes se mostraram representativas do ponto de vista da importância de se permitir o acesso ao conhecimento e a formação profissional a todos. Segundo os estudantes:

A universidade expandiu as minhas possibilidades e é a porta de escape do ciclo de pobreza e falta de oportunidade para mim e minha família (Estudante 20).

O acesso à universidade pública para mim representa liberdade. Quando uma pessoa entra em uma universidade ela é inserida em um novo mundo, com novas pessoas, novos pontos de vista e novos conhecimentos. Isso liberta a mente das pessoas para enxergar problemas não só técnicos, mas também sociais, por exemplo, de uma perspectiva mais ampla (Estudante 78).

Considerando as falas desses estudantes entende-se que um país que almeja alcançar um maior nível de desenvolvimento não deve restringir o acesso à formação e ao conhecimento. Araújo (2013) entende que o nível de escolaridade de um indivíduo exerce forte influência nas relações, os colocando em condições semelhantes ou subalternas frente aos demais. Para Sen

(2010), um país que garante serviços públicos básicos como a educação, pode obter bons resultados no sentido de qualidade de vida para a população.

Ao observar as respostas dos estudantes ingressantes pelas cotas (C1, C2, C3 e C4), nota-se que o acesso à universidade para todos eles, representa oportunidade de uma vida melhor e a realização de um sonho.

Nas falas dos estudantes ingressantes pela cota C1, foi possível observar o acesso à universidade sendo relacionado como algo não vivenciado pelos pais:

Representa a quebra de um estigma que pessoas de cidade pequena não tem tanta evolução na vida, ainda mais vindo de uma família com pais que nem terminaram o ensino fundamental (Estudante 2).

O rompimento de um ciclo. Eu serei a primeira pessoa na minha família toda a cursar ensino superior, e em uma universidade federal, algo que sempre esteve bem distante da nossa realidade (Estudante 20).

Oportunidade que meus pais não tiveram (Estudante 21).

Serei a primeira da família a formar em universidade pública, significa mudar essa realidade (Estudante 84).

Observa-se também nas respostas dos estudantes ingressantes pela cota C1, falas que ligam o acesso à universidade como um direito. O que demonstra que parte dos estudantes tem o entendimento acerca do objetivo da política:

Representa tanto uma conquista pessoal quanto uma conquista social. A universidade se mostra como uma ponte que nos liga a posições de poder social e econômico, de maneira que acessá-la representa uma oportunidade de uma vida melhor. Além disso, representa também o acesso à cultura e informação, que deveria ser de livre acesso a todos (Estudante 35).

Oportunidade de estudar o curso que sonhei, oportunidade de trocar conhecimentos e experiências com pessoas diversas. Além de ser um direito que acredito que todo cidadão tem de possuir (Estudante 36).

Representa garantia de direito já que a vida toda estudei em escola pública, então nada mais justo que, dadas as minhas condições financeiras e a alta qualidade de uma instituição pública, que eu possa ter acesso a ela. Acredito também que é o caminho para uma igualdade maior na sociedade e que me estimula a estudar em prol de melhorar às condições de outras pessoas, futuramente (Estudante 76).

Entre os ingressantes pela Cota C2, nota-se que a maioria enxerga o acesso à universidade como oportunidade de mudança de realidade, melhoria de vida, crescimento pessoal e profissional:

A possibilidade de mudar de vida, pois através do estudo posso mudar as condições da minha vida e da minha família (Estudante 32).

Uma oportunidade de melhoria de vida, conhecimento e acesso a um mundo no qual se eu estivesse apenas trabalhando hoje com meu ensino médio não teria este deslumbre. Fora a oportunidade de conhecer o exterior (Estudante 72).

Representa a oportunidade de poder melhorar meu futuro e construir um mundo melhor, tendo em vista que sei das limitações que enfrentei para chegar até o último ano da minha graduação e do esforço que meus pais tiveram para conseguir me manter durante esse tempo. Representa um orgulho em ser cotista e mostrar que independente se você veio de escola pública, se é de baixa renda ou de uma classe racial menosprezada, quem faz realmente a universidade é o aluno, pois mesmo com as limitações e dificuldades encontradas é possível sair da universidade pública com um diploma e a sensação de querer buscar cada vez mais melhorar profissionalmente, levando sempre a empatia em primeiro lugar (Estudante 73).

Os estudantes ingressantes pela cota C3, em sua maioria, visualizam o acesso à universidade como mudança de vida, oportunidade de emprego assim como os estudantes da cota C2, e veem na oportunidade:

Uma nova vida. Novas possibilidades. Mudança. Sem dúvida a educação é a melhor maneira de transformar uma pessoa, e isso afeta o meio onde ela vive (Estudante 24).

Uma oportunidade de elevar as condições de vida minha e da minha família (Estudante 9).

Uma conquista, uma oportunidade de fazer uma faculdade de forma gratuita (Estudante 64).

Entre os estudantes ingressantes pela cota C4, foi possível observar que o acesso à universidade para eles está em consonância com as falas dos estudantes das demais cotas: universidade como oportunidade de mudança de vida, crescimento, sonho, futuro melhor. Nota-se também, que eles entendem que o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade deve ser ofertado a todos independente de classe.

Representa que independente da minha natureza, condições financeiras, eu tenho potencial para ser um ótimo profissional. Alcançar um nível de educação que até a pouco tempo era praticamente restrito a certa camada da sociedade (Estudante 46).

Em relação à permanência na universidade, Quadro 6, responderam a essa questão: 7 estudantes da cota C1, 10 estudantes da cota C2, 12 estudantes da cota C3 e 11 estudantes da cota C4. Nota-se nas respostas dos participantes da pesquisa palavras/frases que em sua maioria mencionam as dificuldades para permanecer na universidade, sendo: *questões financeiras, distância de casa até a universidade, trabalhar e estudar simultaneamente, pressão psicológica, ansiedade gerada em decorrência das disciplinas e das pressões da família que anseiam que a graduação ocorra o mais breve possível, dificuldade de acompanhar algumas disciplinas, ausência do auxílio estudantil e suporte psicológico insuficiente.*

As dificuldades financeiras para custeio da alimentação, transporte, moradia, material didático, dentre outras necessidades, foram mencionadas por vários estudantes participantes da pesquisa como principais barreiras para a permanência na universidade. De acordo com o estudante 109: “A universidade ela inclui cotistas, mas não oferecem o suporte necessário para que os mesmos se mantenham com qualidade no curso”.

Estudantes assistidos pela Assistência Estudantil demonstraram que os auxílios têm favorecido a permanência e possibilitado uma maior dedicação aos estudos. De acordo com o estudante 112: “Conto com a colaboração do auxílio estudantil e sou dependente dele. Caso ocorra de não recebê-lo terei que largar tudo para trabalhar e tentar obter uma fonte de renda”. O estudante 98 mencionou: “Graças à assistência estudantil não passo por grandes dificuldades”. A partir dessas falas, fica evidente que para muitos estudantes a oportunidade de acessar a universidade não é suficiente, é preciso haver apoio para que a inclusão não se torne exclusão, nesse sentido os relatos dos estudantes revelam a necessidade investimento em políticas de Assistência Estudantil bem como políticas de ações afirmativas institucionais para lidar com as diversidades relacionadas a classe, raça, gênero, deficiência, origem, dentre outras questões trazidas pelo novo público no ensino superior.

Os problemas psicológicos advindos das pressões vivenciadas, também foram apontados como empecilho para um melhor aproveitamento e permanência na universidade. Além das cobranças do ambiente universitário, os estudantes citaram ainda, cobranças advindas da família, que anseiam que a conclusão do curso aconteça o mais rápido possível. Muitos desses estudantes residem em cidades diferentes e distantes da família. Com isso, as famílias passam a ter mais despesas, sendo esse possivelmente um dos motivos que faz com que os familiares aspirem que a formação aconteça dentro do período esperado. A formação também é vista pelos estudantes como uma oportunidade para a entrada no mercado de trabalho e rompimento de dependência.

Ficou evidenciado ainda, que a dificuldade em acompanhar algumas disciplinas e a competição presente no ambiente acadêmico exerce forte influência na permanência na universidade e em alguns casos ocasiona problemas de saúde. O estudante 121 relatou que: “Quase sempre tenho que recorrer às monitorias e vídeo aulas de conteúdo do ensino médio para poder compreender as novas matérias. Além disso, devido à competição incentivada no ambiente acadêmico tive problemas de depressão e ansiedade”.

A fala desse estudante demonstra que a criação de mecanismos que dê suporte ao enfrentamento de barreiras como a vivenciada por ele e por muitos outros se faz urgente. Permitir que o aluno sozinho proveja essa carência é expô-lo ao adoecimento.

Realizando a análise considerando cada cota de ingresso, foi possível notar que as principais dificuldades para a permanência, relatadas pelos estudantes ingressantes pelas cotas C1, C2, C3 e C4 são: financeira, de aprendizado (o que eles relacionam com a baixa qualidade do ensino básico que tiveram) e psicológicas. Os estudantes das cotas C2, C3 e C4 relataram que devido às bolsas de iniciação científica e a Assistência Estudantil, as dificuldades financeiras têm sido amenizadas, no entanto, enfatizaram que a perda desses auxílios culminaria na evasão da universidade:

O programa de assistência estudantil e programa PET tem me possibilitado a permanência. (Estudante 93).

As dificuldades estão relacionadas às questões financeiras. O auxílio permanência contribui muito (Estudante 117).

Por conta da baixa renda de minha família, dependo da bolsa de assistência quase que integralmente (Estudante 116).

Ressalta-se que os estudantes das cotas C3 e C4 são os provenientes das cotas de renda e, por isso, pode ser que tenham mais acesso aos auxílios ofertados pela universidade já que esses são destinados aos estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos.

Os estudantes ingressantes pela cota C3 apresentam também como uma das maiores dificuldades para a permanência, a conciliação entre trabalho e estudo:

Trabalhar e estudar simultaneamente (Estudante 102).

Hoje o meu maior problema é ter que trabalhar e fazer as matérias. Acaba que não consigo fazer o número adequado de matérias durante o semestre e não consigo me dedicar 100% nas matérias que faço (Estudante 118).

Sabe-se que os auxílios ofertados pela universidade não são suficientes para o custeio de todas as despesas que o aluno possui. E quando a família não tem condições de ajudar financeiramente o aluno, o mesmo acaba tendo que recorrer a algum tipo de trabalho.

Entre os estudantes da cota C4, nota-se que o deslocamento até a universidade para quem reside em cidades vizinhas também é um entrave para a permanência:

As dificuldades aparecem no deslocamento de uma cidade a outra para ir pra universidade (Estudante 105).

[...] meu curso é noturno, mas é demandado muitos trabalhos, apresentações e outras atividades durante o dia, e isso custa caro ainda mais quando a pessoa não mora em [...] como é o meu caso (Estudante 96).

Outra questão levantada pelos estudantes ingressantes pela cota C4, que também se encontra presente nas falas dos estudantes das cotas C2 e C3, relaciona-se aos professores:

O curso de Engenharia Mecânica possui diversos professores que vieram de um ensino elitizado onde só a classe alta estudava na época, e mesmo com o passar do tempo, eles não notaram que a universidade mudou seu perfil. Os alunos de hoje em dia não conseguem acompanhar o ritmo de antigamente, pois temos um déficit no ensino fundamental e médio além de não ter a motivação dos professores que têm o prazer de reprovar a maioria da turma e de não se atualizar com as tecnologias da atualidade (Estudante 115).

Ninguém acha graça de ser reprovado em uma matéria mais de uma vez. Não é satisfatório e tem professores que não entendem isso (Estudante 112).

Constantemente os professores comparam rendimentos e resultados sem levar em conta esses fatores. Sempre sinto que o meu máximo nunca vai ser o suficiente. Estou na época de procurar por estágio e é extremamente frustrante notar o quanto a maioria dos alunos cotistas continua fora dos padrões desejados. Empresas pedem intercâmbio, inglês fluente e mais outra língua como "diferencial", cursos específicos da área que chegam a custar R\$3500. Coisas inatingíveis para a maioria dos cotistas (Estudante 121).

A adaptação à universidade pode ser uma experiência difícil para todos os estudantes, porém, para os oriundos de escola pública, baixa renda, pretos, pardos e indígenas, essa adaptação se torna ainda mais difícil. Neste sentido, Ganam (2016, p. 50) defende que, “Além da equidade no acesso ao ensino superior, há a necessidade de se garantir às pessoas igualdade de condições para o desenvolvimento de suas habilidades”.

Entende-se que o acesso e a permanência na universidade são eixos que se complementam, por isso, um não pode estar dissociado do outro em uma instituição que almeja a inclusão de estudantes. A partir das respostas dos estudantes ficou evidente que os estudantes cotistas depositam na oportunidade de acesso à universidade a mudança de suas vidas e consequentemente de suas famílias. No entanto, os entraves para a permanência ainda são grandes.

6.5. Função da universidade frente à adoção da política de cotas

O Quadro 6, apresenta as respostas dos estudantes sobre o que a universidade poderia/deveria fazer em termos administrativos, no ensino, na pesquisa, na extensão e na Assistência Estudantil, em função da adoção da política de cotas.

Quadro 6: Assimilação da análise de conteúdo de acordo com as categorias definidas em relação a função da universidade frente à adoção da Política de Cotas

Função da Universidade Frente à Adoção da Política de Cotas			
Estudante	Cota de ingresso	Respostas dos estudantes	CATEGORIAS/PALAVRAS - CHAVE
			Função da Universidade Frente a Adoção da Política de Cotas
1	C2	Criação de dormitórios pra cotistas de renda principalmente, pra diminuir os custos. Manter pelo menos 50% das vagas reservadas pra cotas, estimular ações sociais de inclusão. Cursos para os alunos de cotas como inglês, Excel etc., pois estes saem em desvantagem dos outros alunos.	Criação de dormitórios; estimular ações de inclusão; oferta de cursos como inglês, Excel, dentre outros aos estudantes cotistas.
2	C1	A assistência estudantil é extremamente burocrática e qualquer erro desclassifica o aluno, então acredito que tornar menos burocrática e incluir uma entrevista pessoal pra tornar o processo mais humano seriam muito bom.	Desburocratizar a assistência estudantil; incluir entrevistas.
3	C2	As vezes a realidade dos alunos oriundos de cotas dificultam o aprendizado, geralmente eles não têm estabilidade financeira para viver em outra cidade. Acho que um acompanhamento com psicólogo poderia ajudar a universidade a conhecer melhor seus alunos e adotar políticas mais efetivas, não só no que tange a parte financeira, mas também na adaptação e aconselhamento.	Acompanhamento psicológico poderia ajudar a universidade a conhecer melhor seus alunos e adotar políticas mais efetivas
4	C3	A sugestão que eu daria seria para o apuramento de quem se inscreve para o edital e processo seletivo dos auxílios, que aconteça de forma menos superficial, que houvesse entrevistas ou visitas para que realmente conhecesse a realidade de cada solicitante. Pois é muito pouco resumir a realidade de um estudante apenas pela presença ou ausência de determinado documento.	Realização de entrevistas e visitas aos alunos que pleiteiam a assistência estudantil como forma de conhecer melhor a realidade
5	C4	A sugestão seria mais bolsas de pesquisa de iniciação científica, um melhor auxílio financeiro para a permanência dos alunos na universidade. Não só garantir o acesso, mas permitir aos alunos disciplinas de nivelamento e programas de monitoria.	Aumento de bolsas de pesquisa; melhor auxílio financeiro; disciplinas de nivelamento e programas de monitoria.
6	C4	Atender melhor os alunos, alguns professores chegam a ser arrogantes e não contribuem em nada na formação do profissional, apenas o coloca pra baixo.	Melhor atendimento aos alunos
7	C2	Incentivar ainda mais esses programas, pois não adianta auxiliares os estudantes a ingressar e deixá-los a própria sorte. Acredito que a atual administração da [...] tem feito um excelente trabalho e não tenho críticas quanto a isso, apenas o sentimento de dar sequência no que já está sendo feito. A manutenção dos projetos como o PET, por exemplo, também é fundamental, pois, embora o auxílio permanência ajude muito, não é suficiente para pagar tudo.	Incentivar os programas de assistência ao estudante; manutenção de projetos como PET, pois o auxílio permanência embora ajude muito não é suficiente.
8	C1	Ministrar capacitação a todos Docentes em educação inclusiva, assim como adquirir meios para este.	Ministrar capacitação a todos docentes em educação inclusiva

9	C2	Uma integração com colégios da região, para além de facilitar ingresso por cotistas, fazer com que não cheguem defasados na universidade. Além disso desenvolve a região, pois mesmo alunos que não ingressei terão mais acesso a informação	Integração com os colégios da região; favorecer o desenvolvimento da região
10	C1	Aprender como utilizar as disciplinas que deveriam servir para nivelar os alunos. Alguns cursos tem, logo no primeiro semestre, alguma matéria introdutória de matemática que deveria nivelar os alunos que vieram de escola pública e os que vieram de escola particular ou cursinho pré-vestibular. Essas disciplinas são extremamente negligenciadas pelos professores que assumem que os alunos devem chegar na universidade sabendo tudo. Inclusive essas disciplinas serão cortadas das grades de alguns cursos. Pra mim fez muita diferença quando fiz essa matéria com uma professora que realmente entendia o propósito da disciplina e se esforçou pra ensinar até o que outros professores negligenciam por achar que "isso vocês já sabem".	Utilizar melhor as disciplinas que deveriam servir para nivelar os alunos; as disciplinas de nivelamento são negligenciadas pelos professores.
11	C2	Pelo que vejo com meus colegas a universidade ajuda muitos alunos. Sei que existem muitos alunos que só continuam a estudar pois a universidade oferece apoio, creio que a [...] faz o pode com o que tem... e sei que não consegue atingir a todos.	Muitos alunos continuam a estudar devido o apoio oferecido pela universidade
12	C3	Creio que a universidade cuida muito dos seus cotistas. Eu particularmente sempre me senti muito bem amparado pela assistência estudantil. Acredito que a [...] é uma referência nesse aspecto. No mais eu só tenho a agradecer a oportunidade de estudar nessa grandiosa instituição e agradecer a diretoria de assistência estudantil por todo seu trabalho e esforço.	Creio que a universidade cuida muito dos seus cotistas
13	C1	Acredito que ainda é preciso esclarecer o porquê e a principal finalidade do sistema de cotas, porque muitos alunos são contra porque não entendem.	E preciso esclarecer o porquê e a principal finalidade do sistema de cotas
14	C3	Acompanhamento	Acompanhamento
15	C1	No ensino se as matérias focassem um pouco menos na teoria e demonstrassem com maior efetividade o que mudaria na prática ajudaria todos os alunos da faculdade a compreender melhor as disciplinas. Nas pesquisas buscar mais cotistas para integra-los mais ao ambiente da faculdade e prepara-los melhor para o que vão encarar no mercado de trabalho. Na extensão e assistência estudantil fazer uma melhor divulgação para que mais alunos estejam cientes que a faculdade disponibiliza ajuda e saberem onde procurar.	Focar menos na teoria; demonstrar com mais efetividade a prática; Buscar mais cotistas para integrar os projetos; maior divulgação dos projetos de extensão e da assistência estudantil.
16	C2	Incluir sempre o assunto na discussão orçamentária e aplicar quando viável	Incluir sempre o assunto na discussão orçamentária e aplicar quando viável
17	C1	Maior suporte e acompanhamento ao longo da graduação desses alunos.	Maior suporte e acompanhamento
18	C3	A Universidade poderia monitorar o desempenho ao longo do curso, porque muitas vezes o valor que o aluno recebe de bolsa acaba sendo pouco com relação ao semestre que ele se encontra ou por alguma situação que aconteceu no seu âmbito familiar.	Monitorar o desempenho do aluno ao longo do curso
19	C2	Acredito que deva favorecer a verificação quando os alunos realizam matrícula em cotas.	Favorecer a verificação na realização da matrícula

20	C3	Verificação dos ocupantes das vagas rigorosa em relação as características apresentadas se estão de acordo com as cotas, acompanhamento ano a ano da permanência de tais alunos, permanência da assistência estudantil. Acredito que não seja papel da universidade, mas creio que se houvesse melhora no ensino médio público brasileiro não haveria necessidade de cotas em universidades!	Verificação rigorosa dos ocupantes das cotas
21	C1	Uma efetivação de políticas antirracismo, pois só o ingresso na universidade não é o bastante. É importante também garantir a segurança física e psicológica dos alunos na instituição, e isso muitas vezes é negligenciado.	Efetivação de políticas antirracismo, o ingresso não é o bastante
22	C1	Ter um programa que apresente a faculdade e as normas (de maneira clara e direta) aos alunos, talvez, em sua primeira semana. Na parte de extensão (projeto) poderiam verificar a forma como é selecionado determinados alunos, muitas vezes vemos em empresas júnior uma certa "preferência" por pessoas de classe alta. Conversar com os professores sobre o CPA que a gente responde. Informar mais sobre os apoios que eles fornecem, eu descobri mais por ter corrido atrás do que por ter escutado de professores ou alunos veteranos.	Apresentar as normas de maneira clara na primeira semana; verificar os processos seletivos para ingressar nas empresas júnior, pois há preferência de pessoas de classes altas; maior divulgação sobre os apoios oferecidos.
23	C4	No início da faculdade eu percebi uma dificuldade um pouco maior em acompanhar as disciplinas, devido ao ensino público de má qualidade. A partir das disciplinas básicas percebi um nivelamento igual da turma, porém os índices/histórico continuavam prejudicados. Assim, as oportunidades de pesquisa, bolsa etc. que levam em conta os índices/histórico acabam desfavorecendo alguns cotistas com esse problema.	Dificuldade para acompanhar as disciplinas no início prejudicam os índices/histórico e dificulta conseguir oportunidades de pesquisas e bolsas
24	C4	Alunos que ingressam pela lei de cotas em questão de renda, deveriam ter prioridade na política de Assistência Estudantil.	Alunos que ingressam por cotas deveriam ter prioridade na política de assistência estudantil
25	C2	Oferecer um maior suporte tanto financeiro quanto psicológico a esses alunos, tive dificuldades financeiras durante o curso e tenho uma amiga que teve depressão na faculdade e tentou várias vezes recorrer ao auxílio psicológico da universidade e não conseguia devido à pouca disponibilidade do mesmo, ela é cotista também e passava por problemas financeiros e causados devido a faculdade.	Maior suporte financeiro e psicológico
26	C3	Fazer com que os docentes tenham cursos de como lidar com essas mudanças no perfil dos alunos nos últimos anos, devido as cotas e alunos com alguma deficiência como autismo e etc. Com relação às cotas, sugiro que tenham aulas de recuperação para alunos cotistas que acabam de ingressar na universidade e têm dificuldades com as matérias do início.	Oferecer cursos aos docentes de como lidar com a mudança de perfil dos alunos nos últimos anos; ofertar aulas de recuperação para alunos cotistas com dificuldade em matérias
27	C3	Poderia ao mínimo rever se é válido continuar como está e pensar em meio de deixar os alunos no "mesmo nível". Por exemplo, quando ingressei, tinha muita dificuldade em cálculo e inglês. Acredito que poderia ter "níveis 0" para pessoas que não tiveram experiência com a disciplina na escola.	Pensar em um meio de nivelar os alunos
28	C1	Ser mais rígido nas documentações, verificar veracidade	Ser mais rígidos nas documentações e veracidade

29	C4	Ao acolher cotistas, deveria ter um programa para nivelamento dos estudantes, para que se adaptem com mais facilidade ao ensino da universidade. Ao realizar esse teste, pelos resultados, alguns alunos deveriam receber acompanhamento psicológico, orientador de graduação que vai avaliar as matérias a serem realizadas em função das dificuldades e problemas que o aluno esteja passando. Alguns cursos como de Mecânica, tem professores que não cumpre com suas funções e tem orgulho de reprovar uma massa de alunos. Se tivesse um corpo responsável pelo monitoramento das matérias dadas e a forma que ela está sendo cobrado (como a prova ser formulada a partir de um banco de questões com níveis de dificuldade), o ensino seria mais eficiente. Além, da universidade ter um posicionamento mais rápido perante algum problema de comportamento do professor(a).	Programa para nivelamento dos estudantes, para que se adaptem com mais facilidade ao ensino da universidade; posicionamento mais rápido perante algum problema de comportamento do professor(a).
30	C3	Tratar os alunos por iguais, independente da forma de ingresso na universidade. Se o aluno entrou por cota ou não, não é importante para o desenvolvimento do mesmo.	Tratar os alunos por iguais, independente da forma de ingresso na universidade.
31	C3	Ouvir mais os alunos ao invés de focar somente nos documentos coletados, sei que avaliar os documentos em si é muito importante, mas ouvir os alunos antes de tomar alguma decisão é muito importante.	Ouvir mais os alunos
32	C4	Assim que entrei na universidade tive acesso a dois projetos de extensão [...], e simplesmente não tive apoio algum da universidade para esses projetos, que em muitos, muitos mesmo, tive dificuldade financeiras em arcar com compromissos dentro desses projetos, que fazem viagens para representar a universidade, apresentam trabalhos, e simplesmente nós alunos cotistas e bolsistas temos muita dificuldade em ir nessas representações, na qual parece sempre que as autoridades não sabem, ou não tem interesse em saber se isso está ou não acontecendo. Neste ano de 2019 por exemplo tive a honra de apresentar um artigo no ENEGEP (Encontro Nacional de Engenharia de Produção), onde simplesmente me endividei para representar a universidade em um evento, e não tinha como nem achar meios de auxílio financeiro para a representar. Outro exemplo foi a 16ª Competição Nacional - Fórmula SAE BRASIL 2019, que fomos representar a faculdade em Piracicaba - SP, onde eu e mais um aluno tivemos a honra de ficar em segundo lugar na apresentação de Business Case em meio a faculdades de relevância internacional neste segmento, e simplesmente não tivemos apoio algum das autoridades de nosso campus, que com certeza nem ciência deste fato os têm, e novamente me endividei para estar lá representando a universidade.	Maior apoio; alunos cotistas tem dificuldade de participar de projetos de extensão devido dificuldades financeiros
33	C2	Acredito que os primeiros períodos são os mais impactantes, pois percebemos que nosso nível de ensino médio é realmente muito inferior ao dos outros alunos, nestes períodos, a universidade poderia propor aulas de matemática e física básicas e realizar um acompanhamento psicológico mais próximo do aluno pois e um momento em que nos sentimos inferiorizados em relação aos outros alunos.	Propor aulas de matemática e física básicas e realizar um acompanhamento psicológico mais próximo do aluno nos primeiros períodos

34	C4	Em função da política de cotas deveria haver mais fiscalização, para que não se prejudique aqueles que realmente precisam.	Em função da política de cotas deveria haver mais fiscalização, para que não se prejudique aqueles que realmente precisam
35	C4	A única coisa que eu gostaria de ver na universidade é uma revisão da didática que cada professor adota com seus alunos, será que a culpa da maioria dos alunos serem reprovados em uma disciplina são mesmo dos próprios alunos?	Revisão da didática que cada professor adota
36	C4	Acho que poderia ser feito um acompanhamento mais íntimo com aqueles ingressantes que sentem mais dificuldade no âmbito acadêmico. Quando entrei, achava a faculdade algo muito inalcançável, por conta da dificuldade nas matérias. Isso me prejudicou um pouco até conseguir criar em minha cabeça a ideia de que eu não era aquilo que eu pensava e conseguir contornar a situação. Acredito que um atendimento psicológico mais intenso seria bom, mas entendo as dificuldades para a implementação de tal.	Acompanhamento aos ingressantes que tem mais dificuldade acadêmica; maior acompanhamento psicológico.
37	C2	Melhorar as confirmações pra dar o auxílio financeiro. Muitas pessoas que não precisam recebem dinheiro enquanto pessoas que realmente precisam deixam a faculdade por não conseguir o auxílio	Melhorar os mecanismos de concessão dos auxílios para que pessoas que precisam não fiquem de fora
38	C2	Acredito que o maior problema relacionado a política de cotas são as pessoas que se autodeclararam negras e não são. Não considero a cor um fator a ser considerado, mas como é considerado, deveria ser mais rígida a comprovação.	Maior problema relacionado a política de cotas são as pessoas que se autodeclararam negras e não são; fiscalização mais rígida
39	C1	Poderia ser feita palestras de conscientização sobre a importância da política de cotas para toda a comunidade acadêmica para prevenir algum possível mal-estar tanto da parte do aluno cotista, quanto não cotista.	Realizar palestras de conscientização sobre a importância da política de cotas para toda a comunidade acadêmica para prevenir algum possível mal-estar tanto da parte do aluno cotista, quanto não cotista.
40	C2	Deveria haver uma punição severa para docentes que desestimulam os alunos com frases do tipo: "Semestre que vem tem mais", "Todo mundo vai tirar zero nesta prova", "Eu já reprovei 90% dos alunos de uma turma anterior"; esse tipo de argumento me enoja e me desanima a continuar estudando. O objetivo de uma universidade é formar pessoas com conhecimento técnico para ser utilizado em prol de uma sociedade mais justa, desenvolvida e rica; se um indivíduo com a função de educar pessoas reprova todos os seus alunos, ela não está fazendo o seu papel da forma que deveria. A pedagogia é uma qualidade e obrigação da qual a [...] precisa se esforçar muito para estar em um nível adequado; basta apenas verificar os índices de reprovações das disciplinas para se ter uma ideia do quanto precisa ser trabalhado.	Deveria haver uma punição severa para docentes que desestimulam os alunos com frases do tipo: "Semestre que vem tem mais", "Todo mundo vai tirar zero nesta prova", "Eu já reprovei 90% dos alunos de uma turma anterior"; esse tipo de argumento me enoja e me desanima a continuar estudando.
41	C4	Voltar a forma de ingresso exclusivamente para o SISU, já que para realizar o vestibular nem sempre é possível para todos arcar com os custos da viagem. Facilitar a burocracia na matrícula, talvez realizando uma pré-matrícula online já que muitos saem de longe pra se matricular e o procedimento de matrícula é demorado e trabalhoso para ir e voltar no mesmo dia. Fazer um manual semelhante ao de inscrição em auxílio permanência para emissão dos documentos necessários.	Voltar a forma de ingresso exclusivamente pelo SISU, já que para realizar o vestibular nem sempre é possível para todos arcar com os custos da viagem; facilitar a burocracia na matrícula, talvez realizando uma pré-matrícula online

42	C4	<p>Maior clareza nos auxílios para os estudantes e principalmente na parte de atendimento psicológico que já fui atrás e não consegui um atendimento devido ao grande número de estudante e pouco profissional.</p>	<p>Maior clareza dos auxílios para o estudante</p>
43	C2	<p>Geração de bolsas que viabilizem maior acesso do ingressante a atuar na universidade para gerar alguma renda e suprir algum serviço necessário da universidade como secretarias, laboratórios e monitorias. Eu acompanhei o declínio dessas frentes e acredito que era uma forma de auxílio e aprimoramento do aluno.</p>	<p>Oferecer bolsas para suprir algum serviço necessário na universidade e gerar renda para o aluno</p>
44	C2	<p>Acredito que os professores, principalmente, do ciclo básico de engenharia deveriam ter maior consideração com alunos cotistas, tendo em vista a maior dificuldade que eles encontram. Se disponibilizando a explicar melhor certas matérias sem considerá-las apenas como uma revisão ou como algo trivial, pois muitos alunos cotistas de escola públicas, assim como aconteceu comigo, encontram grande dificuldade ao ingressar em uma universidade pública.</p>	<p>Maior consideração dos professores pelos alunos cotistas</p>
45	C2	<p>Maior suporte com relação a bolsas e programas de pesquisa com peso para cotistas. Grande parte da seleção desses programas de bolsa leva em conta o IRA do aluno, e devido a todas as dificuldades já citadas, fica difícil a concorrência com os outros alunos da universidade. Além disso, deveria ter maior preocupação na preparação dos professores com relação a docência. Temos muitos engenheiros dando aula, mas poucos professores de verdade. Os professores deveriam ser obrigados a participar de cursos de capacitação com relação as suas posturas durante as aulas. Isso evitaria discursos que incentivam uma competição absurda e ridícula no ambiente acadêmico e que culminam na ridicularização e desvalorização do desempenho dos alunos cotistas. Além disso, pesquisas como essas e sobre o desempenho acadêmico desses alunos devem ser amplamente divulgadas, para acabar com o preconceito com os alunos cotistas e evidenciar as enormes dificuldades que enfrentamos e superamos diariamente no ambiente elitista da [...].</p>	<p>Maior suporte em relação a bolsas e programas de pesquisa; por levar em conta índices, alunos cotistas tem dificuldade de concorrer; maior preparação dos professores em relação à docência; a obrigação do professor participar de cursos de capacitação poderia evitar discursos que incentivam a competição no ambiente acadêmico e ridicularizarão e desvalorização do desempenho acadêmico dos cotistas;</p>
46	C1	<p>Acredito que primeiramente, o sistema de cotas deve ser reavaliado como todo, principalmente no que diz respeito à cor e à renda. Já soube de fraudes quanto às cotas raciais e quanto a cota de renda familiar e mesmo assim, estes alunos foram e continuam matriculados, corrompendo um sistema que deveria ajudar e dar oportunidade. Quanto ao ensino, cabe os professores entenderem que uma Universidade Pública deveria ser fonte de acesso ao conhecimento para os que mais precisam dele de forma gratuita e que, dadas as condições de ensino do país desde a base educacional, é nítido que muitas vezes os alunos não chegarão alinhados na mesma quantidade de conhecimento e, isso exige paciência, compreensão e empatia dos professores e outros alunos. Quanto à assistência estudantil acredito que os critérios são falhos e mal avaliados, não há conversa, não há entrevista, não há nem sequer tempo para realmente avaliar os candidatos. Sendo assim, acredito que muitas vezes o resultado é errôneo e injusto, e não atinge todos que realmente precisam, tira a oportunidade de se manter na instituição e exclui os que mais precisam.</p>	<p>O Sistema de cotas precisa ser reavaliado devido as fraudes; é preciso mais paciência, compreensão e empatia de professores e alunos; melhorar os critérios da assistência estudantil</p>

47	C3	Poderia acompanhar as notas dos alunos cotistas para dar um acompanhamento a eles nessa questão	Realizar acompanhamento das notas dos alunos cotistas
48	C4	Deve-se adotar as cotas, bem como políticas para auxiliar os alunos, contudo deve-se levar em conta o fator de merecimento e esforço para receber tais benefícios, como exemplo, para alcançar o auxílio moradia o aluno deve cursar pelo menos 4 disciplinas e passar em pelo menos 3, ter IEA maior do que 5, não ser reprovado por faltas, assim apenas alunos que estão de fato estudando e avançando no curso são beneficiados. O mesmo princípio poderia ser utilizado para pesquisa extensão, etc.	Adotar políticas para auxiliar os alunos que leve em conta o fator merecimento e esforço
49	C4	Eu acredito que a universidade tem feito um bom trabalho, mas na parte dos auxílios e cotas deveriam ser mais rigorosos e com uma maior fiscalização. Eu sei de pessoas que entraram com cota racial sendo extremamente branca, dos olhos verdes e loira. Ainda, existem inúmeros casos de pessoas que recebem auxílios e não precisam.	Maior fiscalização em relação aos auxílios e as cotas
50	C1	Reforço para aqueles que entraram. Uma outra característica que julgo ser de suma importância é uma melhor distribuição das matérias iniciais, dessa forma, o impacto inicial não seria tanto (para aqueles que vieram do ensino público).	Reforço ao ingressar; maior distribuição de matérias iniciais
51	C4	Creio que o método de avaliação da autodeclaração de raça poderia ser revisto, pela origem do grupo familiar ou documento comprobatório de veracidade, de modo que as pessoas tenham pelo menos "medo" de se autodeclarar nas cotas que não e enquadram. E que também, a universidade possa conscientizar os futuros alunos a não fazerem isso, pelo bem do programa, dos beneficiários e da instituição.	Revisão do método de avaliação por autodeclaração; conscientizar os futuros alunos sobre o uso indevido da reserva de vagas
52	C2	Durante a maior parte do curso tive acesso a bolsas, sejam de extensão como permanência e alimentação, as quais foram CRUCIAIS para minha formação. Sem elas não teria conseguido. Espero que a [...] continue com tais programas e proponham mais projetos para contemplar todos os alunos em situação de vulnerabilidade.	As bolsas de extensão, permanência e alimentação são cruciais;

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme Quadro 6, responderam a essa pergunta, 12 estudantes da cota C1, 15 estudantes da cota C2, 11 estudantes da cota C3 e 14 estudantes da cota C4.

A partir das respostas dos estudantes sobre a função da universidade frente a adoção das cotas, foi possível observar a predominância das seguintes palavras/frases: *estimular ações de inclusão, acompanhamento psicológico, realização de entrevistas e visitas aos alunos que pleiteiam a assistência estudantil, aumento de bolsas de pesquisa, melhor auxílio financeiro, oferta de disciplinas de nivelamento e programas de monitoria, incentivar os programas de assistência ao estudante, verificação rigorosa dos ocupantes das cotas, ofertar cursos de capacitação aos professores e maior divulgação sobre os apoios oferecidos.*

A política de cotas se configura como uma ação de inclusão ao permitir o acesso das classes populares ao ensino superior público. No entanto, devido ao histórico que cada estudante carrega, somente o acesso não é suficiente para reparar as desigualdades vivenciadas por esse público, sendo necessárias outras ações de inclusão. Os auxílios, os apoios social, psicológico e pedagógico ofertados se mostraram pequenos diante das necessidades dos estudantes. As salas de aula, pelo que se pôde observar na fala de alguns estudantes, vêm sendo um ambiente de exclusão ao invés de ser inclusivo, demonstrando que a maneira com que alguns professores agem em relação aos estudantes necessita de intervenção por parte da universidade. De acordo com Rosa (2014), a política de cotas exige a implantação de outras políticas de acolhimento do aluno. Os depoimentos dos estudantes, problematizam que a inclusão social de fato não se dá apenas pelo acesso ao ensino superior, por meio das cotas sociais e raciais, mas é preciso que haja uma mudança mais profunda no que diz respeito às instituições e a formação profissional.

De acordo com Bampi, Diel e Scroczyński (2013):

[...] não é possível simplesmente replicarmos novas instituições públicas no velho modelo arcaico departamental, hierárquico, isolado. Urge, assim que, para além de novas universidades públicas que sejam criadas, as universidades públicas se renovem, inovem e tornem-se, não ferramentas individuais de acúmulo de cultura e riqueza como tradicionalmente servem, mas ferramentas sociais, instrumentos de transformação social e empoderamento de uma sociedade (BAMPI, DIEI, SCROCZYNSKI, 2013, p. 10).

Os autores reforçam a necessidade de inovação da universidade para que ela possa servir não só como ferramenta de formação profissional, mas contribua para mudança da ordem social. Mas para que isso seja possível, são necessárias várias mudanças na estrutura da universidade.

Foi observado mais uma vez que os estudantes compreendem as possíveis fraudes no processo de ingresso como um dos maiores problemas da política de cotas. De acordo com o

estudante 38 “[...] o maior problema relacionado a política de cotas são as pessoas que se autodeclararam negras e não são”. O método de autodeclaração para o ingresso por meio das cotas raciais foi revisto pela universidade pesquisada. No processo de seleção referente ao ano de 2020, a universidade instituiu a comissão de heteroidentificação. Ainda não se tem uma avaliação acerca da experiência da comissão devido ao processo de matrículas ter sido interrompido em decorrência da pandemia de Covid-19, a última chamada da lista de espera não pôde ser realizada e a previsão segundo a IFES é que essa ocorrerá após o retorno das atividades presenciais.

Palavras/ frases como *maior integração com os colégios da região, esclarecer o porquê e a principal finalidade do sistema de cotas, monitorar o desempenho do aluno ao longo do curso e efetivação de políticas antirracismo*, também apareceram nas falas dos estudantes como medidas que a universidade poderia adotar para que os estudantes ingressantes e aqueles que vierem a ingressar por meio da política de cotas sintam-se mais pertencentes a universidade e tenham menos dificuldades no ambiente universitário.

Alguns estudantes mencionaram dificuldades para participar de projetos da universidade devido questões como:

[...] muitas vezes vemos em empresas júnior uma certa "preferência" por pessoas de classe alta (Estudante 22).

[...] assim que entrei na universidade tive acesso a dois projetos de extensão [...], e simplesmente não tive apoio algum da universidade para esses projetos, que em muitos, muitos mesmo, tive dificuldade financeiras [...] (Estudante 32).

[...] grande parte da seleção desses programas de bolsa leva em conta o IRA do aluno, e devido a todas as dificuldades já citadas, fica difícil a concorrência com os outros alunos da universidade (Estudante 45).

De acordo com Pereira, May e Gutierrez (2014):

Construir uma universidade democrática em uma sociedade desigual é um grande desafio. Por isso, entendemos que cabe às universidades se constituírem como instâncias críticas em relação à sociedade que a (re)produz, criando, dentro do possível, canais de intervenção concreta na realidade que a cerca (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014, p. 134).

A partir das falas foi possível perceber que há muito que se fazer para que os estudantes que ingressam na universidade por meio das cotas possam ter acesso e participar das atividades ofertadas pela universidade em condição de igualdade com os demais estudantes. Algumas alternativas mencionadas pelos próprios estudantes podem favorecer essa participação: *oferta de aulas que visem o nivelamento de estudantes cotistas com dificuldade em matérias, posicionamento mais rápido perante algum problema de comportamento do professor,*

realização de palestras de conscientização sobre a importância da política de cotas para toda a comunidade acadêmica.

Considerando as quatro modalidades de cotas (C1, C2, C3 e C4), observa-se que são predominantes nas falas dos estudantes, questões acerca da possibilidade de fraude no ingresso (não somente entre os cotistas raciais, mas também entre os cotistas sociais), necessidade da oferta de programas de nivelamento pela universidade, expansão dos atendimentos psicológicos, melhorias no programa de assistência estudantil, maior acompanhamento e capacitação aos docentes, que na percepção dos estudantes, precisam saber melhor lidar com as mudanças no perfil das IFES nos últimos anos.

Abordar a desigualdade de acesso à educação superior exige pensar nos problemas históricos de exclusão e discriminação existentes desde o surgimento da educação no país procurando corrigir os erros cometidos. Os estudantes das classes populares, que têm ingressado na universidade pública, possuem trajetórias escolares distintas, portanto é imperioso que as instituições estejam mais abertas de forma a considerar a diversidade desse público como meio de garantir a permanência e a formação com sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as contribuições e os impasses do sistema de reservas de vagas (cotas) na compreensão dos estudantes cotistas de uma universidade no Sul de Minas Gerais, a partir da aprovação da Lei 12. 711 de 2012 (Lei de Cotas).

A desigualdade social somada ao preconceito e a baixa qualidade da educação básica, dificultam o acesso ao ensino superior da população pertencente à classe popular. Nesse sentido, a política de cotas voltada para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência, tem um importante significado no contexto histórico de acesso ao ensino superior no Brasil, que durante muito tempo foi ocupado majoritariamente por estudantes pertencentes à elite do país.

A criação de políticas que contribuam para a expansão do acesso à educação superior surge como forma de atender à demanda da sociedade e, também como indicativo de maior desenvolvimento social. A ampliação da oferta de vagas nas instituições de educação superior pública brasileira e de novos mecanismos de acesso, como ações afirmativas, tem como objetivo contemplar os grupos sub-representados no nível superior de ensino. Ressalta-se que as ações afirmativas no Brasil surgiram em torno de uma pauta principal, o sistema de inclusão para negros no ensino superior e, no decorrer dos anos, além do critério racial passou-se a utilizar os critérios social e econômico. Aqui, não se pode deixar de citar a importância do movimento negro para a criação da política de cotas.

A partir das respostas dos estudantes sobre as contribuições da Lei de Cotas, foi possível observar que esses, compreendem as cotas como uma oportunidade de acesso das populações historicamente excluídas da universidade pública e entendem que a política contribui para a diversidade, justiça social, democratização e mudança de vida daqueles que adentram os muros da universidade. A partir das respostas dos estudantes ficou evidenciada a importância da política de cotas para a inclusão dos estudantes das classes populares na universidade pública e em outros espaços sociais.

Os estudantes compreendem que embora o sistema de reserva de vagas tenha uma grande contribuição para o acesso das classes populares nas universidades públicas, a política de cotas não deve ser vista como mecanismo único de reparação das desigualdades. Ou seja, aliadas às cotas, deve haver outras políticas públicas que contribuam para a diminuição das desigualdades. Entende-se que, em contraposição as desigualdades sociais, terão sempre que existir políticas e ações voltadas para a inclusão, pois elas se tornam mecanismos necessários em uma sociedade desigual.

Acerca dos impasses da Lei de Cotas notou-se que os estudantes percebem a possibilidade de fraude no ingresso, o preconceito por parte da comunidade acadêmica, o reduzido número de vagas, as dificuldades para permanência, as dificuldades pedagógicas e a autodeclaração como principais pontos negativos da política de cotas. Ficou demonstrado que para a política ser de fato inclusiva é preciso considerar a sua operacionalização, neste sentido, as instituições têm papel fundamental no controle dos mecanismos de acesso para que não sejam cometidas injustiças ao invés de justiça e, também, deve-se pensar a permanência desses estudantes. O investimento na educação básica frisado pelos estudantes é algo que também precisa ser amplamente discutido, pois se percebe nas falas dos participantes que o ensino básico deficitário se constitui como uma barreira para a permanência na universidade.

A questão de candidatos que acessam a universidade utilizando a política de cotas de maneira indevida foi uma fala bastante recorrente entre os estudantes ao se referirem aos aspectos negativos da lei. Acredita-se que a lei deve sim ser revista, e isso já é previsto na própria lei, pois toda política pública exige adequações para que seus objetivos sejam plenamente alcançados. A revisão da Lei de Cotas está prevista para acontecer em 2022, dez anos após a sua promulgação. Ressalta-se que esta pesquisa se faz importante no tocante à avaliação da política que deve ser constantemente analisada para que se possa conhecer os resultados da sua implantação para o acesso das classes populares nas IFES brasileiras.

Acredita-se que as fraudes não sejam um problema da lei e sim da operacionalização da política. Entende-se que comissões de heteroidentificação devam ser cada vez mais aprimoradas, os critérios presentes na lei devem ser mais divulgados para que as pessoas que desejam o ingresso a partir das cotas sem ter o direito possam estar cientes das implicações que a ocupação de uma vaga de forma indevida pode acarretar. As instituições devem também se posicionar frente à ocupação injusta das vagas reservadas e ainda incentivar a comunidade estudantil a realizar denúncias de casos que venha a ter conhecimento para que sejam adotados os procedimentos cabíveis.

Notou-se que acesso à universidade para a maioria dos respondentes se configura como um sonho e significa oportunidade para se desenvolver de forma pessoal, intelectual e profissional. Nas falas dos estudantes foram observadas manifestações de orgulho por poder cursar a universidade pública sendo oriundos de escolas públicas e pertencendo a famílias em condições de vulnerabilidade social.

Em relação à permanência na universidade, verificou-se que as principais dificuldades para permanência levantadas pelos estudantes estão relacionadas a questões financeiras, distância de casa até à universidade, trabalhar e estudar simultaneamente, pressão psicológica,

ansiedade, dificuldades em acompanhar as disciplinas, professores que não estão preparados para lidar com o novo perfil discente, dentre outras. Pôde-se notar que os estudantes que declararam ser beneficiados pelos auxílios ofertados pela universidade afirmam ter menos dificuldades para a permanência na universidade.

Entende-se que o acesso e a permanência na universidade são eixos que se complementam, por isso, um não pode estar dissociado do outro em uma instituição que almeja a inclusão de estudantes. A partir das respostas ficou evidente que os estudantes cotistas depositam na oportunidade de acesso à universidade a mudança de suas vidas e consequentemente de suas famílias. No entanto, os entraves para a permanência ainda são grandes. Nesse sentido, compreende-se que a democratização do ensino superior está para além da garantia de acesso. Considerando os diversos problemas enfrentados pelos estudantes que ingressam na universidade pelo sistema de reservas de vagas e pensando no verdadeiro sentido de democratizar, sem mecanismos que contribuam para a permanência, não há democratização nem promoção social do indivíduo.

Uma sociedade que pretende desenvolver-se deve estar atenta aos fatores de discriminação e as diferenças que separam os indivíduos, para isso, são imperiosas discussões e ações no sentido de criação de políticas públicas voltadas para a garantia de oportunidades. Nesse contexto, é importante refletir sobre o papel da educação como um direito humano e social e ainda, a função que a universidade cumpre na contemporaneidade a partir do ensino, pesquisa e extensão, que constituem tarefas fundamentais para a promoção de uma nova ordem social.

Considerando a educação como fator preponderante para que se tenha maior desenvolvimento e melhor qualidade de vida, o papel da universidade nesse sentido é crucial, pois cabe a ela produzir e disseminar conhecimento, contribuindo assim para a diminuição das distâncias entre os indivíduos e para um maior desenvolvimento social. Pensar a universidade pública numa nova perspectiva, implica exigir que o Estado não enxergue a educação como gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio.

Entende-se serem necessários futuros estudos que abordem a questão da evasão e aproveitamento acadêmico dos estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas. Futuros estudos poderão também verificar o resultado da implantação da comissão de heteroidentificação, já que essa foi implementada em 2020 e embora fique evidente que a criação da comissão contribuirá para o combate às fraudes, faz-se necessário aprofundar nas experiências obtidas.

A partir dos referenciais teóricos estudados e das respostas dos estudantes à pesquisa, verifica-se que as políticas afirmativas, minimizam os efeitos da perversa realidade que age como mecanismos de perpetuação das desigualdades sociais e raciais.

A pesquisa mostrou com base em sua amostra, que a maioria dos estudantes que ingressaram na universidade a partir das cotas são os primeiros da família a ingressar no ensino superior, e isso é bem representativo do ponto de vista histórico e também dessas famílias.

A partir das falas dos estudantes foi possível notar que as contribuições das cotas se relacionam ao acesso ao ensino superior público das classes populares, mas também a outros acessos, sendo um deles, as oportunidades que surgem por estarem inseridos no espaço universitário. Em relação aos impasses da Lei de Cotas, os estudantes em sua maioria os relacionam a possibilidade de fraude no ingresso e as dificuldades para a permanência na universidade.

Assim, tem-se que a política de cotas sociais e raciais surge na tentativa de contribuir para a inclusão de uma parcela numerosa de pessoas excluídas da educação superior visando diminuir as desigualdades no acesso à universidade e ela vem cumprindo esse objetivo pelo que se pôde observar. No entanto, é evidente que para muitos estudantes a oportunidade de acessar a universidade não é suficiente, é preciso haver apoio para que a inclusão não se torne exclusão, nesse sentido os relatos dos estudantes revelaram a necessidade de investimento em políticas de Assistência Estudantil bem como políticas de ações afirmativas institucionais para lidar com as diversidades relacionadas à classe, raça, gênero, deficiência, origem, dentre outras questões trazidas pelo novo público no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, A. M. O. Por que uns e não todos? O papel do mérito na manutenção da lógica hegemônica. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; SOUSA, A. I. (orgs.). **Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pro – Reitoria de Extensão, 2006. p. 84- 93.

ANDRADE, S. R. J. **A expansão no acesso à educação superior no brasil e a presença do novo aluno nas instituições de ensino superior**. X Encontro Internacional de Formação de Professores. XI Fórum Permanente de Inovação Educacional. Aracaju, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/4602/1569>. Acesso em: maio. 2018.

ARAÚJO, J. A. (2013). Educação e Desigualdade: a Conjuntura Atual do Ensino Público No Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, 2(3), 125-157. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2014.3.125-157>. Acesso em: 10 maio. 2018.

ASSUNÇÃO, A. V. P.; NOGUEIRA, D. X. P.; SANTOS, C. A. **A política de cotas raciais na Universidade de Brasília**. Acesso e permanência na expansão da educação superior. / José Vieira de Sousa; Arlete de Freitas Botelho; Claudia Maffini Griboski (Orgs.). – Anápolis-GO: Ed. UEG, 2018.

BAMPI, A. C.; DIEL, J.O.; SCROCZYNSKI, C.I. **Obstáculos à universalização da educação superior brasileira e riscos na construção da qualidade: uma reflexão sobre as políticas públicas**. XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114818/2013245%20-%20Obst%20culos%20c3%a0%20universaliza%20c3%a7%20da.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: set.2020.

BARBOSA, E. F. **Instrumentos de Coletas de Dados em Pesquisas Educacionais**. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf. Acesso em: maio. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, 1977.

BRASIL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial**; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 20 jul.2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm > Acesso em: 23 set. 2017.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: mar.2018.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/529732>. Acesso em: jan.2019.

_____, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**.

Brasília, DF, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: set. 2018.

_____, Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012b.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm. Acesso em: set. 2018.

_____, Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**.

Brasília, DF, 2012c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: set. 2018.

_____, Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Brasília, DF, 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: maio.2018.

_____, Ministério da Educação. **SISU- Sistema de seleção Unificada**. 2018. Disponível em: <http://www.sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#inscricoes>. Acesso em: maio. 2018.

_____, **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: mar. 2018.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAPES. **Documento de área da avaliação trienal de 2009**. Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>. Acesso em: out. 2019.

CARDOSO, C. B. **Efeitos da Política de Cotas na Universidade de Brasília: Uma Análise do Rendimento e da Evasão**. 2008. Dissertação (de mestrado em Educação) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília. Disponível

em:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1891/1/2008_ClaudeteBatistaCardoso.pdf. Acesso em: set. 2018.

CARDOSO, C. **Meritocracia e acesso ao ensino superior no Brasil e na França: faces da desigualdade?** Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Educação. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40630>
Acesso em: dez.2018.

CARVALHO, J. J. **A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil.** Brasília: INCT, 2016.

CORDEIRO, A. L. A. **A política de cotas étnico-raciais da UEMS sob o foco da gestão: perspectivas avaliativas. Acesso e permanência na expansão da educação superior.** / José Vieira de Sousa; Arlete de Freitas Botelho; Claudia Maffini Griboski (Orgs.). – Anápolis-GO: Ed. UEG, 2018.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, L. A. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-204.

FÁVERO, M. L. A. **Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão.** Disponível em: CARVALHO, José Jorge de. A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília: INCT, 2016. Acesso em: set. 2019.

FERNANDES, F. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC. 1979.

FERREIRA, Jr., A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX /** Amálio Ferreira Jr. - São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FIALHO, N.H. **Universidade multicampi.** Brasília: Autores Associados; Plano Editora, 2005.

FONAPRACE. **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES.** Brasília, 1997.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).** Brasília, 16 de maio de 2019. Disponível em: http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos_16_de_m aio.pdf. Acesso em nov.2019.

FONSECA, J. A.L. PIMENTA, R. W. **A chegada dos desiguais à escola: Novas formas de Inclusão/exclusão.** IX ANPED SUL. Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2796/421>
Acesso em: maio. 2019.

GANAM, E.A. S. **“Entre fracos e feridos”:** um estudo sobre os significados do percurso de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil na UNIFESP. Dissertação

apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC São Paulo, 2016. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBC_a0d3ae2d5c359840eefd35e68da601b6. Acesso em: abr. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6740>. Acesso em: agos. 2019.

GOMES, J. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre Relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: Jul.2020.

GUARNIERI, Fernanda Vieira and MELO-SILVA, Lucy Leal. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, vol.19, n.2, pp.70-78.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 11^a.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: maio. 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: abr. 2018.

_____, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Superior**: Brasília: Inep, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: abr. 2018.

_____, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: set. 2018.

Instituto de Tecnologia Social no Brasil – **Caderno de Debate**. São Paulo: ITS; Secis/MCT. 2004. Disponível em <http://itsbrasil.org.br>. Acesso em: 10 Out. 2019.

LIMA, P. G. Ações Afirmativas e Universidade no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.39, p. 267-285, set.2010. Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/908.pdf>. Acesso em: Maio. 2019.

LIMA, M.J.O; GUIMARÃES; O.M; BOVO, R.T. A precarização do ensino superior e a formação profissional do assistente social. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, UFES, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/23232-Texto%20do%20artigo-67315-1-10-20190118.pdf>. Acesso em: agos. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, R.P. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC- Rio, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF>. Acesso em: out. 2018.

MAGNONI, M. S. “Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?” **Estudos Avançados** 30(87), 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/view/119128/116512. Acesso em: abr. 2018.

MARQUES, E. P. S.; REAL, G. C. M.; OLIVEIRA, J. P. **O programa bolsa permanência na UFGD e os desafios para a garantia de direitos**. Acesso e permanência na expansão da educação superior. / José Vieira de Sousa; Arlete de Freitas Botelho; Claudia Maffini Griboski (Orgs.). – Anápolis-GO: Ed. UEG, 2018.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais** (UNESP. Araraquara. Impresso), v. 42, p. 161-192, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944>. Acesso em: 27 de agos.2020.

MARTINS, J. S. “**Das estatísticas de cor ao Estatuto da Raça**”. In: FRY, P. et al (org.). **Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 96 - 100.

MEIRA, A. P. B. **Ações afirmativas na universidade de Brasília**: a opinião das estudantes oriundas do sistema de cotas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13911/1/2010_AnaPaulaBarbosaMeira.pdf. Acesso em: set. 2018.

MENEZES, P. D. L. Reflexões sobre o sistema de cotas no Brasil. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras-PB, v. 5, n. 11, p. 147-160, Ago -Dez, 2015 ISSN 2237-1451.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/19272/13366>. Acesso em: dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOEHLECKE, S. **Ação Afirmativa: História e Debates No Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em: maio 2019.

MOREIRA, A. C. G.S. S.; GANAM, E. A. S. **Marcas de Origem: Pobres de Escola Pública Chegam À Universidade Federal**. São Paulo. Material do curso Permanência Estudantil e os Marcadores Sociais da diferença da Universidade Federal de São Paulo, 2018

NITAHARA, A. **Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais** – Agência Brasil - Rio de Janeiro (2019). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/acesso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais#:~:text=Enquanto%20a%20m%C3%A9dia%20dos%20pa%C3%ADses,que%20o%20dobro%3A%2049%25>. Acesso em: agos. 2020.

NUNES, G. H.L. Autodeclarações e comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas In: DIAS, G. R. M.; JUNIOR, P. R. F. T. (orgs.). **Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos** – Canoas: IFRS campus Canoas, 2018, p.11-30

PEREIRA, A. B.; RODRIGUES, E.; GUILHERME, R. C. “Ações Afirmativas: política de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas”. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 244 - 250, ago/dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7621/5786>. Acesso em: set. 2017.

PEREIRA, T. I. MAY, F.; GUTIERREZ, D. O acesso das classes populares ao Ensino Superior: novas políticas, antigos desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.32, p. 117-140, jan./jul. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/31543678/o_acesso_das_classes_populares_ao_ensino_superior_novas_pol%C3%ADticas_antigos_desafios. Acesso em: nov. 2018.

PINTO, J. M.R. **O acesso à educação superior no Brasil**. Educ. Soc. [online]. 2004, vol.25, n.88, pp.727-756.

RAYNAUT, C. **Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos**. (In) JR, Arlindo Philippi; NETO, Antônio J. Silva. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.

ROSA, C. M. (2014). **Limites da democratização da educação superior: entraves na permanência e a evasão na universidade federal de Goiás**. *poiesis pedagógica*, 12(1), 240-257. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v12i1.31219>. Acesso em: agos. 2019.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, A. P. **Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AWKLUJ>. Acesso em: jul.2020.

_____. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. *Revista De Ciências Humanas*, 8(2). Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/RCH/article/view/3445>. Acesso em: maio. 2019.

SANTOS, B.S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, J. T. **Ações afirmativas e educação superior no Brasil**: um balanço crítico da produção. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=acoes-afirmativas-e-educacao-superior-no-brasil-um-balanco-critico-da-producao>. Acesso em: maio. 2019.

SANTOS, M. C. E. M.; VIVAS, M. I.; SILVA, I. A. **Educação superior, políticas públicas e contemporaneidade**: o desafio da inclusão social. XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária. II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25903/1.3.pdf?sequence=1>. Acesso em: dez.2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia Possível**: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas para os Negros Ingressarem nos Cursos de Graduação da UnB. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: ANPEd/ 2º Concurso Negro e Educação, mimeo, 2002.

SCHWARTZMAN, S. **“Das estatísticas de cor ao Estatuto da Raça”**. In: FRY, P. *et al* (org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?** *Cad. Pesqui.* [online]. 2019, vol.49, n.172, pp.184-208. Epub July 10, 2019. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742019000200184&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: jul.2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das bolsos, 2010.

SILVA, A. **A Permanência Estudantil no Ensino Público Superior Enquanto Ato Político**. São Paulo. Material do curso Permanência Estudantil e os Marcadores Sociais da Diferença da Universidade Federal de São Paulo, 2018.

SILVA, L. C. da.; RODRIGUES, M. de M. **Acesso ao ensino superior**: os nós das políticas de inclusão educacional e as pessoas com deficiências. Disponível em:

<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC05.pdf>. Acesso em: jul. 2018

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, dez. 2010

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt)

[73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: set. 2018.

APÊNDICE - Questionário Semiestruturado

COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE MESTRADO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada “Desenvolvimento, educação e a política de cotas: contribuições e impasses da ação afirmativa na compreensão dos estudantes cotistas de uma universidade no Sul de Minas Gerais” a ser realizada com os alunos (as) ingressantes no ano de 2016 por meio da política de reservas de vagas (cotas) na Universidade Federal de Itajubá (Unifei).

Os objetivos desta pesquisa consistem em: 1) identificar como os estudantes cotistas compreendem o sistema de reserva de vagas; 2) descrever as contribuições e impasses da política de cotas na visão dos estudantes cotistas; e 3) investigar as condições de acesso e permanência dos estudantes que ingressaram na universidade pesquisada por meio das cotas.

A pesquisadora responsável pelo estudo é a aluna Tamirys Meirielle Marques, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG - DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), orientada pelo prof. Dr. Rogério Rodrigues. Os pesquisadores se responsabilizam em tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação dos participantes.

O objetivo deste questionário é gerar dados para utilização unicamente no âmbito científico. Sua contribuição para essa pesquisa é voluntária e, caso você queira retirar este consentimento, tem absoluta liberdade de fazê-lo a qualquer tempo, sem quaisquer prejuízos.

Sua participação é de suma importância tanto para a qualidade dessa investigação quanto para a sociedade de modo geral. Assim, agradecemos desde já a gentileza em colaborar com este estudo e nos colocamos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assinale a opção "Aceito" ao final desta seção.

Para continuar assinale a opção abaixo:

Aceito

PERFIL DO ESTUDANTE

Informe o seu número de matrícula (essa informação não será utilizada para fins de identificação do aluno, apenas para controle dos dados).

Informe o seu e-mail:

1. Qual é o seu campus:

Itajubá

Itabira

2. Qual a sua idade:

De 18 a 24 anos

25 a 35 anos

36 a 50 anos

51 anos ou mais

3. Informe o seu sexo:

Feminino

Masculino

Não desejo informar

Outro

4. Você cursou o Ensino Médio em:

Escola Pública Municipal ou Estadual

Escola Pública Federal/ Instituto/ CEFET

Colégio Militar

5. Informe o seu curso:

- Administração
- Ciência da Computação
- Ciências Atmosféricas
- Ciências Biológicas Licenciatura
- Engenharia Ambiental
- Engenharia Civil
- Engenharia de Bioprocessos
- Engenharia de Computação
- Engenharia de Controle e Automação
- Engenharia de Energia
- Engenharia de Materiais
- Engenharia de Produção
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Eletrônica
- Engenharia Hídrica
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Mecânica Aeronáutica
- Engenharia Química
- Física Bacharelado
- Física Licenciatura
- Matemática Bacharelado
- Matemática Licenciatura
- Química Bacharelado
- Química Licenciatura
- Sistemas de Informação
- Engenharia da Mobilidade
- Engenharia de Saúde e Segurança

6. Indique a forma de ingresso nesse curso:

- C1- Vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda cursou o ensino médio em escolas públicas
- C2 - Vagas reservadas para candidatos que, independentemente da renda tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas

- C3 - Vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
- C4 - Vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas

7. Como você se identifica segundo a cor da sua pele:

- Preto
- Pardo
- Amarelo
- Branco
- Indígena
- Não desejo declarar

8. Qual o seu estado civil:

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- União Estável
- Divorciado (a) ou separado (a)
- Viúvo (a)

9. Você desenvolve alguma atividade remunerada?

- Trabalho formal (carteira assinada, servidor público, outros)
- Trabalho informal ("bicos")
- Estágio remunerado
- Não realizo nenhuma atividade remunerada

10. Qual cidade/ estado onde mora ou morava à véspera de efetivar a matrícula?

11. Qual a escolaridade da sua mãe e/ou pessoa que o criou:

- Pós graduação em andamento ou concluída
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Nunca estudou
- Não se aplica

12. Qual a escolaridade do seu pai e/ou pessoa que o criou:

Pós-graduação em andamento ou concluída

- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Nunca estudou
- Não se aplica

13 . Informe qual é a ocupação/profissão da sua mãe e/ou pessoa que o criou:

14 . Informe qual é a ocupação/profissão do seu pai e/ou pessoa que o criou:

15. Quantas pessoas moram na sua casa incluindo você (família de origem):

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10 ou mais

16. Qual a renda mensal bruta aproximada da sua família:

- Nenhuma renda
- Até um salário mínimo (R\$ 998,00)
- Mais de um salário mínimo (até R\$ 1497,00)
- Mais de um salário mínimo e meio (até R\$ 2.994,00)
- Mais de três salários mínimos (até R\$ 4.990,00)
- Mais de cinco salários mínimo (até R\$ 6.986,00)
- Mais de (R\$ 6986,00)

COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A LEI DE COTAS

A Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como Lei de Cotas, em seu Art. 1º define que “As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”.

17. Qual a sua opinião sobre a existência da Lei de Cotas?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente (ou neutro)
- Discordo

Discordo totalmente

18. Como você avalia a sua relação com os demais alunos na universidade?

- Muito boa
 Boa
 Regular
 Ruim
 Muito ruim

19. Como você avalia a sua relação com os professores na universidade?

- Muito boa
 Boa
 Regular
 Ruim
 Muito Ruim

20. Na sua opinião quais são as contribuições (aspectos positivos) da lei de cotas?

21. Na sua opinião quais são os impasses (aspectos negativos) da lei de cotas?

22. Você concorda que deva existir reservas de vagas nas universidades federais para as seguintes categorias:

	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo completamente
Egressos(a) de escola pública independente de renda					
Egresso(a) de escola pública com renda familiar inferior a um salário mínimo e meio.					
Egresso(a) de escola pública autodeclarado(a) preto, pardo ou indígena, independente de renda					
Egresso(a) de escola pública autodeclarado(a) preto, pardo ou indígena, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.					

ACESSO DO ESTUDANTE

23. O que o acesso à universidade pública representa para você?

24. Você teve dificuldade para efetivar sua matrícula?

Sim

Não

25. Em relação a questão 24, se a sua resposta foi sim, explique qual/quais dificuldades você teve?

26. Em relação à sua forma de ingresso na universidade, como você avalia os procedimentos adotados para a efetivação da sua matrícula?

Muito bom

Bom

Regular

Ruim

Muito ruim

27. Você acha que conseguiria ingressar na universidade independente da Lei de Cotas?

Sim

Não

28. Utilize o espaço para justificar a sua resposta à questão 27.

PERMANÊNCIA ESTUDANTE

29. Você acha que os(as) alunos(as) que ingressam pelas cotas:

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Quase nunca	Nunca
Acompanham o curso no mesmo nível dos(as) demais alunos(as)					
Têm acesso em nível de igualdade aos projetos de pesquisa/iniciação científica					
Têm acesso em nível de igualdade aos projetos de extensão					

Têm acesso em nível de igualdade às políticas de assistência estudantil					
São tratados em nível de igualdade pelos(as) professores(as)					
São tratados em nível de igualdade pelos(as) colegas					
São tratados em nível de igualdade pelos(as) funcionários(as)					
Acompanham o curso no mesmo nível dos(as) demais alunos(as)					
Têm acesso em nível de igualdade aos projetos de pesquisa/iniciação científica					
Têm acesso em nível de igualdade aos projetos de extensão					
Têm acesso em nível de igualdade às políticas de assistência estudantil					
São tratados em nível de igualdade pelos(as) professores(as)					

30. Você tem dificuldade (s) para permanecer na universidade?

- Sim
- Não

31. Em relação a pergunta 30, se a sua resposta foi sim, favor informar quais são as dificuldades:

32. Dos Auxílios e apoios ofertados pela Universidade qual e/ ou quais você participa ou participou:

- Alimentação (RU ou auxílio financeiro)
- Auxílio Permanência
- Pedagógico
- Auxílio creche
- Atendimento psicológico
- Outro
- Não participei ou participo

33. Os auxílios que a universidade oferece tem contribuído para a sua permanência na universidade?

- Sempre
- Quase sempre
- Às vezes
- Quase nunca
- Nunca

34. Que sugestão você daria à sua universidade, no que diz respeito ao que ela poderia/deveria fazer, em termos administrativos, no ensino, na pesquisa, na extensão e na Assistência Estudantil, em função da adoção da política de cotas?